

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CAMILA VENTURA MERG

**"Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a bandeira da Pátria": o espiritualismo
integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-1950)**

Porto Alegre

2007

CAMILA VENTURA MERG

"Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a bandeira da Pátria": o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Professor Doutor René Ernaini Gertz.

Porto Alegre

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M559s Merg, Camila Ventura

“Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a bandeira da Pátria” : o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação popular (1945-1950) / Camila Ventura Merg. – Porto Alegre, 2009. 136 f.

Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

1. Partido de Representação Popular – História.
2. Integralismo – Brasil. 3. Partidos Políticos – Brasil – História.
4. Espiritualismo. 5. Materialismo. 6. Discursos Políticos.
7. Redemocratização. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDD 981.06
329.981

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

Agradecimentos

A dissertação de mestrado é o encerramento de um processo de longa data, construído em muitos espaços e com a participação de vários sujeitos. Meu agradecimento aos que fizeram parte deste processo.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento do curso e da pesquisa.

Corpo docente e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, pelo apoio teórico e prático, em especial Carla Carvalho, Prof^a Sandra Brancato e Prof^o Hélder Silveira.

Corpo docente do curso de graduação em História da UFRGS, responsável por minha formação, em especial Prof^o Benito Schmidt e Prof^o César Guazzelli.

Meu orientador, Prof^o René Gertz, pela disponibilidade e pelo comprometimento, desde a graduação, e por toda a tranquilidade que sempre transmite.

Equipe do Centro de Memória e Memorial do Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde tudo começou: Prof^a Loiva Félix, Daniela Oliveira, Carolina Georgiadis, Vinícius Pereira, Jonas Vargas, Luciana Santos, Henrique Almeida, Marcelo Viana e Vanessa Bosi.

Equipe do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP, entre pesquisa e *Kerbs*, pela atenção constante e trabalho qualificado: Gustavo Coelho, Tiago Vanin, Fabienne Cruz, Irma Bueno, Alexandre Blankl, Daniel Milke, Ângela Flach, Claudira Cardoso e, especialmente, Rodrigo Oliveira, pela orientação extra-oficial e por ter me dito para fazer a seleção de mestrado.

Equipe das reuniões científico-éticas, amigos e companheiros: Camila Freitas, Samir Perrone, Alessandra Gasparotto, Caroline Bauer, Luciana Ballestrin e Daniel Caon.

Elaine Sodré, eterna conselheira, orientadora e amiga; é a consciência no meu ombro.

Gisele Simões Pires e Daniel Piccoli, sempre pacientes com historiadores, sempre amigos.

Vera e Ricardo Santanna, minha família emprestada.

Elisa Santanna e Lenora Edele, minhas irmãs, por não desistirem de repetir, de andar ao meu lado, de me dar a mão. Sempre.

Fátima, Dagoberto e Helena Avila, por fazerem minha família crescer.

Arthur Lima de Avila, por todas as perguntas e todas as respostas. Por me trazer até aqui e me fazer querer ir mais longe.

Meus irmãos Rodrigo e Carolina e meus pais Lucio e Lucia, por acreditarem em mim mais do que eu e estarem sempre na primeira fila. Com vocês, fica mais fácil.

Sim, meu filho, o homem é pau para toda a colher, desde que nasce até que morre está sempre disposto a obedecer, mandam-no para ali, e ele vai, dizem-lhe que pare, e ele pára, ordenam-lhe que volte para trás, e ele recua, o homem, tanto na paz quanto na guerra, falando em termos gerais, é a melhor coisa que podia ter sucedido aos deuses – E o pau de que eu fui feito, sendo homem, para que colher vai servir, sendo teu filho – Serás a colher que eu mergulharei na humanidade para a retirar cheia dos homens que acreditarão no deus novo em que me vou tornar – Cheia de homens, para os devorares – Não precisa que eu o devore, quem a si mesmo se devorará.

(O Evangelho Segundo Jesus Cristo, José Saramago)

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo a análise do espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (PRP), compondo um discurso político-religioso. O recorte temporal abarcou os anos de estruturação e consolidação da agremiação, 1945 a 1950, período em que a doutrina integralista precisou ser adaptada ao contexto de redemocratização brasileira. O espiritualismo foi um dos elementos utilizados como legitimação do partido, perpassando a sua concepção política e estabelecendo uma forma específica de comunicação. O trabalho foi norteado por três questões básicas: a definição de espiritualismo; a relação com as religiões instituídas; e a penetração do discurso religioso nas formulações políticas. O espiritualismo estava intrinsecamente ligado aos conceitos de integralismo, ao qual fornecia a fundamentação filosófica, e de materialismo, que representava sua antítese. Era entendido como o princípio que postulava a crença em Deus, ente supremo e regulador, e na alma humana, atribuidora de liberdade e responsabilidade. O integralismo propalava a existência de uma ordem sobrenatural, a que o plano material estaria submetido; dessa forma, as atividades humanas deveriam visar à promoção dos valores do espírito, acima das contingências materiais. Esses valores identificavam-se com os princípios cristãos e, prioritariamente, católicos. A doutrina integralista assemelhava-se com o catolicismo e seus adeptos procuraram valorizar esta semelhança. O viés religioso foi explorado no discurso do PRP não só para atrair fiéis, mas porque oferecia um nexos a suas propostas e agia como justificação de seu projeto conservador e, em alguns pontos, autoritário. Esse viés influenciou exemplarmente a concepção de democracia, o nacionalismo e o anticomunismo do PRP. O espiritualismo não era propriamente uma bandeira partidária, mas um fundamento doutrinário, que funcionava como identificação e suporte teórico para a intervenção do integralismo no pós-guerra.

Palavras-Chave: integralismo; redemocratização; espiritualismo; materialismo.

Abstract

The present dissertation aims to analyse the integralist spiritualism of the Popular Representation Party (PRP), composing a political-religious discourse. The temporal outline covered the years of the formation and the consolidation of the party, 1945 to 1950, the period in which the integralist doctrine was readapted in the context of the Brazilian return to democracy. The spiritualism was one of the elements used as a way to legitimate the party, flitting by its political conception and creating a specific form of communication. This work was guided by three basic questions: the definition of spiritualism; its relation to the organized religions; and the penetration of the religious discourse into the political formulation. The spiritualism was intrinsically connected to the concepts of integralism, which gave its philosophical foundations, and materialism, its antithesis. It was understood as the principle that postulated the belief in God, a supreme and intervening being, and the human soul, giver of liberty and responsibility. The integralism divulged the existence of a supernatural order, to which the material plane was submitted; because of that, the human activities should aim the promotion of the values of the spirit, above all the material contingences. These values were identified as being Christian, with priority to Catholicism. The integralism doctrine resembled the Catholic doctrine and its partisans sought to emphasize this resemblance. The religious bias was explored in the PRP's discourse not only as a way to attract the faithful, but also because it gave a meaning to its proposals, acting as a justification of its conservative, and sometimes authoritarian, project. This bias had an enormous influence on the PRP's conceptions of democracy, nationalism and anticommunism. The spiritualism wasn't just a simple part of the party's program; it was one of its doctrinaire cornerstones, which worked as a mean of identification and as a theoretical support for the intervention of the Integralism in the post-war era.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 — “Deus, Pátria e Família”: os conceitos de integralismo, espiritualismo e materialismo	16
1.1. O Integralismo.....	16
1.1.1. A Ação Integralista Brasileira.....	16
1.1.2. O Partido de Representação Popular.....	21
1.1.3. Conceito de Integralismo.....	30
1.2. O Espiritualismo.....	34
1.3. O Materialismo.....	39
Capítulo 2 — “Primeiro Cristo!”: identidade cristã e relações com o catolicismo	47
2.1. A identidade cristã.....	48
2.2. Integralismo e catolicismo.....	55
2.2.1. Igreja e laicato católico entre as décadas de 1920 e 1940.....	55
2.2.2. O integralismo e os catolicismos.....	66
Capítulo 3 — “Reino de Deus e Reino de César”: o espiritualismo no discurso político perrepista	79
3.1. O fundamento da ação política.....	80
3.1.1. O conceito cristão de democracia.....	86
3.2. Espiritualismo e bandeiras partidárias.....	91
3.2.1. Nacionalismo.....	91
3.2.2. Anticomunismo.....	98
3.2.3. Educação.....	104
3.3. Espiritualismo: estratégia e atuação partidária.....	112
Considerações Finais	119
Fontes Consultadas	123
Bibliografia	127
Anexos	132

Introdução

Que poder tem uma doutrina ou um discurso religioso? Uma doutrina que se constrói a partir do sentimento, a partir de uma realidade que não se pode ver, ou comprovar empiricamente. Que apresenta causas e fins internos a ela, e por isso se autolegitima. Para quais finalidades esse tipo de doutrina se presta? Esses questionamentos levaram-me a pensar sobre os usos da religião pela política. Ultrapassar a relação institucional, no caso, entre as igrejas e o Estado, e perguntar sobre a apropriação mais geral que se pode fazer da religião na esfera política, por partidos, movimentos, grupos e indivíduos. Tendo em vista as potencialidades tanto do discurso político, quanto do religioso, para arregimentar aderentes, ou fiéis, e criar um vínculo de confiança ou de compromisso, pareceu-me possível haver uma interferência do segundo no primeiro. A concepção de vida coerente e transcendental que a religião oferece poderia cooperar na fundamentação de uma doutrina política, atrelando sua justificação e credibilidade a elementos antecedentes e inquestionáveis, atribuindo a essa doutrina o caráter de verdade revelada.

Os questionamentos genéricos foram objetivados diante de um caso específico: a doutrina integralista no Brasil. O movimento integralista foi lançado em 1932, pelo intelectual Plínio Salgado, sob o título de Ação Integralista Brasileira (AIB). Seu fundador tinha o objetivo de apresentar uma nova alternativa política e moral para o país, calcada no nacionalismo, no espiritualismo e na proposta de implantação do Estado Integral. O movimento transformou-se no primeiro partido de massas organizado nacionalmente, sob inspiração dos regimes fascistas europeus. Em 1937, com o golpe do Estado Novo e o fechamento das agremiações partidárias, a AIB foi extinta. O integralismo retornou oficialmente ao cenário político em 1945, quando da redemocratização, através do Partido de Representação Popular (PRP). O contexto democrático pós-guerra exigiu que o movimento

readequasse sua doutrina autoritária, eliminando características tipicamente fascistas e enfatizando elementos que pudessem atestar seu alegado caráter democrático. Um desses elementos foi o espiritualismo, a partir do qual o PRP construiu seu corpo doutrinário e fundamentou seu programa partidário. O espiritualismo significava a crença na existência de Deus e da alma humana, esta submetida àquele. Pregava a primazia dos valores espirituais sobre os materiais, o que seria a defesa da dignidade da pessoa humana, da moral, da tradição, da ordem e da autoridade.

O espiritualismo consistia no fundamento filosófico do integralismo, especialmente evocado no PRP. Na rica historiografia produzida sobre o movimento, o item é referenciado, sem, contudo, gerar estudo pormenorizado.¹ Oscar Lustosa traçou considerações importantes sobre as relações entre a Igreja Católica e o integralismo na década de 1930, no contexto de atuação da AIB.² Relativamente ao PRP, a obra fundamental de Gilberto Calil, *O Integralismo no Pós-Guerra*, demonstra a importância do espiritualismo no processo de formação e consolidação do partido.³ Os importantes trabalhos de Claudira Cardoso e Ângela Flach concentram a atenção na atuação político-partidária e na intervenção eleitoral.⁴ Veridiana Tonini, por sua vez, aborda em seu trabalho as semelhanças entre a doutrina católica e o integralismo, a partir da experiência de Wolfram Metzler na AIB e no PRP, mas não aprofunda as considerações acerca do espiritualismo como conceito doutrinário.⁵

¹ Para um levantamento detalhado da historiografia sobre o integralismo, ver: OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *"Perante o Tribunal da História": o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado em História.

² LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A Igreja e o Integralismo no Brasil. 1932-1939. *Revista de História*, São Paulo, n. 108, out./dez. 1976, pp. 503-532.

³ CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra. A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. O autor estende a análise sobre o partido em *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. 2 volumes. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de Doutorado em História.

⁴ CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Partido de Representação Popular: política de alianças e partidos nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958-1962*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado em História. FLACH, Ângela. *"Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepeistas no RS (1961-1966)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação de Mestrado em História.

⁵ TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

Nenhuma pesquisa pretendia ampliar a análise acerca da participação do espiritualismo no discurso integralista, tanto na AIB, quanto no PRP.

A intenção da presente dissertação é preencher essa lacuna. Voltei-me para a doutrina integralista pós-1945, buscando acompanhar a penetração do espiritualismo nas formulações políticas do PRP em seus primeiros anos de existência, entre 1945 e 1950. Nesse período, o espiritualismo teve papel fundamental na adequação do integralismo ao contexto democrático, na valorização de seu projeto e na justificação de sua intervenção no processo político. A análise do componente espiritualista no PRP permite, em um sentido mais amplo, verificar como a religião e/ou elementos religiosos podem ser utilizados num discurso político. Três objetivos específicos nortearam a pesquisa, dando origem aos capítulos da dissertação. Inicialmente, era necessário averiguar em que consistia a visão de mundo integralista, definida como espiritualista. No primeiro capítulo, apresentamos a trajetória do movimento integralista até a década de 1940 e o próprio conceito de integralismo. Como componentes desse conceito, os de espiritualismo e materialismo, de onde emergem as características positivas e negativas do movimento, ou seja, o que defende e o que combate. Aqui, é possível observar a natureza conservadora do integralismo⁶, que mesmo transmutando-se em partido democrático, relaciona a idéia de liberdade com as de ordem e autoridade providencial. No segundo capítulo, a pergunta é: qual a definição confessional do espiritualismo integralista e como o discurso do PRP relacionava-se com as religiões? O espiritualismo tinha a crença em Deus como princípio básico; assim, referia-se a qualquer religião ou crença sobrenatural. Não obstante, o PRP identificava-se como partido cristão e demonstrava um forte alinhamento à doutrina católica. A tentativa de aproximação com a Igreja Católica e seus fiéis foi uma constante na trajetória do integralismo, obtendo algum sucesso pela AIB. O PRP encontrou contexto mais adverso a esse empreendimento, em função das transformações ideológicas no

⁶ Refiro-me ao integralismo pós-1945, pois a AIB possuía uma proposta revolucionária.

seio do catolicismo brasileiro. Mas, ainda assim, manteve a associação com a religião em seu discurso.

Definida a caracterização do espiritualismo integralista do PRP, procurei-o na composição do projeto político do partido, funcionando como esteio das propostas e da legitimação da intervenção no processo político. O PRP defendia a reforma do sistema democrático nacional, com a inserção de um sentido religioso à política, a partir da valorização dos princípios morais do cristianismo. A democracia cristã apregoada pelos perrepetistas deveria refletir a magnífica ordem realizada por Deus no universo e impor a composição de direitos e deveres humanos, que resultaria na verdadeira justiça social. O projeto de democracia caminhava ao lado da defesa de um nacionalismo sentimental, que remetia às tradições e características naturais do povo brasileiro, destinado a cumprir uma missão espiritual no mundo. O anticomunismo era outra bandeira hasteada pelo partido, entendido o comunismo como doutrina e sistema eminentemente materialista, ateu e anti-religioso, a antítese da felicidade representada pelo cristianismo. O projeto de reforma moral e política proposto pelo PRP tinha como condição a reeducação do povo, mediante o trabalho de espiritualização executado na família e na escola. O terceiro e último capítulo, então, trata do espiritualismo como fundamento da ação política e como catalisador das bandeiras partidárias. Também procurei inferir acerca das razões para a adoção do espiritualismo como estratégia pelo integralismo no pós-guerra e da existência de indícios sobre o reflexo do discurso espiritualista na atuação partidária. A "política espiritualista" que o PRP propunha, na realidade, expressava uma concepção moralista e conservadora, não necessariamente ligada a um fundamento religioso, mas que assim era apresentada, como forma de legitimar o partido, principalmente no ambiente avesso ao integralismo de meados da década de 1940.

Diante do objetivo de analisar especificamente a doutrina e o discurso⁷ do PRP, a pesquisa teve como fontes centrais a bibliografia integralista e os periódicos ligados ao partido. Neste material, são profusas as referências ao espiritualismo. As obras de Plínio Salgado foram priorizadas na pesquisa bibliográfica, pois o espiritualismo era o tema predominante em seus escritos. Foram analisadas, em sua maioria, obras da década de 1940 e algumas na década de 1930, em edições posteriores.⁸ A bibliografia integralista era o espaço privilegiado para a formulação doutrinária, mas a pesquisa dos periódicos pode demonstrar que havia uma continuidade entre a teoria dos livros e a sua divulgação através dos veículos de imprensa partidária, que atingiam um público mais amplo. O corpo documental de periódicos integralistas incluiu os jornais *Reação Brasileira* e *Idade Nova*, do Rio de Janeiro, e o *Boletim do PRP*, de Porto Alegre, em edições de 1945 a 1950. O *Reação Brasileira* era um jornal não partidário, identificado com o integralismo; foi publicado entre 1945 e 1946, tendo como principal mote a campanha anticomunista. O *Idade Nova*, jornal oficioso ligado ao PRP, circulou de 1946 a 1951. Era o mais importante veículo de divulgação partidária no período, mesclando textos de formulação teórica integralista e noticiário diverso, principalmente sobre o PRP. O órgão oficial do partido analisado foi o *Boletim do PRP*, produzido pela seção do Rio Grande do Sul de 1946 a 1948; concentrava-se nas notícias partidárias, mas também incluía artigos doutrinários. Através desses periódicos, foi possível visualizar a relação entre o programa político e o fundamento espiritualista.

Como material subsidiário, foram analisados a documentação partidária geral e os depoimentos de ex-perrepistas, produzidos pelo Programa de História Oral do Centro de

⁷ Advirto que utilizarei indistintamente os termos doutrina e discurso, tendo em vista que o PRP espelhava em seu discurso a doutrina formulada. Absteve-me de elaborar discussão teórica acerca de tais conceitos.

⁸ Segundo TRINDADE, Hêlgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). v. 3. São Paulo: Difel, 1981, houve alteração em alguns textos de Plínio Salgado publicados na década de 1930, amenizando as características fascistas. Como o objetivo deste trabalho é analisar o discurso integralista adaptado pós-1945, as obras da década de 1930 foram lidas em edições a partir da década de 1940. Contudo, considero que, quanto ao espiritualismo, não houve mudança significativa na linha de pensamento do autor durante a trajetória do integralismo.

Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP). Estas fontes ofereceram indícios sobre a presença do espiritualismo na prática partidária. O material refere-se, basicamente, ao PRP do Rio Grande do Sul, disponibilizado à pesquisa pelo CD-AIB/PRP. Para além do partido, foram consultados três periódicos católicos, com o objetivo de conhecer as linhas gerais do pensamento católico no período e confrontá-lo com o integralismo. O informativo *Unitas*, Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre, demonstrou a orientação oficial da Igreja, pois priorizava os assuntos religiosos e institucionais. As revistas *Estudos*, da Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul, e *A Ordem*, do Centro Dom Vital (Rio de Janeiro), abordavam mais freqüentemente questões políticas, sob o ponto de vista do catolicismo leigo. Os dois veículos apresentavam abordagens diferenciadas; *Estudos* tinha uma orientação conservadora e *A Ordem* agrupava em torno de si intelectuais católicos mais progressistas. Essa distinção permitiu observar a fragmentação do pensamento católico, que gerava também diferentes reações frente ao integralismo.

O trabalho que agora se apresenta não pretende revelar aspectos obscuros do discurso que o integralismo construiu depois de sua reorganização, olhar além dele, ou comprovar a sua validade, diante do contexto e da prática partidária. Pelo contrário, seu objetivo é trazer à luz o discurso em si, em sua complexidade e sua especificidade. Mergulhar no interior do pensamento conservador que permaneceu na redemocratização brasileira e perceber seu intercâmbio com a doutrina religiosa, fundamental para a consolidação desse conservadorismo. Considero que o discurso é um aspecto decisivo da intervenção do integralismo nos anos que seguem à redemocratização, oferecendo um norte a partir do qual direciona-se sua política. Percorrer a doutrina integralista do PRP é conhecer uma parte constitutiva do ideário e da atuação da direita no Brasil. E, talvez, perceber que o "reino de Deus" e o "reino de César" não estão tão distantes.

Capítulo 1 – “Deus, Pátria e Família”: os conceitos de integralismo, espiritualismo e materialismo

Ao trabalhar com o integralismo, é fundamental entender a sua complexidade. Para além de uma instituição, o integralismo é uma doutrina, ou movimento de idéias, que inspirou organizações político-partidárias e transformou-se ao longo de quatro décadas. Nesse sentido, a definição do conceito de integralismo exige a compreensão da trajetória do fenômeno como movimento constituído e como idéia, como filosofia política. A esta definição, outros dois conceitos estão ligados de maneira indissociável. Como fundamento da doutrina integralista, o espiritualismo representou um modo específico de conceber o universo e a política. Em franca oposição a esta concepção, o materialismo constituiu um enfrentamento que estruturaria a identidade e o discurso integralistas.

1.1. O Integralismo

1.1.1. A Ação Integralista Brasileira⁹

Os anos 1920 foram marcados por uma reestruturação da sociedade brasileira, coroada pela Revolução de 1930. A aceleração da industrialização e do processo de urbanização, a emergência de novos atores sociais, como o movimento operário e os setores médios, a renovação nacionalista e o movimento de reação católica foram alguns dos elementos constituintes da transformação do cenário nacional. O ano de 1922 simbolizou as inovações que iriam desenvolver-se ao longo da década; foram realizadas a Semana de Arte Moderna, a fundação do Centro Dom Vital e do Partido Comunista do Brasil e a primeira etapa do

⁹ A referência fundamental é TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. O fascismo brasileiro na década de 30. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

movimento tenentista, com a rebelião da Fortaleza de Copacabana. Esse ambiente forneceu o “fermento” ideológico do pensamento de Plínio Salgado, intelectual paulista fundador do movimento integralista.

Sob formação religiosa e nacionalista, Salgado iniciou suas atividades intelectuais já na cidade natal, São Bento do Sapucaí, como jornalista do *Correio de São Bento*, em 1916. Participou da organização do Partido Municipalista, em 1918, iniciando sua atuação política como defensor das comunidades locais. Ao abandonar a cidade de São Bento por motivos políticos, Salgado encaminhou-se para São Paulo, onde ingressou no *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). Salgado atuava em uma corrente de renovação do velho partido, onde foi eleito deputado estadual em 1927 e permaneceu até 1930.

Concomitantemente à sua atuação no PRP, Plínio Salgado participou do movimento modernista, mais propriamente pós-modernista, através do grupo Anta, ala nacionalista radical do grupo Verdeamarelo. Sua principal preocupação como artista era a busca das raízes nacionais, enfatizando o culto ao índio e à miscigenação. O sentido do seu nacionalismo era basicamente sentimental e místico. A obra do intelectual entre o final da década de 1920 e início da década de 1930 também lançou as bases do pensamento que determinaria sua ação política.¹⁰ Sua produção caminhou progressivamente de uma literatura engajada a um posicionamento político propriamente dito. A tônica era a análise dos problemas sociais brasileiros e os temas recorrentes eram a crítica à utopia democrática e ao cosmopolitismo, o desequilíbrio regional, a formação da nacionalidade e a crise política brasileira.¹¹

Entre abril e outubro de 1930, Salgado viajou pela Europa e conheceu de perto o modelo de Estado fascista; voltou decidido sobre a necessidade de organizar um movimento semelhante no Brasil. O primeiro passo foi a fundação do jornal *A Razão*, em 1931, através do

¹⁰ As principais referências desta fase são a coletânea *Literatura e Política* (1927) e a trilogia de romances sociais *O Estrangeiro* (1926), *O Esperado* (1931) e *O Cavaleiro de Itararé* (1933).

¹¹ Ver MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

qual divulgava a defesa do Estado-interventor, unipartidário e corporativo e a crítica ao liberalismo e ao comunismo. A intenção de lançar uma alternativa política autoritária encontrou contexto favorável no Brasil, diante do “vazio de poder” provocado pela indefinição governamental dos revolucionários de 1930. O desenvolvimento dos fascismos na Europa, por outro lado, exerceu influência no país, refletindo na expansão da crítica ao liberalismo e na formação de movimentos de extrema-direita, como a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Sindicalista e a Ação Imperial Patrionovista.

A organização definitiva de um novo movimento foi propiciada pela fundação, em fevereiro de 1932, da Sociedade de Estudos Políticos (SEP). A SEP foi o centro de reflexão e formulação da doutrina que originaria o integralismo. Salgado buscou contato com intelectuais e movimentos de extrema-direita, objetivando uma articulação nacional. Em maio de 1932, propõe a formação de uma comissão técnica denominada Ação Integralista Brasileira, para transmitir e aplicar as diretrizes desenvolvidas nas discussões da SEP. Em junho estava pronto e aprovado o Manifesto de lançamento da AIB, mas sua publicação foi adiada devido ao desencadeamento da Revolução Constitucionalista em São Paulo. Finalmente, em 7 de outubro de 1932, era divulgado o Manifesto e lançado o que seria o primeiro movimento de massas do Brasil.

A grande receptividade conquistada pela AIB pode ser explicada pela necessidade de participação da classe média conservadora, ressentida com o liberalismo e temerosa da proletarianização, que engrossou suas fileiras juntamente a intelectuais e jovens militares. A AIB apresentava-se com uma fórmula-lema atraente a tais grupos: “Deus, Pátria e Família”. Este lema refletia os valores naturais e eternos que o movimento defendia, a base de sua proposta política. A Ação era movida por um ideal de Revolução Integral, ou seja, a instauração de um novo equilíbrio social baseado na harmonia entre os homens e sua dupla essência, espiritual e material. A revolução da sociedade deveria ser precedida de uma reforma individual, através

da retomada de valores morais e da consciência sobre uma finalidade suprema que guia a vida social.

A organização do movimento integralista era baseada na complexidade burocrática e na hierarquização. A figura principal era o “Chefe”, Plínio Salgado, que detinha um poder absoluto, permanente e centralizado, e era envolvido por um culto místico. A importância da noção de autoridade e hierarquia refletia-se na coesão partidária e na multiplicidade de órgãos diretivos que compunham uma estrutura que representava o modelo estatal integralista. O sistema de regulação posto em prática pela AIB ultrapassava os limites da agremiação, penetrando na vida particular de seus militantes. A simbologia (cumprimento “Anauê”, o sigma, o traje) e a ritualística (celebração de casamentos, batizados, funerais) ligadas ao integralismo estavam presentes no cotidiano de seus seguidores, compondo uma socialização particular.

Apesar da AIB apresentar uma doutrina rígida, em seu seio encontramos diferentes tendências defendidas por seus principais líderes. Plínio Salgado representava a tendência nacionalista e espiritualista, preocupando-se basicamente com o despertar da consciência nacional e o estabelecimento do equilíbrio social sob os princípios morais do cristianismo.¹² Já Miguel Reale foi o grande teórico do Estado, definindo a estrutura e a organização do governo integralista sob moldes corporativistas¹³ de influência fascista. Defendia a democracia elitista de sufrágio restrito e hierárquico. Seu nacionalismo dava ênfase ao aspecto econômico, criticando o imperialismo e a dependência nacional. A terceira corrente dentro do integralismo era a anti-semita, formulada por Gustavo Barroso. O teórico preocupou-se em produzir análises sobre a realidade histórica mundial e brasileira, destacando a exploração capitalista supostamente promovida pelos judeus. As crises e a dependência nacional seriam

¹² O lema “Deus, Pátria e Família” resume o pensamento pliniano.

¹³ Salgado também defendia o corporativismo, mas não desenvolveu orientação sobre a organização estatal. Resumia seus comentários sobre o Estado integralista à importância de seu papel regulador, submetido aos grupos naturais e a Deus.

explicadas pelo domínio econômico judaico, agindo de forma conspiratória para arruinar as nações. Mesmo com diferenças teóricas importantes, a AIB conquistou forte coesão, destacadamente pelo combate aos inimigos materialistas, liberalismo e socialismo. A importância da oposição a inimigos definidos no funcionamento da AIB pode ser percebida pela motivação prioritariamente anticomunista dos militantes ao ingressar no movimento.¹⁴

Entre os anos de 1932 e 1934, a AIB passou pela etapa de estruturação interna e definição de diretrizes, concretizada pelo Congresso de Vitória, em fevereiro de 1934. Esse período pode ser definido como fase revolucionária: o movimento ainda não se assumia como partido, pelo contrário, fazia uma crítica feroz ao sistema partidário e defendia a tomada do poder através de revolução. A partir de 1935, mesmo mantendo a doutrina, a AIB adotou a identidade de partido e moderou seu discurso, pretendendo alcançar o governo através do processo eleitoral e democrático. Apesar de ter reunido ampla militância, a AIB não obteve resultados eleitorais condizentes com sua expansão. No período de atuação, elegeu apenas um deputado federal (1935) e oito deputados estaduais (quatro em 1935 e quatro em 1936), além de vinte prefeitos e centenas de vereadores.¹⁵ Contudo, seu papel como movimento de massas não deve ser obscurecido pela modesta participação eleitoral. Deteve força suficiente, inclusive, para cooperar na instauração do Estado Novo. Além do discurso permanente de desprezo à democracia liberal, anticomunismo e defesa do Estado forte, o fictício Plano Cohen¹⁶ foi produzido por seus militantes. Instalada a ditadura, contudo, a AIB não colheu frutos de seu apoio ao governo e foi extinta, assim como os demais partidos, em dezembro de 1937. Na ilegalidade, o integralismo ainda teve ação no fim dos anos 1930. Em 1937, foi

¹⁴ TRINDADE, op. cit.; e OLIVEIRA, op. cit.

¹⁵ MAIO, Marcos C. & CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. v.2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 43.

¹⁶ O suposto plano de ação comunista foi elaborado por integralistas, como material de doutrinação, e utilizado pelo governo Getúlio Vargas para criar um ambiente propício ao desencadeamento do golpe do Estado Novo, em 1937.

criada a Associação Brasileira de Cultura (ABC), fachada para a manutenção da organização integralista. Já em maio de 1938, aliados a alguns grupos liberais também excluídos do poder, empreenderam tentativa de tomada do Estado, através da chamada Intentona Integralista. Fracassado o levante, o integralismo adormeceu. O Chefe Plínio Salgado foi exilado em Portugal, em 1939, retornando ao Brasil apenas em 1946, para liderar novamente os antigos camisas-verdes.

1.1.2. O Partido de Representação Popular

Em meados da década de 1940¹⁷, o Brasil sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas lutava ao lado dos democratas na Segunda Guerra Mundial. Principalmente com o encaminhamento a vitória aliada, o caráter autoritário do Estado Novo entrou em contradição com a postura do governo em âmbito internacional. Ao mesmo tempo, a oposição ao regime crescia, ultrapassando a censura instituída, e manifestações populares evidenciavam a ânsia por mudanças. Pressionado pelas circunstâncias, o ditador Getúlio Vargas começou a promover a abertura política, anunciando a anistia, a realização de eleições e seu apoio ao candidato governista, general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra. Dessa forma, Vargas não perdia totalmente as rédeas do governo, além de garantir certo nível de influência na gestão vindoura. Com eleições presidenciais marcadas para 2 de dezembro de 1945, a oposição liberal organizou-se na União Democrática Nacional (UDN), em torno do brigadeiro Eduardo Gomes; a situação lançava o General Dutra, com apoio do Partido Social Democrático (PSD).

¹⁷ Para a breve contextualização do período de redemocratização: CALIL, *O Integralismo no Processo Político Brasileiro*; FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado, 2002; SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Em face das eleições, um grupo de adeptos de Getúlio Vargas, reunindo os organizadores do futuro Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e membros do Partido Comunista, lançou um movimento de resistência. Os chamados queremistas objetivavam promover a redemocratização mantendo Vargas no poder. O ditador permaneceu silencioso em relação ao movimento, ao mesmo tempo em que avançava a certa inclinação para a esquerda, com decisões como o decreto “antitruste”. Atitudes como esta, somadas à antecipação das eleições estaduais e mudanças na legislação eleitoral, provocaram alerta na oposição, preocupada com o exemplo argentino do retorno de Perón. O fato definitivo foi a demissão do Chefe de Polícia do Distrito Federal, João Alberto. A decisão provocou a mobilização do Exército, sob a liderança do general Góes Monteiro. A 29 de outubro, Vargas estava deposto pelas Forças Armadas, procedentes do próprio governo.

A redemocratização trouxe de volta a disputa partidária e a participação eleitoral, mas manteve as camadas dominantes e as redes de compromisso em áreas isoladas. A cena política foi composta por grupos gerados na situação (os “de dentro”) e na oposição (os “de fora”) do antigo regime.¹⁸ Os primeiros incluíam a burocracia, fazendeiros e industriais, reunidos em torno do PSD (partido da “velha guarda”), além de trabalhadores urbanos, organizados no PTB (tendência à esquerda de oposição aos comunistas). A antiga oposição, grupo minoritário, era representada pela UDN, partido dos liberais apoiado por grandes negociantes, proprietários de terras e membros da elite política; e em outro extremo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). O resultado do pleito de dezembro de 1945 comprovou a força dos “de dentro”, com a eleição do general Dutra, anunciando a sobrevivência do varguismo.

Apesar da euforia democrática, o sistema político brasileiro pós-1945 continuou apresentando características restritivas. A presença de liberais-conservadores, remanescentes das velhas oligarquias, de militares e de integrantes do Estado Novo resultou na manutenção

¹⁸ SKIDMORE, op. cit., p. 80.

dos instrumentos de regulação do processo político, contendo a emergência de elementos populares ao poder. A Constituição de 1946 sustentou a continuidade do Estado forte e centralizador e manteve a proibição do divórcio. A situação também pode ser ilustrada no tratamento dado ao PCB, que teve crescimento acentuado nos primeiros anos do governo Dutra e chegou a quarto maior partido brasileiro. O partido foi alvo da repressão governamental, como nas décadas de 1920 e 1930, e posto na ilegalidade em 1947, sob o argumento de “partido antidemocrático”. Dessa forma, o Brasil demonstrou de qual lado posicionava-se frente ao contexto internacional de Guerra Fria. O PTB ocupou o espaço à esquerda deixado pelo PCB; agregou o operariado e recebeu o apoio de Getúlio Vargas¹⁹, que progressivamente transmuta-se em político populista.

Entre permanências e descontinuidades da redemocratização de 1945, os integralistas iniciaram as movimentações para intervir novamente no processo político.²⁰ Contudo, ao contrário do início da década de 1930, encontrariam dificuldades. O restabelecimento da democracia no Brasil, concomitante com a derrota dos sistemas fascistas na Segunda Guerra Mundial, criaram um ambiente de hostilidades para com os antigos militantes da AIB. Desde o início da mobilização destes em 1945, seus opositores empreenderam uma forte campanha contra a formação de um novo partido. As críticas baseavam-se principalmente no caráter fascista da doutrina integralista, o que significaria uma ameaça ao estado democrático do país. A oposição não partiu apenas de adversários antigos, mas também teve voz através de ex-integrantes da AIB, como Miguel Reale.

Era fundamental para a sobrevivência do integralismo que essas críticas fossem rebatidas. Uma das estratégias empregadas foi a adulteração de textos doutrinários originais,

¹⁹ Em 1945, Vargas elegeu-se senador pelo PSD, mas na prática dividia seu apoio entre este partido e o PTB, dois partidos oriundos da estrutura estado-novista.

²⁰ As referências fundamentais sobre a reorganização e trajetória do integralismo a partir de 1945 são as obras de Gilberto Calil: *O Integralismo no Pós-Guerra* e *O Integralismo no Processo Político Brasileiro*, citadas anteriormente.

amenizando as características autoritárias. Os integralistas esforçavam-se em provar sua origem democrática e antifascista, defendendo-se das acusações de ligação com os regimes totalitários da Alemanha e Itália e enaltecendo a participação de seus militantes na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra. A reinterpretação do levante de maio de 1938 também foi necessária. A maior preocupação foi desvincular a liderança de Plínio Salgado e dividir a responsabilidade entre integralistas e liberais constitucionistas. Paradoxalmente, também houve uma glorificação do levante por Salgado, que afirmava ter sido a única iniciativa de reação contra o governo despótico de Vargas. Mas a estratégia mais importante para a reabilitação do integralismo foi a redefinição de seu discurso e projeto político, delimitando diferenças e continuidades entre a nova organização partidária e a AIB.

Os organizadores do Partido de Representação Popular reinterpretaram a trajetória da AIB e fizeram uso de um conceito mais geral de integralismo. Seria uma doutrina filosófico-política atemporal, independente, mas inspiradora de partidos. Esta conceituação “aberta” permitia selecionar os aspectos presentes na antiga AIB que seriam absorvidos pelo PRP e assumidos como valores da doutrina. Pontos positivos, como o espiritualismo e o nacionalismo, foram considerados fundamentos do integralismo e, assim, a base do novo partido influenciado por ele. Pontos negativos no contexto democrático pós-guerra, como o corporativismo e a tendência revolucionária, foram definidos como meios de combate aos ideais totalitários (nazismo e comunismo) que ameaçavam perigosamente o Brasil na década de 1930. Quanto às tendências fascistas e antidemocráticas, os perrepistas argumentavam que a AIB não tivera nenhuma ligação com os regimes totalitários e sempre defendeu a democracia. De fato, como já foi afirmado, o contexto influenciou a postura do integralismo. O PRP abandonou o radicalismo característico da AIB e, principalmente, sua perspectiva revolucionária.

As movimentações integralistas que se estenderam desde 1937, intensificando-se em 1945, começaram a se concretizar com a divulgação da *Carta Aberta à Nação Brasileira*, em maio de 1945. A carta era um abaixo-assinado de ex-integrantes da AIB defendendo o integralismo contra uma alegada rede de infâmias promovidas por seus opositores. As principais lideranças da AIB assinaram o documento, com exceção de Plínio Salgado, no exílio, e de Miguel Reale, desligado do movimento. O objetivo era preparar o terreno para o retorno político, não apresentando nenhum projeto prático. A Cruzada Brasileira de Civismo, de agosto de 1945, também procurou romper com o isolamento dos integralistas e definir sua identidade cristã e anticomunista. A intenção de introduzir o integralismo no campo político seguiu com a publicação do *Manifesto Diretiva*, de Plínio Salgado, em setembro; um texto de orientação aos integralistas e de divulgação doutrinária ao grande público. Esse documento expõe a reformulação da doutrina e seus conceitos fundamentais. Enfatiza o caráter espiritualista e democrático do movimento e a oposição ao nazismo e ao comunismo, que aparecem agora associados. Salgado também sugere o abandono das exterioridades, não mais adequadas ao contexto. Nesse escrito, Plínio Salgado coloca-se contra a formação de um partido que represente sua doutrina e não apresenta qualquer programa de ação. Apesar da aparente recusa de Salgado, apenas quinze dias após a publicação de seu *Manifesto Diretiva*, em 26 de setembro, foi fundado o Partido de Representação Popular. O registro partidário provisório foi obtido em 9 de outubro; o partido apresentou 15.772 assinaturas, coletadas em 15 estados, para obtenção do registro definitivo em 3 de novembro, sendo seus estatutos e programa aprovados pela Justiça Eleitoral.

A I Convenção Nacional do PRP aconteceu entre 1º e 3 de novembro de 1945. Nessa ocasião foram aprovados o programa e os estatutos partidários, eleitos a direção e o presidente, comandante Fernando Cochrane. O programa pode ser resumido em alguns pontos: defesa do sentido espiritualista de vida; defesa dos grupos naturais (família, religião e

município); defesa da igualdade, da liberdade e da justiça com responsabilidade e deveres; comprometimento com a promoção da unidade e engrandecimento da Pátria; defesa da dignidade humana em combate ao materialismo. Os pontos básicos do programa associam-se claramente aos princípios integralistas, mas o partido afirmava-se aberto a militantes que não seguissem a doutrina. A I Convenção do PRP não definiu a postura frente às próximas eleições. Apenas em 20 de novembro o partido divulgou o apoio ao candidato Eurico Gaspar Dutra e inscreveu candidatos a deputado em 11 estados, em alguns pela sigla do PSD. A recente organização do partido refletiu-se nos resultados do sufrágio: o PRP elegeu apenas um deputado, Goffredo Silva Telles, em São Paulo, pelo PSD. Mais do que conquistar cargos, porém, a eleição de 1945 significou um passo importante na inserção do partido no processo político. Foi uma oportunidade de tecer contatos com outros partidos para futuras alianças e demarcar sua identidade. Além disso, a vitória do general Dutra contribuiu para sua legitimidade política.

Passadas as eleições, o PRP preocupou-se principalmente com a expansão nacional. Segundo Calil, “durante todo o ano de 1946 as ‘bandeiras’ do PRP percorreram quase todos os estados, arregimentando militantes e fundando diretórios (...). No decorrer daquele ano o partido aparentava grande otimismo com a expansão de sua estrutura”.²¹ A promoção das “bandeiras” era fundamental para solidificar a abrangência do partido, que se afirmava fundamentalmente nacional. Pode-se observar o crescimento do PRP em seus resultados eleitorais de janeiro de 1947: elegeu 18 deputados estaduais, oito prefeitos e 155 vereadores, em diversos estados. Contudo, tais resultados também demonstram uma concentração de eleitores em poucos estados, como Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, e a dificuldade de penetração nas regiões menos desenvolvidas do Norte e Nordeste. A

²¹ CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, p. 176-177.

concentração da base partidária, notadamente no Rio Grande do Sul em zonas rurais e coloniais, foi uma característica da atuação do PRP.

A expansão do partido em seus primeiros anos e a participação em eleições não o isentou de ameaças a sua legalidade. Em 1946, uma mudança na legislação passou a exigir 50.000 assinaturas para concessão de registro partidário permanente.²² O registro do PRP foi questionado por apresentar número inferior. Um decreto do Presidente Dutra, liberando os partidos que tivessem obtido no mínimo 50.000 sufrágios nas últimas eleições, livrou o PRP da cassação. O partido foi novamente julgado em 1947, devido a outra reformulação legal, mas seus estatutos e programa foram aprovados. Já em 1948, o senador udenista Vilas Boas apresentou pedido de cancelamento de registro ao PRP, denunciando seu caráter antidemocrático, baseado na presença de integralistas no partido. A denúncia, apesar de ganhar repercussão, era frágil e foi rejeitada pelo Tribunal Superior Eleitoral. As constantes ameaças ao registro partidário determinaram um estado de permanente tensão nos primeiros anos de ação política. Uma das principais preocupações do PRP era garantir a legitimidade como partido. A diversidade de coligações e acordos políticos, onde muitas vezes a moeda de troca eram declarações atestando seu caráter democrático, é indicativo da busca de aceitação no cenário político-partidário.

A II Convenção Nacional do PRP, realizada em 26 de outubro de 1946, foi um momento de definições. Plínio Salgado, de volta ao Brasil, foi eleito presidente da agremiação, o programa partidário foi reformulado e foi aprovada a sua Carta de Princípios. O programa aprofundou a análise de questões pontuais (família, educação, trabalho, saúde, justiça, etc.), apresentando propostas de reforma estatal e social. A Carta de Princípios, que passou a acompanhar o programa, definia a base filosófica do partido, centrada no princípio espiritual. A III Convenção Nacional complementou o processo de organização do PRP; os

²² Quando da fundação do PRP, em 1945, a Justiça Eleitoral exigia apenas 10.000 assinaturas.

estatutos partidários foram reformados e criadas dez secretarias nacionais (Arregimentação Eleitoral; Propaganda; Finanças; Assistência Social; Arregimentação Feminina; Arregimentação Trabalhista; Arregimentação Estudantil; Cultura Artística; Educação Moral, Cívica e Física; e Estudos e Planos Governamentais). As primeiras convenções foram importantes para a organização do partido, além de serem promotoras de mobilização e propaganda. Essas reuniões foram perdendo força com o passar dos anos, devido à centralização estabelecida nas II e III Convenções.

A estruturação interna e a doutrina do PRP fundaram-se em elementos presentes também na AIB, evidenciando a continuidade da experiência integralista. O integralismo no pós-guerra continuava atraindo a classe média e os pequenos agricultores, evitando o discurso classista, mas defendendo as demandas dos elementos dessas camadas. O antigo “Chefe” Plínio Salgado, agora presidente, manteve a mística em torno de si, envolta no tom de martírio e messianismo propiciado pelo período de ausência forçada pelo exílio. Salgado assumiu novamente o posto de guia doutrinário e político, centralizando as decisões ideológicas e práticas. Mesmo as manifestações de idolatria permaneceram, menos enfaticamente que nos anos 1930, principalmente em relação às imagens do presidente.²³ A posição central de Salgado no PRP foi assegurada pela prevalência de sua corrente doutrinária, que em tempos de AIB disputara atenções com as tendências economicista de Miguel Reale e anti-semita de Gustavo Barroso. O espiritualismo nacionalista, base do pensamento de Plínio Salgado, tornou-se o fundamento da filosofia integralista aplicada pelo PRP.

Outro ponto em comum na trajetória integralista é a organização burocrática do órgão partidário. O PRP apresentou um sistema complexo de órgãos e hierarquia, centralizando o poder na direção nacional. A direção preocupava-se em assegurar a disciplina partidária, limitando a autonomia das instâncias regionais. Uma das estratégias era intervir diretamente

²³ A exterioridade de manifestações, comum na Ação Integralista, foi abolida com a formação do PRP. Apesar disso, alguns rituais permaneceram.

nos diretórios, regulando desde o pagamento de tributos até o comportamento eleitoral. Atitudes dissonantes eram punidas com advertência ou expulsão. A censura na circulação de informações internas também era utilizada para manter as bases sob controle. A imposição de disciplina era extremamente importante para legitimar o discurso do PRP, que afirmava unidade e coesão. Durante o processo de consolidação partidária, o partido procurou destacar seu diferencial frente aos demais, alegando ser o único com base realmente nacional e espiritual, dotado de coerência de princípios inexistente em qualquer outro. Na tentativa de comprovar essa coerência, vasto material doutrinário era publicado, através de livros e periódicos de circulação nacional e regional. Na prática, os esforços pela coesão do partido não tiveram completo sucesso. A documentação partidária evidencia que as orientações dos dirigentes não eram cumpridas à risca e não eram raras as dissidências dentro das fileiras do partido.²⁴

O projeto político do PRP, como já vimos, era norteado pelos principais eixos do pensamento de Plínio Salgado. A identidade do partido estava associada ao nacionalismo, ao espiritualismo e à oposição aos representantes do ideal materialista. O municipalismo passou a ser uma das principais bandeiras partidárias, a partir do conceito de município como grupo social natural e base da nacionalidade. Em agosto de 1948, na V Convenção Nacional do PRP, foi lançada a Cruzada Municipalista Nacional, reivindicatória de maior autonomia administrativa, ampliação das prerrogativas e da arrecadação das unidades locais. Quanto aos inimigos, a crítica ao liberalismo foi amenizada, mas o comunismo permaneceu como grande vilão, ainda mais perigoso com o advento da Guerra Fria, segundo os integralistas.

A grande descontinuidade entre as vertentes integralistas surgidos nas décadas de 1930 e 1940 é a sua relação com o sistema político vigente. A Ação Integralista Brasileira, apesar de assumir um discurso mais leve a partir de 1935, caracterizava-se por uma postura

²⁴ As situações mais recorrentes são o atraso nas contribuições financeiras pelos diretórios estaduais e municipais e os conflitos envolvendo alianças eleitorais.

revolucionária. Seu objetivo principal era a instauração de uma nova estrutura estatal, o Estado Integral, sob influência do modelo fascista. O Partido de Representação Popular propunha-se a atuar dentro dos limites do sistema democrático. Mesmo criticando o caráter oportunista dos partidos brasileiros, o PRP não se colocava fora do sistema partidário ou combatia-o. Pelo contrário, houve grande esforço dos integralistas em inserir-se nesse sistema e participar igualmente do processo. Tão igualmente que utilizava os mesmos métodos criticados em outros partidos, como o estabelecimento das mais variadas alianças. O PRP formou coligações com diversos partidos em eleições e administrações estaduais e municipais.²⁵ A via revolucionária foi substituída pela disputa eleitoral, a aproximação com os demais partidos e a busca de intervenção institucional. Segundo Cardoso,

mesmo que o PRP se utilizasse do discurso de ser "autêntico partido nacional" com "doutrina e ideologia inflexíveis", que o diferenciava dos demais, na prática suas alianças se pautavam no sentido de se afirmar no cenário político e de garantir sua participação nos órgãos burocráticos do estado.²⁶

É importante ressaltar que a mudança de atitude dos integralistas frente ao regime foi fundamental para possibilitar seu retorno à arena política, democrática e avessa aos fascismos. Por outro lado, a formação de alianças demonstra que o partido foi assimilado por um sistema político predominantemente conservador, sendo seu apoio inclusive almejado pelos adversários.

1.1.3. Conceito de Integralismo

O integralismo é uma doutrina político-filosófica representativa de dois movimentos partidários significativos na história do Brasil: a Ação Integralista Brasileira (AIB), entre

²⁵ Pode-se destacar a aliança com o PTB, selada em 1958, na disputa do governo do Rio Grande do Sul. A coligação garantiu a eleição de Leonel Brizola para governador e Guido Mondim para senador. No governo, o PRP assumiu a Secretaria de Agricultura (Alberto Hoffmann), a direção do Banco do Estado (Juracy Machado) e a Secretaria de Obras Públicas (Mário José Maestri). Sobre a coligação com o PTB, ver CARDOSO, op. cit.

²⁶ *Ibidem*, p. 172.

1932 e 1937, e o Partido de Representação Popular (PRP), entre 1945 e 1965.²⁷ Segundo seus formuladores, uma doutrina universal e imutável, produtora de partidos e movimentos, mas superior a todos eles. Esta concepção foi enfatizada na reelaboração integralista pós-Estado Novo²⁸, com o objetivo, ao mesmo tempo, de dissociar o integralismo da imagem fascista da AIB e agregar adeptos não-integralistas ao PRP. A AIB foi considerada um método pelo partido, empregado segundo as necessidades do momento; seu radicalismo era justificado pela expansão da ameaça materialista (principalmente o comunismo) nos anos de 1930. Da mesma forma, o PRP era apresentado apenas como órgão de ação política, não abarcando a totalidade da doutrina integralista.²⁹ Os líderes integralistas, inclusive, afirmavam que o Partido não havia sido criado por seus seguidores. O incentivo ao ingresso no PRP por integralistas correspondia, apenas, à semelhança de ideais entre o Partido e a doutrina.³⁰

O integralismo era apresentado como um conjunto de princípios naturais, genuínos. O prócer Plínio Salgado chegou a negar a autoria da doutrina: “Na verdade, eu não inventei integralismo (...). Eu trago idéias que exponho e os brasileiros me dizem: ‘essas idéias são minhas’. Trago-vos o espelho de vossas almas”.³¹ Portanto, o integralismo seria apenas o reflexo da consciência, da alma nacional; constituído por autênticos valores e tradições brasileiros. Essa analogia entre o integralismo e os valores nacionais é que atribuiria ao primeiro seu caráter permanente e súpero em relação aos movimentos políticos

²⁷ Na década de 1980, antigos integralistas tentaram reorganizar o movimento, sem sucesso. Atualmente, o integralismo sobrevive através da Frente Integralista Brasileira, com núcleos em oito estados brasileiros. A FIB promove congressos, reuniões doutrinárias e mantém um site na Internet (www.integralismo.org.br). A organização não tem constituição partidária, afirmando possuir adeptos em diversos partidos; contudo, manifesta apoio ao Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).

²⁸ Alguns elementos desse conceito já estão presentes nos anos 1930 “(...) já que a AIB apresentava-se como movimento nacional acima dos partidos políticos e contrário a estes. Afirmava ainda que seu objetivo principal não era a participação em eleições mas sim a criação de um novo ‘espírito nacional’” (CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, p. 29).

²⁹ Por ocasião das eleições de 1945, o integralista Raymundo Padilha declarou: “A candidatura do General Eurico Gaspar Dutra não é apoiada pelo Integralismo, pois este não é um partido e sim uma doutrina política, e por isso mesmo paira acima das lutas partidárias, sendo o seu maior objetivo a união nacional sob os princípios gerais que hão de dar uma harmonia essencial à democracia brasileira” (PADILHA, Raymundo. *O Integralismo e o Partido de Representação Popular* (discursos). Rio de Janeiro, 1946. p. 52).

³⁰ Apesar disso, os perrepipistas permaneceram identificando-se e sendo identificados como integralistas.

³¹ SALGADO, Plínio. Discurso no Teatro São Pedro de Porto Alegre. In: *Discursos*. São Paulo: Panorama, 1947. p. 87.

institucionalizados. Assim, constituiria "um conjunto de verdades reduzidas a sistema e autorizando, destarte, um novo conceito de vida de dentro do qual deriva um novo conceito de Estado".³²

Este movimento de idéias representaria, então, o resgate da consciência brasileira, composta por caracteres morais próprios, e a produção de uma postura combativa que objetivava transformar a sociedade, segundo o modelo mais adequado a tais caracteres. Plínio Salgado oferece a definição básica de integralismo:

A doutrina integralista resume-se no seguinte: 1º) crença em Deus e na existência da alma imortal do homem; 2º) afirmação da liberdade e da responsabilidade do ser humano, a qual não poderia ser feita por um materialista, pois o Homem considerado apenas como matéria subordinar-se-ia às leis do determinismo, que excluem a liberdade e logicamente a responsabilidade; 3º) intangibilidade da pessoa humana, como consequência natural do direito e do dever de liberdade e responsabilidade do Homem; 4º) autonomia dos grupos naturais em que a pessoa humana se manifesta: a família, o grupo profissional, o município; 5º) direito de propriedade como garantia física da pessoa humana, dos grupos naturais e das liberdades do homem; 6º) afirmação da Pátria, como conjunto de pessoas humanas, de grupos naturais autônomos, e de municípios, e como garantia das próprias liberdades individuais e sociais da justiça das leis de equilíbrio econômico e moral.³³

Dessa definição pode-se deduzir os elementos principais da doutrina. A “crença em Deus e na existência da alma imortal do homem” transmite a idéia de ordem sobrenatural, de autoridade, que regula a ordem terrena. A manutenção e o respeito à ordem (sobrenatural e terrena) exigiria disciplina e responsabilidade social e moral. A existência da alma imortal permitiria, por sua vez, o livre-arbítrio, que para os integralistas era sinônimo de liberdade. Não obstante, a liberdade dependeria da responsabilidade, pois é ela que garantiria o equilíbrio social, onde a liberdade poderia ser exercida em sua totalidade. A sobrenaturalidade da doutrina também conota integralidade, agregação, atribuindo ao Homem e à sociedade uma finalidade suprema e comum. Como a própria denominação sinaliza, o integralismo propugnava um ideal de sociedade orgânica, harmonicamente constituída em torno de um denominador comum abstraído da consciência nacional que se propõe resgatar.

³² FREITAS, Madeira de. O Movimento do Sigma. In: *Enciclopédia do Integralismo Brasileiro*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958. p. 160.

³³ Nem violência nem ditadura para o combate ao comunismo, proclama Plínio Salgado. *Boletim do PRP*, n. 24, 25.06.1948.

A “autonomia dos grupos naturais”, a “afirmação da Pátria” e a crítica ao materialismo estabeleciam os parâmetros do que deveria ser a atuação política. Entre os elementos elencados pelo discurso integralista, a defesa da família, dos municípios e das classes trabalhadoras, o nacionalismo e o anticomunismo recebiam destaque especial. Esses elementos eram permeados por uma perspectiva eminentemente tradicionalista e moralista. Se por um lado se defendia a preservação das “liberdades individuais e sociais”, em um regime democrático, por outro se afirmava a existência de “leis de equilíbrio econômico e moral”. Isto significava a defesa de um Estado forte e regulador e a vigilância comportamental contra a liberalidade da sociedade.

A definição também traçava a diferença entre os elementos doutrinários (imutáveis) e os meios ou métodos práticos (adaptáveis) levados a cabo pelas organizações integralistas. Essa diferenciação era importante para desligar o integralismo de algumas diretrizes da AIB e permite observar a mudança de direcionamento do PRP em relação à Ação Integralista. O desligamento tornava-se mais fácil pela “praticidade” dos elementos da Ação que o integralismo buscava eliminar no contexto pós-1945. O corporativismo, a exterioridade de manifestação, a formação de milícias e o partido único eram questões muito mais práticas do que doutrinárias. No PRP, essas questões foram postas de lado e dada ênfase a princípios mais genéricos, como o espiritualismo, o nacionalismo e a moralidade, que poderiam ser utilizados apenas como referência subjetiva ou derivar em orientações objetivas do projeto. Nesse sentido, é interessante ressaltar que os elementos ignorados da antiga AIB tinham o objetivo de eliminar o caráter fascista do integralismo. Sendo assim, se nos anos 1930 o integralismo podia ser considerado um movimento fascista, no contexto de redemocratização este pressuposto não se confirma.³⁴

³⁴ A definição de fascismo apresentada por Francisco Carlos Teixeira da Silva contempla, sinteticamente: antiliberalismo, corporativismo, caráter revolucionário, nacionalismo, defesa do Estado forte e orgânico, poder centralizado no líder, expansionismo, anticomunismo/socialismo, irracionalismo, idéia de ordem e integralidade e autoritarismo (Os fascismos. In: REIS Filho, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O Século*

Além da atuação propriamente política, voltada à organização partidária, arregimentação de militantes e eleição de representantes, a doutrina integralista previa a orientação de outros tipos de ação. Planejava-se produzir ação social, intelectual, cívica e moral-espiritual. A ação social consistiria em prestar assistência aos desamparados e orientar a população. À ação intelectual competiria encaminhar estudos profundos sobre os problemas nacionais e despertar o interesse por tais temas. Celebrações de datas nacionais, culto a heróis brasileiros e disseminação do amor à Pátria deveriam ser contemplados pela ação cívica. A ação moral e espiritual pode ser considerada a principal, pois concentraria a essência da doutrina e deveria perpassar a atuação dos integralistas em todos os níveis. Tal ação consistiria em promover a reespiritualização da sociedade e a reabilitação da tradição moral. Desta deveria partir qualquer intervenção do integralismo na comunidade. A premissa coloca em evidência o fundamento filosófico do integralismo, princípio e fim do seu discurso, o espiritualismo.

1.2. O Espiritualismo

Um dos princípios mais característicos do integralismo era o espiritualismo, presente no âmago da doutrina, fornecendo-lhe a perspectiva orientadora de sua concepção de vida. Na essência, o espiritualismo seria o fundamento de toda religião ou crença. Não obstante, o movimento atribuiu-lhe significado particular, pois o conceito funcionava como esteio de suas concepções sociais e políticas. O primeiro preceito do espiritualismo é a crença na existência de Deus, da alma imortal e de uma realidade supra-terrena. As doutrinas espiritualistas não só afirmam a veracidade do divino e do sobrenatural, mas assumem postura combativa no

XX. v. 2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003). Destes itens, o integralismo abandona os três primeiros no pós-1945. A substituição do plano revolucionário é fundamental para a descaracterização do movimento como fascista, pois o integralismo não mais propõe a subversão, mas a adequação ao sistema liberal-democrático.

sentido de propagar essa verdade e concretizá-la socialmente. Ou seja, o espiritualismo supõe a ação catequética.

O integralismo afirmava que

segundo este conceito de finalismo e de Ordem, (...) Deus é a primeira e a Suprema Realidade, o Ser por Excelência, origem e fim último de todas as coisas. O homem, criatura de Deus, é um ser complexo, a um tempo material e espiritual, destinado a uma finalidade sobrenatural e eterna que para ser atingida implica a realização de uma tarefa terrena.³⁵

Deus teria criado o universo, os seres vivos e as leis naturais, que expressariam nada menos que a ordem divina imposta para a regulação da Criação. Além deste plano material, haveria um plano sobrenatural, junto a Deus, destino dos homens de boa vontade. Os dois planos teriam uma relação recíproca: a ordem divina coordenaria a realidade material e atribuiria livre-arbítrio ao homem, que através do desenvolvimento dos valores espirituais buscaria atingir a harmonia que o encaminharia ao destino superior. Esses valores seriam a preservação da saúde e do bem-estar, o exercício da honestidade e do respeito ao próximo, o desenvolvimento da cultura e do intelecto, e a realização de direitos e deveres frente à sociedade. O espiritualismo, então, compreende o universo como uma composição espiritual e material, hierarquizando, porém, essas duas expressões. Seria imprescindível que os homens aceitassem a existência de uma autoridade acima das contingências terrestres e priorizassem a ação no sentido de atingir seu destino espiritual.

O postulado da dualidade material/espiritual do universo e dos seres humanos era crucial na auto-legitimação da doutrina espiritualista integralista, pois resultaria em uma concepção totalitária de universo. As doutrinas inspiradas por essa concepção seriam efetivamente completas, as únicas capazes de compreender as vicissitudes do mundo. Por outro lado, a hierarquia em que se entrecem as duas realidades evidenciaria a virtude magnânima do espiritualismo. Essa filosofia era essencialmente maniqueísta, sendo que tudo

³⁵ CORBISIER, Margarida Cavalcanti de Albuquerque. Integralismo e Educação Feminina. In: *Enciclopédia do Integralismo Brasileiro*. Vol. IX, op. cit., p. 65.

que se refere às esferas do espírito era considerado naturalmente bom. O plano sobrenatural e os valores espirituais, referidos anteriormente, representariam a ética e a moral necessárias a construção de uma sociedade feliz. Segundo Plínio Salgado, “justiça, liberdade, igualdade, hierarquia, ordem e paz, todas essas expressões de equilíbrio e de harmonia, baseiam-se num princípio único: o da primordialidade e prevalência do Espírito sobre a matéria, ou seja, da superposição dos valores da Alma em relação as contingências do Corpo”.³⁶

A atividade humana estaria centrada no movimento do material ao espiritual. A condição de criação de Deus imputaria ao homem uma situação ambígua. Distinguir-se-ia dos demais animais pela inteligência e pela capacidade de criar e agir sobre a natureza (livre-arbítrio), o que lhe conferiria também uma essência divina; ao mesmo tempo, justamente em função dessa essência, teria responsabilidades perante Deus e a sociedade de que faz parte, a fim de realizar a finalidade superior motivo pelo qual foi criado. Essa finalidade seria constituída por dois objetivos: o constante aperfeiçoamento e elevação pessoal, através do trabalho e do sacrifício³⁷ em prol da família, da Pátria e do bem comum; e o estabelecimento da harmonia social, através da disciplina e da hierarquia. Existe aqui uma composição, algo dúbia, entre autonomia e regulação, que limita a ação dos homens.

É que a elucubração espiritualista constrói-se permeada pela idéia de ordem. Afinal, o universo era entendido como Criação, oposta ao caos. Paradoxalmente, era dessa idéia que provinha o conceito espiritualista de liberdade. Esta se originaria diretamente de Deus, pois “o ato de criação, feito por Deus é um ato de liberdade. A liberdade é inerente a Deus, e quando Deus criou o homem, pondo-lhe na alma a sua própria essência, (...) deu-lhe como dom supremo como seu morgadio, o dom da liberdade”.³⁸ Por outro lado, “Deus mantém o Universo com maravilhosa ordem”, resultando que “Liberdade e Ordem são princípios

³⁶ Mensagem de Natal de 1946. In: *Discursos*, op. cit., p. 93.

³⁷ A noção de sacrifício é muito importante na normatização espiritualista sobre como deveria se portar a humanidade. A dor e a renúncia são, ao mesmo tempo, meios de glorificação e obrigações dos homens.

³⁸ SALGADO, Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. In: *Discursos*, op. cit., p. 38.

eternos de Deus”.³⁹ A liberdade seria o livre-arbítrio para agir sobre a Criação, respeitando-se a individualidade alheia e os princípios espirituais que regem a convivência. Ou seja, distingue-se liberdade de liberalidade, ou a liberdade que só concede direitos e não prevê deveres perante o grupo social. Como à espiritualidade estão ligados os valores considerados positivos (moral, responsabilidade, honra), a liberdade só poderia ser concretizada quando aliada a uma concepção religiosa. Os limites impostos pela ordem sobrenatural, ou respeito aos princípios espirituais, e pelos deveres inerentes aos direitos representariam a garantia da efetivação da liberdade humana, na medida em que as prerrogativas individuais não absorvem as de outrem e zela-se pela manutenção da harmonia da sociedade. Se a liberdade requer ordem, a ordem requer autoridade para sua preservação. A autoridade era definida como “a força espiritual ativa e consciente, que disciplina e dirige a ação coletiva do grupo social para fins bons, que são os que asseguram o bem comum, sem o sacrifício das partes”.⁴⁰ O conceito espiritualista de liberdade, assim associado aos de ordem e autoridade, tinha conteúdo regente, adequado à doutrina conservadora e disciplinadora dos integralistas.

A crença na ordem divina também avançava em outro aspecto capital da doutrina espiritualista do integralismo: a idéia de destino e providencialismo. O desenvolvimento histórico obedeceria a um ritmo determinado por Deus. O integralismo concebia uma filosofia da história que postulava o aperfeiçoamento progressivo da humanidade, impulsionada pela finalidade suprema a que está submetida. A doutrina nos informa que “a história é a crônica do desenvolvimento e da transformação do Espírito dos Povos numa aspiração de perfectibilidade”.⁴¹ O processo histórico era explicado pela harmonia entre determinismo e livre-arbítrio; teria uma dinâmica (providência divina), mas estaria suscetível às ações

³⁹ SALGADO, Discurso de Belo Horizonte, *ibidem*, p. 174.

⁴⁰ CASTRO, Francisco Galvão de. Os quatro pontos cardiais do Integralismo. In: *Enciclopédia do Integralismo Brasileiro*. Suplemento, op. cit., p. 152.

⁴¹ SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1953. p. 14. Apud TRINDADE, op. cit., p. 203.

individuais. De qualquer forma, esta concepção de história estava profundamente imersa na noção de destino, e um destino regulado por força sobrenatural que é a-histórica, eterna:

Destino dos povos, vontade desconhecida, que ages no fundo das Eras, através das transformações numerosas e constantes do Espírito do Tempo e das fisionomias da Terra; Força providencial, que determinaste as migrações das raças e tangeste nacos em marchas de conquistas, fundando as religiões e estabelecendo os impérios; (...). Tu, que conduzes os povos, que modificas as cartas geográficas, que derrubas e ergues os tiranos, que oprime [sic] as multidões em obediência a teus secretos desígnios, e, como as oprime [sic], as elevas, na glória das civilizações.⁴²

Plínio Salgado estabeleceu uma periodização que evidencia a urdidura de ação humana e providencialismo. A história foi dividida em diferentes humanidades, que se sucedem sem limites rígidos de tempo e espaço⁴³, mas são definidas sob critérios religiosos. A primeira humanidade, chamada politeísta ou fase de adição, teria prevalecido até o surgimento do Cristianismo. É caracterizada pela subordinação do homem à natureza e pela diversidade de crenças, idéias e grupos sociais pouco organizados. A segunda humanidade, monoteísta, seria a fase de fusão, de integração dos elementos dispersos na primeira. Teria sua grande expressão na Idade Média, quando Deus foi causa, razão e finalidade única. A segunda humanidade concebera o mundo de forma totalitária, aos moldes da visão que o integralismo pretendia implantar.

A terceira humanidade, fase de desagregação, caracterizar-se-ia pela predominância do ateísmo. Teria se estabelecido com a emergência do Renascimento e definiria o mundo moderno: relativista, científicista, racionalista, materialista. Esta seria a humanidade instauradora do caos. O século XX estaria enfrentando a crise da terceira humanidade e veria, até o seu fechamento, a emergência da quarta humanidade. A fase da síntese de todas as civilizações anteriores, combinando o sentido de natureza da primeira, a proximidade com Deus da segunda e o domínio científico da terceira. Executaria o equilíbrio entre homem e natureza, entre matéria e espírito, entre ciência e divindade. A quarta humanidade seria um

⁴² SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. In: *Obras Completas*. Volume Quinto. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 123-124.

⁴³ A periodização das humanidades é discutida por SALGADO, A Quarta Humanidade; e por BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

novo “senso de vida, uma concepção cósmica”, que equivalia ao projeto de transformação integralista baseado na reespiritualização da sociedade. O mundo estaria enfrentando

problemas morais, culturais, multiplicando-se em problemas pedagógicos, estéticos, jurídicos e administrativos. E todos esses problemas não podem ser tratados segundo a mentalidade das civilizações extintas, mas segundo o sentido de uma época que se desdobra em novos planos e novas finalidades.⁴⁴

A nova época anunciada pelos integralistas é justamente a era em que o espiritualismo iria reinar.

A definição de espiritualismo contempla algumas idéias essenciais que norteavam a doutrina política do integralismo. Modo de vida inspirado por princípios espirituais, ordem, liberdade restrita, autoridade, moralismo, providencialismo. Esses elementos tinham a dupla função de compor e legitimar o discurso propagado pela AIB e, destacadamente, pelo PRP. Mas além de propugnar aspectos positivos, o integralismo contrapunha-se, pois “sem negação não pode haver afirmação”.⁴⁵ Para que o espiritualismo defendido pudesse, destarte, instituir um novo senso de vida harmonizador, seria preciso posicionar-se e combater frontalmente seu inimigo figadal: o materialismo.

1.3. O Materialismo

Integralismo, espiritualismo e materialismo constituem uma tríade de conceitos inter-relacionados; são inteligíveis nessa inter-relação. A doutrina integralista é positiva e negativa, ou seja, a defesa de seus projetos pressupõe também o combate ao outro, condição fundamental à sua própria existência como agente social. O embate é representado pela oposição permanente entre espiritualismo e materialismo, concepções de vida antagônicas filosoficamente, politicamente, economicamente e culturalmente. Essa “luta eterna” teria permeado toda a história humana, caracterizando suas respectivas eras. O auge do confronto

⁴⁴ SALGADO, A Quarta Humanidade, p. 19.

⁴⁵ Ibidem, p. 25.

teria sido o surgimento do comunismo e do liberalismo, pensamentos materialistas retrógrados do século XIX, mas em franca expansão, e a aurora do novo pensamento vanguardista do século XX, representado pelo integralismo.

Materialismo é um conceito maleável, constituído por diversas “representações materialistas” que se manifestariam conforme contexto ou interesse determinado.⁴⁶ Em linhas gerais, eram consideradas doutrinas materialistas aquelas que colocam a matéria acima do espírito, que valorizam a experiência terrena do homem em detrimento de um sentido superior:

O materialismo concebe o Universo e o Homem somente segundo suas expressões físicas. Nega, ou não considera, a existência de Deus e a imortalidade da nossa alma. Assim compreendida, não resta à criatura humana senão um destino biológico, circunscrito ao âmbito da terra. É na terra que o Homem usufrui todos os bens possíveis. Subordinado às leis da matéria, não poderá contra elas reagir e tudo quanto fizer para superar o determinismo a que está sujeito, será inútil e nocivo artifício.⁴⁷

Suas representações, então, seriam aquelas que simbolizam o apreço pelo plano material e a negação ou indiferentismo pelo plano espiritual. Seriam elas a razão, a ciência, a liberalidade, o prazer desenfreado, o ceticismo, entre outras. Essas faces do materialismo seriam propagadas pelo mundo por diferentes meios, como a maçonaria⁴⁸, o liberalismo, o socialismo, o anarquismo e o próprio “cristianismo hipócrita”, de ocasião. Além disso, as representações distribuir-se-iam em estágios. No primeiro estágio do materialismo estariam os “cristãos de fachada”, que colocariam o espírito em segundo plano no governo dos homens. Seria a tendência da mentalidade moderna, assumindo uma postura dúbia; acomodar-se-ia sem afirmar ou negar. É uma sociedade que se intitularia cristã, mas não praticaria o cristianismo e acabaria cooperando para a instituição da humanidade sem Deus. “Assim o

⁴⁶ OLIVEIRA, op. cit., p.75.

⁴⁷ SALGADO, Plínio. *O Conceito Cristão da Democracia*. Coimbra: Edições Estudos, 1945. p. 25.

⁴⁸ Apesar da condenação teórica das “sociedades secretas”, alguns integralistas eram maçons. Em carta remetida a Luiz Compagnoni, o perrepeista carioca Giraldo informa comparecer semanalmente à maçonaria “para ouvir as últimas ordens” (Rio de Janeiro, 2.8.1946. Correspondência do Diretório Nacional ao Diretório Regional. Fundo 2, Série 3, Acervo CD-AIB/PRP). O prócer gaúcho da AIB, Dario de Bittencourt, também se manteve ligado à maçonaria durante a atuação no movimento (BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.).

Cristo tem abandonado este mundo que se ajoelha diante dele no altar, mas que o rejeita na vida pública e na vida privada. Este mundo que lhe diz sim em tudo o que é formal, e que lhe diz não em tudo o que é essencial”.⁴⁹

O segundo estágio equivaleria ao agnosticismo, ou seja, à ignorância e indiferença sobre a existência de Deus e da alma. Esse tipo de materialismo seria resultado da decadência moral da sociedade moderna, voltada exclusivamente à busca de luxo e riqueza. Esse alheamento frente ao que se considera a verdade e o bem pelo espiritualismo, constituiria uma atitude possivelmente mais nefasta que o próprio ateísmo, “porquanto negar já é ao menos considerar, enquanto abster-se, numa atitude de imparcialidade displicente, é negar falando a linguagem do desprezo, idioma preferido dos anjos rebeldes que o orgulho perdeu”.⁵⁰ Neste estágio, localizaria-se o liberalismo contemporâneo, que não se manifesta quanto às questões religiosas. O terceiro estágio seria o estritamente materialista, aquele em que se nega a existência de Deus. Seria simbolizado pelo pensamento científico e naturalista, ateuista, que priorizaria os movimentos econômicos e biológicos. Corresponderiam a este estágio o marxismo e socialismo científico. Karl Marx e Friedrich Nietzsche eram destacados como os grandes teóricos da negação espiritualista. Sua manifestação furiosa anti-religiosa teria seus pontos positivos: “é perturbador pensar que esses dois anunciadores do Anti-Cristo, com grandes lunetas de aumento, tornaram patentes aos nossos olhos as realidades de um mundo em que se estabelecera o vergonhoso conúbio do ‘Sim’ e do ‘Não’”.⁵¹ A veemente contraposição ao espiritualismo permitiria revelar todo o materialismo sub-reptício da sociedade e lançar luz sobre o inimigo a ser exterminado.

Os três estágios do materialismo coexistiriam formando o cenário da terceira humanidade. Esta etapa da história teria conhecido seu auge entre o século XIX e o início do

⁴⁹ SALGADO, Plínio. *A Aliança do Sim e do Não*. Seguida de *O Mistério da Ceia*. 2ª ed. São Paulo: Editorial Presença, 1945. p. 72.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 29-30.

⁵¹ *Ibidem*, p. 67.

século XX, encontrando-se em decadência na contemporaneidade. Sua principal característica seria a separação entre os homens e Deus, refletindo em uma tendência geral a desagregação e a luta. A crise da modernidade, a crise materialista, seria o agravamento do problema religioso; a humanidade que abandonou Deus seria agora abandonada por Ele. O afastamento promovido pelos homens seria uma “sementeira de ventos”, implicando na sociedade científica tecnicista, racionalista, mas em disponibilidade, perdida, escravizada pelo determinismo e pela liberdade sem limites morais. Uma sociedade consumida pelo luxo, pela filosofia do êxito, pois se não há a crença em um destino pós-morte, a regra seria o máximo aproveitamento da vida material, à revelia do bem-estar alheio ou de qualquer contrapartida exigida por uma autoridade superior.

A sociedade da terceira humanidade estaria contaminada pelo “espírito burguês”, modo de vida disseminado entre todas as camadas sociais, tendo em vista que burguesia não era uma classe, mas um estado de espírito. Seria a mentalidade característica da valorização material acima da espiritual, do imoralismo e do personalismo, divulgada a exaustão por meio da cultura contemporânea:

O “espírito burguês” está no cinema, no teatro, no rádio, nas revistas, na literatura, nas artes, nos costumes. É luxo e ostentação; é ociosidade e comodismo; é avareza e cupidez; é ceticismo e moleza; é orgulho e despeito; é sensualidade e luxúria; interesse mesquinho e oportunismo; é bajulação dos fortes e idolatria dos ricos e poderosos do momento; é medo das atitudes e terror das responsabilidades.⁵²

Os “burgueses” seriam os homens que, sempre em busca de favorecimento pessoal, transitariam entre pólos opostos, participariam de negociatas, não atendendo a nenhuma concepção rígida de vida. Desejariam gozar ao máximo, sem obedecer a limites. E, assim, o “espírito burguês” iria corroendo as estruturas sociais, pois as liberdades desenfreadas retirariam da humanidade seus direitos e deveres; as relações perderiam o nexos e o respeito mútuo não teria mais significado. Esse senso de vida teria sido aceito largamente, como uma premissa moderna e quase inquestionável. Caberia ao Estado promover um saneamento

⁵² SALGADO, Plínio. Espírito da Burguesia. In: *Obras Completas*. Vol. XV. São Paulo: Editora das Américas, 1956. p. 33.

cultural, de modo a controlar a circulação de idéias que atentassem contra a verdadeira liberdade moral.

O objetivo do homem materialista contemporâneo seria “realizar-se na expressão biológica mais completa, cuja medida lhe é dada pelos sentidos cujo potencial deve ser tecnicamente dilatado como consequência do conhecimento científico. Dessa maneira, ciência é erigida em mito, ou (...) em tabu da civilização sem Deus”.⁵³ A ciência haveria assumido o papel de peso e medida na terceira humanidade, arrogando-se a função de desvendar as verdades da natureza e ditar os princípios em que a sociedade basear-se-ia. Segundo os materialistas, a ciência aboliria o obscurecimento das mentalidades imputado pela religião, produzindo o conhecimento libertador. O espiritualismo apregoava justamente o contrário; a ciência tiraria do homem as certezas e mergulharia a humanidade no ecletismo e na dúvida. Estando as ciências naturais e humanas em permanente revalidação, com novas descobertas surgindo a cada dia, o racionalismo tão valorizado pelo materialismo equivaleria a relativismo. A “civilização da dúvida” também perderia nesse processo a capacidade de realizar sínteses e apreciar a totalidade do universo. Assim, a ciência seria sempre deficiente; questionando, nunca alcançaria afirmações, respostas aos anseios humanos. E a humanidade que a reverencia abriria mão das certezas e desfrutaria da confortável ignorância, não precisando posicionar-se e agir frente às mazelas do mundo: “Duvidar foi a conquista máxima da filosofia burguesa (...), como anestésico dos grandes remorsos inquietadores, como habeas-corpus concedido à ganância do egoísmo, à omissão culposa”.⁵⁴

Outra tragédia provocada pelo culto científico seria a emergência da “civilização siderúrgica”, voltada à indústria pesada, à tecnologia e ao crescimento produtivo. Devido às exigências da sociedade tecnicista, o homem tornar-se-ia um ser mecanizado. O progresso materialista, baseado no critério de rentabilidade, não preservaria a sociabilidade e o

⁵³ SALGADO, *O Conceito Cristão da Democracia*, p. 27.

⁵⁴ FREITAS, op. cit., p. 153.

desenvolvimento do intelecto, mas reduziria os trabalhadores a máquinas.⁵⁵ A crítica não era ao progresso técnico em si, mas à mentalidade materialista que o rege. Seria necessário dar um sentido espiritualista ao desenvolvimento material e às relações humanas no interior dos sistemas produtivos. A máquina deveria ser escrava do homem, possibilitando seu progresso e sua libertação. Ademais, a ciência poderia ser um instrumento para o conhecimento da “verdade absoluta”, a realidade espiritual. As descobertas científicas e as leis estabelecidas a partir delas seriam evidências da criação divina e cooperariam para a compreensão aprofundada dos desígnios do criador. Dessa forma, a ciência deveria ser utilizada para comprovar a existência e enaltecer Deus, ao contrário de negá-lo.

A mesma humanidade que prestigiava a ciência glorificaria as liberdades. O relativismo em que teria mergulhado a modernidade concederia um avanço extremado à liberdade individual: “pelos direitos se insurgiu, declarou e ateou o incêndio das discórdias. Direitos do homem, direitos da mulher, direitos das classes, direitos do comércio, das nacionalidades, das raças. Direitos a todas as liberdades”.⁵⁶ O espiritualismo, como vimos, preconizava um conceito de liberdade limitada, restrita por deveres morais e respeito ao próximo. A libertação que o materialismo anunciava seria a condução a escravidão, pois abandonaria o homem à ausência de regras sociais e instituiria a lei da sobrevivência do mais forte.⁵⁷ A liberdade sem um pressuposto religioso seria nociva, pois não definiria até onde os homens poderiam seguir sem comprometer a individualidade alheia. Mais do que isso, a

⁵⁵ “O ‘espírito da máquina’ é esse o sentido de materialismo e de mecanização da sociedade, que dia a dia se acentua pela trituração da pessoa humana e dos grupos sociais nas engrenagens do industrialismo” (SALGADO, *A Aliança do Sim e do Não*, p. 116-117).

⁵⁶ *Ibidem*, p. 56.

⁵⁷ “A liberdade dos instintos origina o automatismo do hábito; a liberdade econômica engendra um mecanismo de conseqüências ruins ao equilíbrio coletivo e portanto também ruins ao indivíduo componente da coletividade; a liberdade política exige poder dos mais audazes (segundo os próprios impositivos da seleção biológica) e por conseguinte submete à escravidão a própria maioria dos tipos médios arrastados pelo fascínio das propagandas argentárias ou pelo terror das demagogias extremistas; a liberdade religiosa, se se baseia no desinteresse por parte do Estado pelas questões da causalidade e da finalidade, constitui ela própria a negação das religiões, cuja influência no campo social é implicitamente repelida. Vemos assim que todas as liberdades proclamadas pelo materialismo redundam em situações coercitivas e que o Homem-Livre é exatamente o Homem-Escravo” (SALGADO, *O Conceito Cristão da Democracia*, p. 32-33).

concepção espiritualista de vida estabeleceria um controle social ordenador, que impediria o assentamento do caos. Sem lei, finalidade ou valores superiores, as civilizações estariam irremediavelmente fadadas ao fracasso e à dissolução.

A afirmação de que a liberdade propalada pelo materialismo era falsa ancora-se na associação ao determinismo: “Ora, se no universo não há intervenção, regendo-se a matéria pelas leis que lhe são inerentes e que existem desde sempre, também o Homem não pode intervir no sentido de modificar os fatos históricos, pois estes se conduzem pelo imprescritível curso do determinismo”.⁵⁸ Os espiritualistas consideravam uma contradição a aceitação do livre-arbítrio paralela à negação da existência de alma, pois o primeiro seria uma consequência da segunda. Trata-se aqui da oposição entre dois tipos de liberdade limitada. A ilusória liberdade do materialismo seria impossível de realizar-se, pois a ciência impõe leis e ciclos naturais onde o homem representaria um mero animal sem alma, logo sem capacidade de intervenção. Seria, então, limitada pelo determinismo. O espiritualismo, por outro lado, defendia que a liberdade verdadeira era aquela em que os homens aceitam a existência de princípios eternos que regulam a sociedade. A liberdade seria um dom humano natural, depreendido da existência de alma, mas que necessitaria de restrição para realizar-se plenamente e igualmente para todos.

Individualismo, agnosticismo ou ateísmo, liberalidade, relativismo; os fundamentos do Materialismo representariam a semente da desagregação e da desordem que impedem a construção da sociedade espiritualista e integral, onde se realizariam a verdadeira liberdade e harmonia humana. O discurso integralista anunciava a batalha entre duas concepções de vida diametralmente opostas: a espiritualista, que crê e afirma, que disciplina; e a materialista, que se abstém, que ignora a natureza humana e assim abandona a sociedade à ruína. Estes dois sentidos penetram na doutrina integralista de modo a dar forma a suas propostas e a seus

⁵⁸ Ibidem, p. 26.

inimigos, atribuindo à política um caráter de atividade religiosa e evangelizadora. E esse modelo de política pretendido não tinha como parâmetro apenas o conceito subjetivo de espiritualismo. Ou melhor, o espiritualismo integralista tinha uma identidade, a cristã, e bebia na fonte do catolicismo conservador para traçar a sua doutrina. O projeto de construção da sociedade espiritualizada, guiada pelos ensinamentos do cristianismo, havia sido apresentado pela Igreja Católica no Brasil no segundo decênio do século XX. O movimento de reação católica muito tinha em comum com o viés autoritário do integralismo. Por outro lado, foi das fileiras do próprio catolicismo que emergiria, a partir da década de 1940, uma das faces materialistas mais combatidas no discurso do PRP; combate que enfatizava a similitude entre integralismo e tradicionalismo católico.

Capítulo 2 – “Primeiro Cristo!”: identidade cristã e relações com o catolicismo

O conceito de espiritualismo expressa a crença na existência de Deus, criador e interventor, e da alma, elemento da dualidade espiritual-material do homem, ser destinado a uma finalidade superior. Essa definição primeira não se relaciona com qualquer confissão religiosa. Porém, a doutrina integralista agregou-lhe uma identidade cristã, a partir da qual alegava conceber sua concepção política. O movimento convergiria na formação de uma frente espiritualista de luta pela consagração dos princípios cristãos na sociedade, contra a proliferação do materialismo. Outrossim, é certo que a identificação com o cristianismo traduziu-se em aproximação ao catolicismo, consoante a maioria religiosa brasileira e as semelhanças com sua doutrina social. Essa aproximação, frutífera na década de 1930, não teve o mesmo desenvolvimento depois da formação do PRP. As dificuldades encontradas pelo partido no contexto de pós-guerra refletiram-se nas suas relações com a Igreja Católica e o laicato, que também estavam enfrentando mudanças de direção. A similaridade entre os discursos integralista e católico tradicionalista manteve-se, mas a tendência da Igreja a acompanhar os “ventos” da política e aliar-se ao Estado afastou o apoio que outrora esboçara a AIB. Por outro lado, a emergência de posturas progressistas, assumidas por leigos e sacerdotes, fez surgir fortes discordâncias entre os integralistas e essa parcela católica. Em meio a esta situação, os perrepistas procuraram afirmar-se como verdadeiros representantes dos ideais sociais católicos, de forma a atrair a simpatia dos fiéis ainda majoritariamente conservadores.

2.1. A identidade cristã

A doutrina integralista defendia a ação no sentido de implantar a ordem e a justiça social, através da imposição da prevalência dos valores espirituais sobre os materiais. A inspiração para tal obra era a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo, que trouxera a luz ao mundo, fora perseguido e negado, mas triunfara. Dessa forma, os integralistas afirmavam-se “não somente espiritualistas, mas cristãos, porque nos ensinamentos do Evangelho encontramos a chave da felicidade humana, dos governos justos e da paz entre os homens e as Nações”.⁵⁹ Os princípios cristãos corresponderiam à proposta integralista. Primeiramente, porque o cristianismo seria integral, conceberia o universo como composição material e espiritual, sob a regulação divina. O cristianismo seria solidário e contrário aos sectarismos; respeitaria as peculiaridades individuais e reconheceria as diferenças entre os homens. A doutrina cristã defenderia a autoridade e a hierarquia, como reflexo da autoridade de Deus, sem jamais violentar os direitos da pessoa humana. O cristianismo exigiria comprometimento, doação, cumprimento de deveres perante a coletividade, objetivando a harmonia e o bem-estar social. Sintetizaria os preceitos fundamentais de ordem e liberdade, tanto propalados pelo integralismo, “sendo o Cristianismo o defensor supremo das prerrogativas da ‘pessoa humana’, cuja integridade e intangibilidade ele preserva, traçando nitidamente as normas das ações segundo um ritmo de moralidade cuja medida é a Lei de Deus”.⁶⁰ Além das semelhanças doutrinárias, o nacionalismo integralista determinava o respeito à tradição religiosa cristã dos brasileiros; logo, o PRP “assenta os fundamentos da verdadeira e real

⁵⁹ CARTA de Princípios e Programa do PRP. Diretório Regional Rio Grande do Sul, 1955. p. 31.

⁶⁰ SALGADO, *A Aliança do Sim e do Não*, p. 39.

política da permanência e constante atuação dos valores religiosos do cristianismo, constituindo-se, destarte, um partido eminentemente cristão”.⁶¹

Definida a orientação religiosa, havia a preocupação em não incompatibilizar o PRP com nenhuma crença. Os integralistas enfatizavam que o seu partido não possuía confissão religiosa e que seu principal objetivo era unir os espiritualistas no combate às ameaças materialistas. A chamada “frente cristã”, que eles propunham, deveria estender-se a fiéis de outros credos, não-cristãos: “há também lugar para todos aqueles que cultuam a majestade divina, sob qualquer aspecto. Venham os budistas; venham os judeus; venham os muçulmanos; venham os livre-pensadores que afirmam a existência de Deus”.⁶² O critério seria o comprometimento com os valores humanistas e harmônicos provindos da aceitação da realidade divina e espiritual.⁶³ Com esse argumento conciliatório, o PRP pretendia mostrar-se aberto a todas as religiões, sem distinção, e dialogar com seus fiéis, transmitindo a mensagem de que não apenas seriam respeitados na sua crença, mas que esta seria valorizada como instrumento de transformação social pela agremiação.

Não obstante as referências à formação de uma “frente cristã” ecumênica, as manifestações de alinhamento ao catolicismo prevaleceram no discurso perrepista. O cristianismo puro, na verdade, seria o associado à Igreja Católica, tendo sido vulgarizado por movimentos reformadores, que “nunca produziram outro resultado que a deturpação e a mutilação do primitivo e genuíno cristianismo”.⁶⁴ Esses movimentos teriam fragmentado o cristianismo em diversas religiões sem a plenitude de compreensão cristã que o catolicismo alcançara. A Igreja Católica, dentro do cristianismo, destacar-se-ia como a que melhor

⁶¹ Aos Integralistas e a todos os Brasileiros de boa vontade. Panfleto, 2.11.1946. Fundo 3, Série 13, Acervo CD-AIB/PRP.

⁶² Mayrink arrebatou as multidões. *Idade Nova*, n. 134, 24.3.1949. Um reflexo da reorientação integralista pós-guerra é a menção aos judeus. Na antiga AIB o judaísmo era considerado uma das faces do materialismo a ser combatido.

⁶³ O pesar pela morte de Gandhi, cuja “vida foi uma imolação contínua por grandes ideais que foram sempre o apanágio do Cristianismo: a paz e a fraternidade entre os povos”, demonstra a consideração dos valores cristãos como universais (MENDONÇA, Euclides Pereira de. Pagão com alma de cristão. *Idade Nova*, n. 75, 5.2.1948).

⁶⁴ PIMENTEL, Mesquita. A Posição de Maritain. *Idade Nova*, n. 57, 2.10.1947.

definiu-se em relação à doutrina social e política, refletindo perfeitamente os princípios de sua matriz religiosa. Dessa forma, o integralismo se colocava como seguidor de seus ensinamentos, tendo em vista que “a Igreja conhece o verdadeiro destino e elegeu, inspiradamente, a melhor trajetória para a felicidade dos homens sobre a terra”.⁶⁵ A condição do Brasil como “maior nação católica do mundo” não era ignorada e caberia ao integralismo consagrar a fé de sua pátria.

A inspiração católica do integralismo é evidente na frequência com que seus textos remetem-se a autoridades ligadas à religião, sejam intelectuais católicos, leigos ou sacerdotes. Em especial, duas encíclicas papais, norteadoras do pensamento católico, eram constantemente referenciadas como suporte para ao espiritualismo integralista: *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891), e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1931). A primeira tornou-se o marco fundador da doutrina social da Igreja, que procurava acompanhar as transformações do mundo contemporâneo. Manifestava a intenção da instituição em se posicionar frente aos problemas sociais, apresentando a “denúncia de um capitalismo cruel, identificável nos finais do século XIX pela terrível situação da classe operária; da inércia do Estado liberal descompromissado com a miséria e conivente com as leis do livre mercado”.⁶⁶ Além de criticar a crise moral e econômica reinante, a encíclica ressaltava a necessidade de contenção das tendências revolucionárias a que poderia ser arrastada a classe obreira em face dessa crise, pois, “embora [a Igreja] clamasse por uma ordem social mais justa e por um equilíbrio entre o trabalho e o capital, sua doutrina social continuava a conter elementos conservadores”.⁶⁷ Questões muito caras aos integralistas foram contempladas no documento. Este pontuava a incongruência do nivelamento social e a necessidade da diferenciação entre os homens, segundo suas potencialidades. Ressaltava a importância da propriedade privada,

⁶⁵ A Igreja e os Problemas Nacionais. *Reação Brasileira*, n. 1, 31.5.1945.

⁶⁶ BARRERAS, op. cit., p. 49.

⁶⁷ MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 43.

com função social, servindo de “elemento estabilizador de equilíbrio, numa sociedade humana”.⁶⁸ Pregava a concórdia nas relações de produção, através da humanização do trabalhador e reprovação de atos reivindicatórios subversivos.⁶⁹ O papel do Estado como supervisor da ordem e órgão de assistência era enfatizado. A *Quadragesimo Anno*, comemorativa aos quarenta anos da carta de Leão XIII, “retoma a discussão sobre a *questão social* e reforça a condenação às soluções marxistas”⁷⁰, em vista da indefinição do mundo frente à decadência do modelo político liberal. As advertências anticomunistas de Pio XI foram amplamente utilizadas pelo PRP. Em comum, as duas cartas pastorais denunciavam os efeitos corruptores do materialismo e clamavam pela urgência da recristianização social, aos moldes do plano espiritualista propugnado pelo integralismo.

Para os integralistas, sua doutrina estava em perfeita consonância com os princípios católicos. Segundo o perrepista Osmar Pedrollo, católico praticante declarado, “o integralismo, para quem tem uma orientação, no nosso caso, uma orientação de Igreja, o integralismo não era nem mais e nem menos do que a doutrina social da própria Igreja”.⁷¹ Os partidários buscavam enfatizar sua identificação com o catolicismo enaltecendo a doutrina da Igreja e divulgando manifestações de prelados e leigos em apoio ao integralismo: “grandes figuras do Episcopado, renovadores do movimento litúrgico no Brasil, implantadores [sic] da Ação Católica, revigoradores [sic] do nosso reacionarismo anti-comunista e anti-liberal [sic], manifestaram sua simpatia pelo Integralismo”.⁷² Nos periódicos ligados ao PRP, era comum a publicação de notícias informativas e opinativas sobre os acontecimentos mundiais e nacionais referentes ao catolicismo. O partido, inclusive, era associado a alguns desses

⁶⁸ RIBEIRO, F. M. de Sá. O Cristianismo Social. *Idade Nova*, n. 3, 18.5.1946.

⁶⁹ “Reprova qualquer ato de violência nas suas reivindicações, condenando sedições e sabotagens (...). Aos patrões e portentados [sic] prescreve tratamento digno e humano do operário, pois não se deve ver, nele, somente um vil instrumento de lucro. Prescreve mais, que o salário deve ser justo e necessário” (Ibidem).

⁷⁰ RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: o imaginário anti-comunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 54.

⁷¹ CARDOSO, Claudira do S. C.; MILKE, Daniel R. & SANOCKI, Márcia. *Depoimento de Osmar Pedrollo*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2002. p. 47.

⁷² O Dr. Alceu e o Integralismo. *Reação Brasileira*, n. 29, 13.12.1945.

acontecimentos, participando ou simpatizando com eles. Exemplo disso foi a atenção dispensada à presença de Plínio Salgado em eventos católicos, como as Concentrações Marianas, em Presidente Prudente e São José do Rio Pardo, em maio de 1948 e novembro de 1949, e as Conversações Católicas de San Sebastian, na Espanha, em setembro de 1948⁷³. Essa divulgação evidencia como o partido procurou situar-se no espectro católico e adquirir autoridade dentro dele. Por ocasião do conclave em San Sebastian, destinado a elaborar uma nova “Carta de Direitos do Homem” segundo os valores do catolicismo, o jornal *Idade Nova* destacou:

quem fez o sr. Plínio Salgado representante brasileiro, foram os próprios promotores da reunião, que nele reconheceram um nome católico de grande projeção internacional. A nós, brasileiros, o fato só nos deve encher de justa satisfação, independentemente mesmo de posição partidária, pois não foi como homem de partido e sim como autoridade do pensamento leigo católico que convocaram o eminente brasileiro.⁷⁴

Através da figura do presidente Salgado, o PRP propagava possuir reconhecimento nos círculos religiosos. Isso garantiria a autoridade para representar os católicos politicamente. As indicações concedidas pela Liga Eleitoral Católica (LEC)⁷⁵ também serviam de atestado ao comprometimento do partido com os interesses dos fiéis. Em resposta aberta à Liga, em 1947, o PRP do Rio Grande do Sul afirmava-se defensor da sociedade cristã e dizia que seus “representantes na futura Assembléia Legislativa do Estado bater-se-ão no sentido de que os postulados da Igreja inscritos na Constituição Federal sejam concretizados sem demora, como importa seja feito”.⁷⁶ Já na campanha eleitoral de Eduardo Gomes para a presidência, coligado com o PRP em 1950, o partido apresentava-o como “candidato dos católicos”, pois teria recebido não só a aprovação, mas a aparente preferência da LEC. Os

⁷³ As Conversações Católicas de San Sebastian foi um evento promovido por correntes católicas ultra-conservadoras, sem a chancela da Igreja e do papa. Os organizadores e participantes manifestavam um alinhamento com a instituição, que não existia oficialmente.

⁷⁴ Serpente mordendo a própria cauda. *Idade Nova*, n. 104, 26.8.1948.

⁷⁵ A LEC foi criada em 1932, com o intuito de orientar politicamente os católicos. Os candidatos aos pleitos que se comprometessem com as reivindicações mínimas constituintes do programa da LEC recebiam sua indicação, recomendando o voto aos católicos. A LEC era dirigida por leigos, mas submetida à Igreja, e não possuía vínculos partidários.

⁷⁶ Resposta do PRP a Liga Eleitoral Católica. *Boletim do PRP*, n. 14, 7.1.1947.

perrepistas, inclusive, assumiam uma postura fiscalizadora, advertindo que “a Liga é uma força, e ninguém que dispute cargos e busque, para isso, votação, irá alijar de si uma força ponderável”; sendo assim, não bastaria apenas a resposta favorável dos candidatos às exigências da LEC, mas a análise de sua personalidade e trajetória antes de recomendá-los aos católicos: “há por aí muito lobo vestido de pele de ovelha e, pois, todo cuidado é pouco”.⁷⁷

Naturalmente, o esforço do PRP em vincular-se ao catolicismo entrou em conflito com seu propalado ecumenismo e gerou alguns constrangimentos para a entidade partidária. Em diretiva nacional, os dirigentes alertavam que os órgãos do partido não deveriam ser “instrumento ou pretexto para lutas religiosas que, longe de unir os cristãos para a luta contra o materialismo, mais os dividem. É preciso ter em vista que o P.R.P. é uma mera organização política e não lhe compete magistério religioso”.⁷⁸ Contudo, na prática, as manifestações individuais eram estendidas a todo o partido, demonstrando que haveria um alinhamento intelectual de fato com a doutrina católica. Na Região Sul do país, esse tipo de postura gerou um “caso religioso”, particularmente nas áreas de colonização alemã com forte presença protestante. O presidente do Diretório Municipal de Ijuí, Alberto Hoffmann, comentou a questão em carta ao Secretário Estadual do PRP, Juracy de Assis Machado. A tendência católica do partido estaria comprometendo a arregimentação de protestantes na colônia e pedia-se um posicionamento mais claro da alta direção sobre seu caráter não-confessional. O remetente elucidou o problema:

Há adversários que nos taxam de Partido de Representação Papista. Exploram isso bastante, principalmente entre os colonos pertencentes a uma ou outra religião protestante. E, infelizmente tem-se notado uma falta de habilidade extraordinária neste sentido da parte de alguns de nossos dirigentes. *Idade Nova*, afigura-se mais católica do que a maioria dos jornais católicos. Destaca excessivamente encontros, entrevistas, visitas com prelados. Isto pode ser ótimo para o norte, mas não para trabalhar no Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. Escreveu o chefe um bellissimo artigo sobre O Dia da Imaculada, artigo que enche de júbilo a nós católicos, mas que em jornal político é, principalmente nesta zona, muito contraproducente, por ser isto justamente um dos pontos mais "apaixonadamente" contestados pelos evangélicos.

⁷⁷ Os postulados da L.E.C. *Idade Nova*, n. 32, 14.12.1946.

⁷⁸ Orientação para formação das Bibliotecas Municipais do PRP, 20.3.1951. Deliberações do Diretório Nacional Geral. Fundo 3, Série 6, Acervo CD-AIB/PRP.

Põe outrossim a *Idade Nova* em letras garrafais uma declaração do deputado Lara Vilela ligando a palavra "católico" a "integralista" (...). Compagnoni já escreveu um artigo onde meteu "só a religião católica pode — etc.". Creio que trabalharia muito mais, ou daria melhor resultado para nossa religião, se a idéia em si fosse indiretamente aceita, sem o termo expresso porém. Quanto às alegações supra sobre *Idade Nova* tenho o dever de comunicar que o deputado Kaminski queixou-se, em conversa confidencial, que comigo manteve, que *Idade Nova* recusou-se a publicar um artigo dele com referência a Igrejas evangélicas.

Está pois na hora da turma cuidar mais lá no Rio, ou mesmo (como já disseste) o Chefe escrever um artigo "O PRP e a religião", defendendo o conceito de aceitarmos em igualdade de condições os componentes de qualquer religião cristã (...).

Creia que a nossa expansão na colônia depende muito de nossos cuidados e orientação sobre o problema acima focalizado.⁷⁹

Assis Machado relatou a situação a Manoel Ferraz Hasslocher, figura ligada a direção nacional do PRP. Em carta, informava a ampla presença protestante nos Estados do Sul e nas fileiras do partido. Além da dificuldade de esclarecer a militância sobre a posição religiosa da agremiação, devido ao "silêncio dos Estatutos e outras publicações nossas, vazadas em linguagem franca e expressamente católica", informações confidenciais teriam denunciado a propaganda de tradições germânicas⁸⁰ por pastores, representando um obstáculo à arregimentação de fiéis evangélicos. Seria necessário uma contra-propaganda, para atrair e orientar os protestantes dentro do integralismo:

O clero católico, mais esclarecido, sabe de nossa orientação pelo simples enunciado de nossos documentos básicos, como também pela leitura das obras do chefe e pelas suas inúmeras manifestações. Parece, pois, que tendo em vista o aspecto político da questão, não só de caráter imediatista (...), mas de ordem transcendental no sentido de uma real integração nacional de patrícios que precisam de orientação nossa, parece, repito, urgente que enfrentemos com tais propósitos este outro setor.⁸¹

O luterano Emílio Otto Kaminski foi um representante das religiões não-católicas no PRP. Segundo ele, "havia mesmo desvios, tinha gente que achava que o integralismo devia ser católico, que era a maior... a religião professada pela maior parte do povo, então ele

⁷⁹ Carta sem remetente a Juracy de Assis Machado. Ijuí, 29.12.1948. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP. Através da carta posterior sabe-se que o remetente desta é Alberto Hoffmann.

⁸⁰ "Não no sentido natural de hábitos familiares, transmitidos de pai para filho, mas no sentido histórico, bismarkiano, da raça, com exclusão e às vezes repulsa do que é brasileiro" (Carta de Juracy de Assis Machado a Manoel Ferraz Hasslocher (Confidencial). Porto Alegre, 4.1.1949. Correspondência do Diretório Regional ao Diretório Nacional. Fundo 2, Série 3, Acervo CD-AIB/PRP).

⁸¹ Ibidem.

deveria ser católico. Ora, nós, que não éramos católicos, nos opúnhamos a isso”.⁸² Defendia a idéia da integração das religiões na “frente cristã” de combate ao materialismo, alegando que as igrejas evangélicas também possuíam uma doutrina social e se opunham ao comunismo e ao capitalismo explorador, apesar da posição católica ser a mais divulgada.⁸³ Kaminski foi um dos mais empenhados em disseminar o espiritualismo não-sectário no PRP, dissociando catolicismo e integralismo e procurando fazer representar os protestantes no âmbito partidário. Em 1949, Kaminski enviou uma carta a Plínio Salgado protestando contra as manifestações do Pe. Ponciano dos Santos, dirigente perrepista, em favor do integralismo-católico. O luterano destacava a presença significativa de evangélicos no PRP, que não podia ser desprezada, entre eles os maiores contribuintes do partido, A. J. e Egon Renner.⁸⁴ A partir destes indícios, não é possível afirmar até que ponto a tendência católica efetivamente prejudicou a atração de simpatizantes ao partido, mas fica evidente a sua existência, atendendo a uma estratégia explorada desde a década de 1930.

2.2. Integralismo e catolicismo

2.2.1. Igreja e laicato católico entre as décadas de 1920 e 1940⁸⁵

Na segunda metade do século XIX, a situação da Igreja Católica no Brasil era de fragilidade. Existiam poucos sacerdotes, os seminários eram deficientes, os padres

⁸² SILVA, Carla Luciana & CALIL, Gilberto G. *Velhos Integralistas*. A memória dos militantes do Sigma. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 36.

⁸³ Kaminski denunciava o desconhecimento acerca das doutrinas evangélicas, obscurecidas pela ampla propaganda católica: “Há mesmo quem duvide da existência de um antagonismo irreconciliável do Protestantismo frente ao comunismo” (KAMINSKI, Emílio. Frente única cristã contra o comunismo. *Idade Nova*, n. 134, 24.3.1949).

⁸⁴ CALIL, *O Integralismo no Processo Político Brasileiro*, p. 707-708.

⁸⁵ Para o desenvolvimento do catolicismo brasileiro no período, ver: MAINWARING, op. cit.; e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

constituíam famílias e afastavam-se cada vez mais da missão eclesiástica. A Igreja encontrava-se submetida ao poder imperial, regido por Dom Pedro II, católico não-praticante e simpatizante da maçonaria. Nesse contexto, o Vaticano interveio nas igrejas nacionais, incentivando maior participação oficial nas sociedades. Os líderes do reformismo no Brasil seguiram, então, as diretrizes do Papa Pio IX (1846-1878), que orientava a valorização dos princípios tradicionais. Essa parcela do clero era conservadora, intolerante com os grupos religiosos opostos e com a maçonaria, e obediente à hierarquia. A nova orientação causou conflitos dentro da Igreja e com o Estado, culminando no rompimento de relações entre as instituições. A separação oficial, legitimada pela República na Constituição de 1891, marcou o fim do período de decadência do catolicismo e encaminhou a Igreja a um novo plano de ação. A instituição religiosa não agradou-se da separação, mas passou a buscar vias diferentes de aproximação com a política e o Estado.

A partir da Santa Sé, a Igreja Católica começou a transformar sua postura frente à sociedade, abandonando o puro reacionarismo para adaptar-se às inovações da modernidade. A encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, refletia a preocupação com os problemas sociais, que resultariam da descristianização, e a disposição da instituição em participar de sua resolução. A Igreja pretendia ir contra a secularização da sociedade e o avanço dos movimentos revolucionários. Entre 1890 e 1916, a Igreja brasileira passou por um período de reestruturação interna. Liberta da submissão ao Estado, a Igreja adotou o modelo da neocristandade, apoiado e modelado pelo Vaticano. A idéia central desse modelo era a recristianização da sociedade, a penetração da religião em todos os aspectos da vida, com o objetivo de salvar o mundo contemporâneo desprovido de espiritualidade e moral. O precursor dessa tendência no Brasil, segundo Alceu Amoroso Lima, foi o redentorista Júlio César de Moraes Carneiro, o Júlio Maria. No final do século XIX, Júlio Maria alertava para a “descatolização” brasileira e pregava a socialização da religião. Defendia a evangelização “de

baixo para cima”, pela formação religiosa das classes camponesas e trabalhadoras, objetivando a realização de um catolicismo social.⁸⁶

Mas o marco inicial do movimento conhecido como restauração ou reação católica foi a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, então Arcebispo de Recife e Olinda, em 1916. No documento, D. Leme conclamava a maioria católica brasileira, uma “maioria ineficiente”, à participação efetiva na sociedade. O prelado adaptava a concepção de catolicismo social esboçada por Júlio Maria, com ênfase mais conservadora, para uma evangelização “de cima para baixo”. No início dos anos 1920, o movimento ganhou força e repercussão. Sob influência dos nacionalismos europeus, a restauração evocava a religião católica como elemento fundamental constitutivo da identidade brasileira, como comprovaria a imensa população católica.⁸⁷ Baseado nessa concepção, o movimento lutava pelo fim do catolicismo convencional, hereditário, por uma religiosidade mais sentida e atuante, como renovação do espírito nacional. A recristianização assumia como meta a maior formação do clero e instrução religiosa do povo; a condenação da maçonaria, do protestantismo, do espiritismo e dos misticismos populares; a influência social e política dos católicos; e a reaproximação cooperativa entre Igreja e Estado, preservada a independência daquela.⁸⁸

Um dos meios utilizados para a promoção da neocristandade foi a mobilização do laicato e a formação de uma intelectualidade católica. O desenvolvimento dessa intelectualidade ocorreu, fundamentalmente, em torno da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, criados em 1921 e 1922, respectivamente, por Jackson de Figueiredo. Este primeiro líder laico representava o pensamento de sua geração e o ímpeto reacionário da Igreja no período. Convertido ao catolicismo em 1919, influenciado pelo filósofo Farias Brito e por pensadores autoritários como Joseph de Maistre, Figueiredo centrava suas análises na defesa

⁸⁶ LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias Improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Rio de Janeiro: Vozes, Educam, 2000. p. 349.

⁸⁷ Idem. *Notas para a História do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: EDUCAM, Paulinas, 2001. p. 10.

⁸⁸ Ibidem, p. 11.

do catolicismo combativo, da ordem, da autoridade, do nacionalismo e do moralismo.⁸⁹ Jackson era nostálgico de um passado onde a Igreja fora grandiosa, adepto da monarquia de direito divino. Na sua concepção de Estado, a autoridade executiva deveria ser forte, mas sempre submetida ao poder superior, representado pela Igreja. Esta instituição seria a responsável pela guarda da moral, promovendo a superação da barbárie, da decadência e da perversão reinantes na sociedade moderna. A ordem, razão do combate de Jackson de Figueiredo, era por ele definida como um estado natural, necessitando ser mantida para o bom funcionamento do sistema social, onde cada um possuiria uma função, específica e desigual. O líder católico era fundamentalmente contra-revolucionário; considerava a revolução um fenômeno contrário à felicidade humana, o gérmen da decomposição social, justificando, inclusive, a adoção da força como método de combate.⁹⁰

Jackson de Figueiredo imprimiu sua filosofia política na direção do Centro Dom Vital até seu falecimento, em 1928. Sob o comando de seu sucessor, Alceu Amoroso Lima, o movimento de restauração observou o verdadeiro crescimento. Lima estabeleceu uma interlocução com Jackson de Figueiredo, que resultara em sua conversão e engajamento na defesa da fé e da Igreja Católica. Assumiu o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem* com a responsabilidade de perpetuar a obra iniciada, através dos veículos leigos. Manteve o objetivo de reconciliação entre intelectualidade e fé, espalhando e reavivando o cristianismo na sociedade brasileira; contudo, implantou algumas mudanças. A ênfase permaneceu nos princípios de ordem, autoridade e disciplina, mas como meios para atingir a justiça social. De origem liberal, Amoroso Lima atenuou os traços repressores e ditatoriais característicos ao pensamento jacksoniano; avesso a métodos de força, preferia os de negociação e

⁸⁹ SPONCHIADO, Breno Antonio. *Mons. Vitor Battistella: padre e caudilho*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese de Doutorado em História.

⁹⁰ MENEZES, José Rafael de. *Jackson de Figueiredo*. Prosa. RJ: Agir, s. d.

convencimento.⁹¹ A cooperação entre Estado e Igreja Católica continuou sendo uma das metas do movimento, mas a missão de restauração espiritual, através da doutrinação e da moralização, foi posta em primeiro lugar. Ao contrário de Jackson de Figueiredo, que desejava fundar um partido católico e relacionara-se diretamente com a disputa política⁹², Alceu Amoroso Lima alinhou o movimento laico ao procedimento da Igreja, em uma ação política supra-partidária.⁹³ A reação católica adotou estratégias de intervenção no processo político, sem comprometer-se com qualquer facção, partindo do princípio de que a religião está acima do plano material e político.

A mobilização do laicato deu origem a várias organizações, a partir da iniciativa de Amoroso Lima e de D. Leme. As principais foram a Ação Católica (AC) e a Liga Eleitoral Católica (LEC). A Ação Católica, organização internacional criada pelo papa Pio XI, era uma associação de leigos, controlada pela hierarquia eclesiástica e desvinculada de partidos políticos, com o objetivo de disseminar a doutrina social da Igreja na sociedade. Segundo Áureo Busetto, “com a organização e expansão da Ação Católica, Pio XI pretendia demonstrar o poderio da Igreja na mobilização das massas, estratégia então largamente praticada pela direita radical ou pela esquerda revolucionária”.⁹⁴ Instalada oficialmente no Brasil em 1935, mas com prática anterior, a AC pretendia atuar em duas frentes: revigorar o comprometimento religioso dos católicos, em sua maioria “não-praticantes”, e incentivar o engajamento destes na luta pela penetração dos princípios religiosos na sociedade. Mais diretamente na área da política, a LEC constitui o “braço leigo” da Igreja nas disputas eleitorais, a partir de 1932. O programa da LEC era constituído por uma relação de

⁹¹ Isso não significa que Alceu Amoroso Lima fosse um liberal ou democrata, neste momento. Pelo contrário, era antiliberal e anticomunista, defendia o Estado forte, era contra subversões da ordem. Contudo, tinha uma formação mais humanista.

⁹² A intenção de Figueiredo em lançar um partido católico foi desfeita por orientação de D. Sebastião Leme (BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização*. In: FAUSTO, *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: economia e cultura, p.).

⁹³ LIMA, *Memórias Improvisadas e Notas para a História do Centro Dom Vital*.

⁹⁴ *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 37.

reivindicações católicas, que deveriam ser assumidas pelos candidatos que desejassem seu apoio. Ou seja, partidos e/ou candidatos que estivessem alinhados aos princípios da Igreja e defendessem suas exigências seriam recomendados aos eleitores católicos. Além de ser um veículo de influência nas eleições, a LEC ajudou a despertar o interesse dos fiéis pela política, defendendo as reivindicações institucionais. A LEC era a-partidária e não-confessional (podia recomendar candidatos de quaisquer religiões), objetivando manter suas ligações abertas com qualquer linha que viesse a assumir o poder, com exceção dos comunistas.

As reivindicações da LEC expressavam tanto os interesses institucionais da Igreja Católica, quanto sua tendência política conservadora. Os dez postulados exigiam: promulgação da Constituição em nome de Deus; indissolubilidade do laço matrimonial, efeitos civis do casamento religioso e assistência às famílias numerosas; ensino religioso facultativo em escolas públicas; assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.; reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência religiosa como equivalente ao serviço militar; liberdade de sindicalização; legislação trabalhista inspirada na justiça social e nos princípios cristãos; defesa da propriedade privada; lei de garantia da ordem social contra subversão, respeitadas as liberdades políticas e civis; e combate a legislação que contrariasse, expressa ou implicitamente, a doutrina católica.⁹⁵ Essas reivindicações foram amplamente aceitas pelos candidatos e incorporadas na Constituição de 1934.

De fato, a Igreja na década de 1930 teve sucesso no empreendimento de aproximar-se do Estado e conquistar certo grau de influência. A postura combativa do clero e do laicato produziu grupos de pressão ativos perante a sociedade e o governo. Por outro lado, a colaboração entre o governo Getúlio Vargas e a Igreja Católica, consumada pela Constituição de 1934, não foi resultado apenas de pressão, mas também de compatibilidade política, no que

⁹⁵ LIMA, *Notas para a História do Centro Dom Vital*, p. 190-191.

se refere à defesa da ordem, do nacionalismo e do combate ao comunismo. O episcopado era fundamentalmente conservador, preocupado em manter e adquirir privilégios em troca de sustentação do governo:

Nesta rearticulação ela [a Igreja] preservava sua liberdade perante o Estado mas ao mesmo tempo eliminava os empecilhos que o Estado leigo lhe antepunha para penetrar nos aparelhos ideológicos do Estado a fim de informá-los segundo sua doutrina e princípios. Estabelece mesmo o princípio da cooperação entre a Igreja e o Estado, o que significou, na prática, verbas do Governo para escolas, hospitais e instituições de beneficência mantidas pela Igreja, que amplia assim de modo gigantesco sua rede assistencial subvencionada.⁹⁶

Mais importante que o tipo de regime era a manutenção das regalias e do compromisso (mesmo que informal) com a Igreja; dessa forma, o alinhamento entre as duas instituições manteve-se no Estado Novo. Apesar dos postulados católicos terem sido excluídos da Constituição de 1937, à exceção do item sobre o ensino religioso, a ditadura de Vargas preservou o bom entendimento com a Igreja, procurando assegurar o seu apoio.⁹⁷ Por outro lado, a receptividade do Estado fez arrefecer a mobilização católica, que observara crescimento até 1937.

Com o término do Estado Novo, a Igreja Católica entrou numa nova fase de seu desenvolvimento. Apoiadora da ditadura de Getúlio Vargas, precisando adaptar-se à situação democrática e a um cenário político mais complexo, “não há dúvida de que a Igreja atuou no sentido de apoiar as forças mais conservadoras, reforçando portanto o caráter conservador da redemocratização que se iniciava”.⁹⁸ A LEC voltou a funcionar em 1945, apresentando novamente a relação de postulados católicos aos partidos nascentes. As reivindicações eram praticamente as mesmas defendidas em 1933, acrescentando: instituição de um Estado democrático; reconhecimento dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana; e

⁹⁶ BEOZZO, op. cit., p. 307.

⁹⁷ Extra-oficialmente, o Estado ainda manteve a atenção às reivindicações da Igreja. Como ilustração, ao saber da presença de legislação divorcista na Constituição de 1937, o Cardeal D. Leme apelou ao governo, com sucesso (Ibidem, p. 324).

⁹⁸ PIERUCCI, Antônio F. de O.; SOUZA, Beatriz M. de; & CAMARGO, Cândido P. F. de. Igreja Católica: 1945-1970. In: FAUSTO, *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: economia e cultura. p. 348.

pluralidade partidária, com exclusão de organizações antidemocráticas.⁹⁹ A Igreja voltava a incentivar a participação política dos católicos e orientava a reorganização imediata dos núcleos da LEC, sob direção dos leigos, mas com cooperação dos sacerdotes.¹⁰⁰ Os postulados católicos foram incorporados na Constituição de 1946, mas a Igreja procurava manter os católicos empenhados na consolidação dos princípios cristãos na política: “Se os brasileiros de sólida formação moral de desinteressarem pela conquista dos cargos eletivos e não influenciarem os destinos da nação mediante o voto, elementos perniciosos à religião e ao bem público ocuparão os postos de responsabilidade e de mando, com incalculável prejuízo para a Igreja e a Pátria”.¹⁰¹

De modo geral, o pensamento católico em meados da década de 1940 mantinha as características das décadas anteriores, acentuando a necessidade de uma reforma de valores, diante da decadência moral contemporânea. Politicamente, defendia o aumento do nível de vida dos trabalhadores e a justiça social, promovidos paralelamente a preservação da ordem, através de um Estado democrático e interventor: “o Estado democrático (...) deve como qualquer outra forma de governo estar investido do poder de mandar com autoridade verdadeira e efetiva”.¹⁰² O principal elemento do discurso católico era o anticomunismo, considerado o mais nefasto mal em expansão depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Além de representar um sistema político totalitário, que absorveria a liberdade individual, o comunismo era condenado por sua natureza materialista e anti-religiosa. A Igreja teria a missão exponencial de combatê-lo, por meio do contraponto lançado pela doutrina cristã libertadora:

O comunismo (...) é substancialmente uma concepção atéia e anti-religiosa da vida pública como particular. A atividade hostil ao terreno religioso determina a

⁹⁹ LIMA, Alceu Amoroso. Discurso. *A Ordem*, n. 9, setembro de 1945.

¹⁰⁰ Era uma obrigação dos padres inculcar nos fiéis a obrigação do voto e a atenção às orientações da LEC, mesmo durante as missas (Circular do Arcebispo Metropolitano do Porto Alegre. *Unitas*, n. 10-12, outubro-dezembro de 1946).

¹⁰¹ Uma entrevista do Sr. Arcebispo. *Unitas*, fasc. 3, setembro de 1949.

¹⁰² O sexto Natal de guerra. (Rádio mensagem do Papa Pio XII, no Natal de 1944). *A Ordem*, n. 5, maio de 1945.

orientação dada à vida em todas as suas manifestações (...). O materialismo é a metafísica do comunismo, é origem e fonte de todas as suas teorias e aplicações doutrinárias. Esta também é a última e mais profunda razão da irremediável oposição entre comunismo e catolicismo. Este afirma o espírito, aquele o nega (...). Não pretendemos, portanto, combater o comunismo só com manifestações ruidosas, não confiamos exclusivamente na cada vez mais indispensável repressão externa e nem sequer esperamos seu desaparecimento após urgente elevação do nível de vida das diferentes classes, principalmente operárias (...). A ideologia comunista, o sistema filosófico vital que o encarna e sustenta, não se eliminará definitivamente com causas materiais, mas será suplantado somente por outra concepção vital, por outros princípios que o neutralizem em sua raiz e superem seus efeitos. Esta mentalidade, esta filosofia, estes princípios, só os possui o cristianismo, expressão da Verdade Eterna e consagração dos postulados da razão humana.¹⁰³

Se o catolicismo, quando da redemocratização, ainda estava informado pelo espírito da restauração, o contexto imprimiu transformações. O modelo da neocristandade havia conquistado avanços para o catolicismo, principalmente na relação com o Estado e as classes dominantes, mas, em 1945, dava sinais de esgotamento. Perdera seu grande líder, o Cardeal D. Leme, falecido em 1942, e com ele a capacidade de mobilização. Perdera, também, o ritmo do desenvolvimento: “o sucesso do modelo da neocristandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições”.¹⁰⁴ A restauração almejava reavivar os valores tradicionais e, naquele momento, lutava contra costumes cada vez mais modernizados e laicizados. A concentração de sua atuação na elite afastou-a das camadas populares, que aumentavam sua adesão ao protestantismo, espiritismo e às religiões afro-brasileiras. A negociação com os governos, após a redemocratização, ficou mais difícil; ao mesmo tempo em que as classes populares mostravam mais capacidade de mobilização política. Surgiu a necessidade da Igreja amenizar seu discurso reacionário e autoritário e voltar-se à compreensão das necessidades da população menos favorecida. Isso provocou a fragmentação do clero e do laicato, divididos entre posturas conservadoras e mais progressistas.

¹⁰³ Discurso pronunciado pelo Sr. Arcebispo Metropolitano, no segundo aniversário de sua sagração episcopal. *Unitas*, fasc. 1, março de 1949.

¹⁰⁴ MAINWARING, op. cit., p. 53.

Os conservadores, apesar de terem amenizado seus posicionamentos no pós-guerra, mantinham-se alinhados ao projeto da reação católica, politicamente mais à direita. Os progressistas emergiam com uma nova proposta de atuação católica, voltada a defesa da influência mais espiritual da Igreja, preservada dos embates políticos, e da justiça social democrática.¹⁰⁵ Esse grupo, que incluía sacerdotes e leigos, inspirava-se na filosofia humanista de Jacques Maritain. O católico francês propunha a construção de uma sociedade e de uma democracia inspiradas nos valores cristãos, calcadas na liberdade, na justiça social e na solidariedade. A penetração dos princípios cristãos deveria realizar-se por meios espirituais e “jamais fruto de nenhuma espécie de política clericalista, coação ou esquema de vantagens terrenas”.¹⁰⁶ Ou seja, a recristianização social deveria ser um processo eminentemente espiritual, não político. No Brasil, um de seus principais “discípulos” foi Alceu Amoroso Lima, o destacado líder laico que ajudara a expansão do movimento de reação católica. A partir de 1937, Amoroso Lima começara a rever seus posicionamentos quanto à política e à participação dos católicos, recuando em seu autoritarismo. As leituras de Maritain já o acompanhavam desde sua conversão, mas foi no fim da década de 1930 que passou a defender enfaticamente a democracia cristã. Em torno da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital, novamente, o grupo de leigos maritainistas¹⁰⁷ desenvolveu seu apostolado intelectual. A posição de Alceu Amoroso Lima rendeu-lhe oposição dos católicos e do clero conservador, resultando no seu afastamento da direção da Ação Católica, em 1945. Ainda neste ano,

¹⁰⁵ A divisão binária que faço entre conservadores e progressistas é, em certa medida, arbitrária. Seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para determinar com clareza as posturas políticas e religiosas dos católicos no período. A intenção foi destacar a emergência de correntes inovadoras do pensamento católico em relação à primeira metade do século XX e tornar compreensível o conflito que se estabeleceu entre estas e o integralismo, como mais adiante será exposto.

¹⁰⁶ Busetto, op. cit., p. 44.

¹⁰⁷ O "grupo" será identificado como maritainista ou progressista, indistintamente, e seus integrantes foram definidos segundo a aproximação de idéias. Contemplo, basicamente, os intelectuais próximos a revista *A Ordem*.

Amoroso Lima colaborou na formulação do programa do Partido Democrata Cristão (PDC), ao qual não chegou a vincular-se formalmente.¹⁰⁸

Os maritainistas tendiam à conciliação. Não se localizavam nem à esquerda, nem à direita, apenas como defensores da democracia.¹⁰⁹ Achavam que esse regime deveria restringir a proliferação de doutrinas que o pusessem em risco, mas jamais semeando o totalitarismo. A tradição, a autoridade e a disciplina eram valores considerados fundamentais, mas relacionados ao respeito à Igreja, e não servindo à tirania de governos e à solidificação de uma sociedade injusta. Era comum a distinção entre a esfera política e a esfera religiosa; o católico deveria aplicar sua fé no cotidiano e buscar a realização da doutrina social cristã, mas não atuar politicamente sob a condição de católico. A Igreja concederia liberdade de escolha política aos fiéis, desde que estas não fossem contrárias à doutrina católica, mas não permitiria a utilização da religião como estratégia política.

Uma das atitudes mais controversas assumidas pelos progressistas foi aquela frente ao comunismo. Ao contrário das alas conservadoras, seu anticomunismo era ameno, menos repressivo e mais persuasivo. A estratégia indicada para o combate ao comunismo era manter a vigilância sobre sua atuação, aguçar o sentimento de liberdade da população e executar as reformas de base para extinguir as deficiências sociais que levariam o povo ao comunismo. O fundamental seria atrair os comunistas e converter seus ideais em princípios cristãos. A solução da simples extinção não era vista com bons olhos, pois esta pressuporia o ataque aos comunistas, distintos do comunismo, a doutrina que os seduziu. Em alguns momentos, inclusive, a convivência com o comunismo era admitida, encontrando-se possíveis pontos positivos no sistema:

¹⁰⁸ Alceu Amoroso Lima, juntamente com Heráclito Sobral Pinto e André Franco Montoro, engajou-se na promoção da democracia cristã através Movimento de Montevidéu, criado no I Congresso da Democracia Cristã na América, em abril de 1947, reunindo lideranças latino-americanas interessadas em defender o modelo no continente. O PDC, por sua vez, acabou desviando-se dos pressupostos doutrinários da democracia cristã e assumiu uma posição política mais pragmática (BUNETTO, op. cit.).

¹⁰⁹ Contudo, um dos católicos progressistas, Hamilton Nogueira, foi identificado como “representante da ala esquerda da Igreja” (A Igreja "Católica" Brasileira. *A Ordem*, n. 9, setembro de 1945).

A guerra da Rússia é a mais justa das guerras, pois ela foi inequivocamente atacada e está usando, de modo magnífico, aliás, o direito da legítima defesa. A justiça da sua causa vai mesmo contribuir, a meu ver, de modo decisivo, para incorporar a revolução russa ao novo mundo que vai nascer depois da vitória contra a Alemanha. Dá-se com a Revolução Russa o mesmo que com a Revolução Francesa. Nela se combinaram elementos radicalmente falsos e perniciosos, frutos da extrema decomposição da Cristandade, com elementos moral e socialmente inatacáveis, que se achavam dentro da mensagem evangélica e que a Cristandade, pela culpa dos cristãos, ou por ser ainda prematura a sua eclosão, não havia ainda realizado.¹¹⁰

A tendência conciliatória dos católicos maritainistas, somada a sua perspectiva de justiça social efetiva para as camadas populares e a defesa da distinção entre política e religião, com o afastamento da Igreja em relação ao Estado, provocaram descontentamento nos setores conservadores e reacionários do catolicismo brasileiro. Os integralistas alinhavam-se com esses setores, desde a década de 1930, e elegeram os maritainistas como inimigos da verdadeira religião católica, fundamento de sua política.

2.2.2. O integralismo e os catolicismos

Plínio Salgado afirmava-se um católico convicto e procurou associar a religião ao integralismo. Na década de 1930, essa associação teve resultados efetivos mais evidentes. Segundo Oscar Lustosa¹¹¹, a posição da Igreja frente à AIB não era unânime e o clero seguia orientações de não se manifestar sobre política. Mas o autor definiu três posicionamentos comuns na comunidade católica. Alguns clérigos eram contrários ao integralismo, seja por aplicarem o princípio do não-envolvimento da Igreja em questões políticas, seja por críticas ao movimento em si. Outros católicos adotavam a prudência, mostrando certa simpatia, mas não aderindo ou incentivando enfaticamente a adesão. Era o caso do líder do laicato, Alceu Amoroso Lima, que alegava a oportunidade do movimento, recomendando a participação dos católicos que tivessem vocação política, mas advertindo-os para que não colocassem a

¹¹⁰ LIMA, Alceu Amoroso. *A Opção. A Ordem*, n. 1, janeiro de 1945.

¹¹¹ LUSTOSA, op. cit., p. 513.

fidelidade ao integralismo acima das convicções católicas.¹¹² Uma parte significativa do clero e do laicato, contudo, nutriu grande simpatia pelo integralismo. Entre os sacerdotes, uma pequena parte chegou a filiar-se à AIB, em função da orientação eclesiástica em contrário. Mesmo assim, muitos padres, principalmente jovens, apoiaram veladamente o movimento. Entre os católicos leigos, a adesão foi mais ampla.¹¹³

De acordo com o ambiente mundial de desconfiança com o liberalismo e a emergência dos modelos totalitários, nas décadas de 1920 e 1930, a Igreja aproximou-se ou, pelo menos, demonstrou admiração pelos regimes fascistas europeus. Esse alinhamento refletiu-se no Brasil:

uma longa tradição colocava a Igreja do lado dos conservadores, da direita, do autoritarismo, da ordem. O integralismo trazia em seu programa o tríplice lema: Deus, Pátria e Família, valores extremamente caros à Igreja. Mais profundamente, para além das afinidades ideológicas, atuavam os mecanismos de solidariedade de classe: a base ativa tanto do integralismo como da Igreja estava na classe média urbana.¹¹⁴

Eram muitos os pontos que a doutrina social católica dividia com o integralismo. Ambos eram antiliberais e anticomunistas. Ambos pregavam a reespiritualização como condição para a reforma social, realizando a justiça sem abalar a ordem. Priorizavam a defesa da família e da moral tradicional cristã, concebidas de maneira naturalizada. O projeto integralista assemelhava-se ao do movimento de restauração católica, pois previa a contemplação dos princípios católicos na estruturação do Estado e do convívio social, o revigoramento da fé e o combate às doutrinas materialistas que ameaçavam a civilização cristã ocidental. Diante de tais semelhanças, não é estranho que se criasse uma identificação entre a AIB e o catolicismo. Alguns integralistas e católicos, inclusive, defendiam a ligação oficial entre os dois grupos, provocando rompimentos. Integrantes da Ação Católica

¹¹² LIMA, Alceu Amoroso. *Catolicismo e Integralismo*. In: *Indicações Políticas*. Da Revolução à Constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

¹¹³ “Cremos não extrapolar dizendo que os efetivos integralistas foram recrutados, na sua imensa maioria, entre cristãos. E destes os católicos forneceram o contingente mais numeroso” (LUSTOSA, op. cit., p. 526).

¹¹⁴ BEOZZO, op. cit., p. 320.

desvincularam-se da organização para filiar-se ao integralismo, por aquela se manter independente politicamente.¹¹⁵ O intelectual Ernani Fiori, por sua vez, incluiu uma dissidência da AIB, que não aceitava a participação de não-católicos no movimento.¹¹⁶

Não obstante a simpatia e as adesões do clero e do laicato, a Igreja nunca se manifestou oficialmente em relação ao integralismo. A intervenção política da instituição deveria ocorrer por meio das organizações leigas, como a Ação Católica e, privilegiadamente, a LEC. O integralismo esperava por um apoio mais objetivo, mesmo já recebendo em suas fileiras muitos militantes atraídos pelo discurso espiritualista-católico. Em 1934, a AIB enviou um protesto à LEC, exigindo uma recomendação especial nas eleições, em função do movimento ter aceitado todos os postulados do programa da Liga. O protesto não foi acatado, para o descontentamento dos integralistas.¹¹⁷ A partir de 1937, as relações entre a Igreja e o integralismo tornam-se mais turvas. O Vaticano passou da conivência à condenação dos regimes nazi-fascistas, ao que o clero brasileiro foi sensível. Nacionalmente, a Igreja consolidou sua postura governista. O contexto pós-guerra só veio a reforçar a resistência ao integralismo. O PRP não contou com simpatias tão amplas de membros da Igreja quanto sua antecessora. Precisou, sim, enfrentar uma oposição mais sistemática, tanto da hierarquia, quanto das organizações laicas. O perrepista Umberto Pergher definiu o apoio católico como “modesto, para não dizer decepcionante (...). E na verdade eram muito poucos os sacerdotes que davam apoio”.¹¹⁸ Em 1945, a LEC classificou o partido como totalitário, comparando-o ao fascismo, ao nazismo e ao comunismo.¹¹⁹

A condenação do caráter antidemocrático do PRP pela LEC foi lida pelos integralistas como um sinal da influência dos progressistas católicos na instituição. Os componentes desta

¹¹⁵ LIMA, *Memórias Improvisadas*, p. 235.

¹¹⁶ SEGALA, Aldino. *Circunstâncias, continuidades e rupturas: professor Ernani Maria Fiori e sua geração*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Tese de Doutorado em História. p. 187-188.

¹¹⁷ LIMA, *Notas para a História do Centro Dom Vital*, p. 113.

¹¹⁸ CALIL, Gilberto; SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1998. p. 22.

¹¹⁹ Injustiça que exige reparação. *Reação Brasileira*, n. 24, 8.11.1945.

ala do catolicismo empreenderam uma forte oposição à reorganização do movimento integralista, sob a justificativa da luta pelo fim definitivo das tendências políticas totalitárias. E foi com esse grupo que o PRP estabeleceu uma das discussões mais ferrenhas no âmbito católico. Os progressistas consideravam o conflito entre materialismo e espiritualismo apregoadado pelos integralistas um mero embuste; a grande batalha contemporânea seria entre o totalitarismo e a democracia. Nesse contexto, Alceu Amoroso Lima precisou explicar a posição assumida nos anos 1930, recomendando a AIB aos católicos. Além de ressaltar que, na época, destacara restrições à adesão ao integralismo e que nunca fora integralista, alegou arrependimento e justificou a simpatia de outrora pela doutrina: “é que laborava eu, naquele momento, na confusão (...) entre Autoridade, como fundamento espiritual da verdade religiosa, e Autoridade, como elemento formal do bem comum. E como aquela é primacial na concepção católica da verdade (...), transportei para o terreno político o que era válido, exclusivamente, para o terreno religioso”.¹²⁰ Argumentou que simpatizava, na época, com o anticomunismo, o antiliberalismo e o fundamento cristão do movimento, não o considerando, então, fascista. Posteriormente, reavaliando suas próprias concepções sobre política, corrigiu seu erro e assumiu a postura negativa em relação ao integralismo.

Segundo os progressistas, apesar do integralismo não ter sido condenado pela Igreja como seus congêneres europeus e conter elementos da doutrina católica, era uma doutrina eminentemente fascista, contra a liberdade individual e em favor da implantação de um Estado opressor.¹²¹ Através do PRP, o integralismo estaria tentando mascarar sua origem doutrinária, afirmando-se democrata e cristão. Em crítica a obra *O Conceito Cristão da*

¹²⁰ ATHAYDE, Tristão. Explicações pessoais. *A Ordem*, n. 1, janeiro de 1948. Tristão de Athayde era o pseudônimo literário utilizado por Alceu Amoroso Lima.

¹²¹ “O que os católicos democratas afirmam é que o integralismo, como o falangismo espanhol, constitui um movimento de tipo fascista cujas características principais são o amplo apelo à autoridade, à hierarquia, à disciplina e ao ‘princípio do Chefe’; a expansão do poderio estatal, o Estado identificando-se com a alma da Nação e adquirindo o direito e a autoridade suficientes para interferir com energia no campo econômico, social, político e financeiro (...); a desconfiança em face da democracia e da liberdade” (RIBEIRO, Fábio Alves. Resposta a “Reação Brasileira”. *A Ordem*, n. 10-11, outubro-novembro de 1945).

Democracia, de Plínio Salgado, a revista *A Ordem* destacou que o autor, “tradutor brasileiro do nazi-fascismo”, ficava ao meio do caminho, sem definir-se entre a ditadura e a democracia.

As aparentes tentativas de reformulação do pensamento teriam sido frustradas, pois

a deformação a que o fascismo submete a alma humana é dessas que não se apagam facilmente (...). Nem maquiavélico nem corajoso confessor da verdade, o sr. Plínio Salgado se acolhe a uma forma de moderação que é apenas a outra face da mediocridade. Vencedor politicamente, esse prodigioso polarizador de mediócras, esse herói do Ressentimento teria sido, por mandato do Estrangeiro, o carrasco consciencioso e melancólico do seu povo. Vencido, torna-se o propagandista apagado de uma contrafação. É o que podemos chamar de triunfo do incharacterístico [sic].¹²²

O integralismo, mais que um partido político, teria pretensões de ser uma concepção de vida total, moldada pelo cristianismo. Ao contrário de cooperar para a espiritualização dos aderentes, contudo, levaria ao fanatismo e à substituição da doutrina cristã pela cega fidelidade ao movimento. De acordo com essa tendência, o integralismo seria uma ameaça maior que o comunismo, pois “está mais próximo de nós, seu programa inspirou-se em parte na doutrina católica e respeita e até mesmo promete apoio à religião cristã”.¹²³ O grande perigo consistiria na sedução dos fiéis através de um discurso que, na realidade, esconderia intenções pouco católicas. Lembrem que os perrepeistas discorrem elogios a Charles Maurras e à Ação Francesa, pilares do autoritarismo, condenados pela Igreja: “bem, defendam lá, se quiserem, a doutrina condenada de Maurras e L'Action Française (...). Convenhamos, porém, num ponto (...): não o façam ao mesmo tempo que se apresentam como lídimos defensores do pensamento político da Igreja e atilados guardas de sua doutrina”.¹²⁴ Além de utilizar indevidamente o rótulo católico, o integralismo confundiria religião e política, prevendo a consubstanciação entre Estado e Igreja, contrária à condição de independência e superioridade que esta detém sobre a esfera política.

¹²² A. L. Plínio Salgado. O Conceito Cristão de Democracia. *A Ordem*, n. 10, outubro de 1946.

¹²³ RIBEIRO, Fábio Alves. Nem comunismo nem integralismo. *A Ordem*, n. 7, julho de 1946.

¹²⁴ VILELA, Pe. Orlando. Integralismo e “L'Action Française”. *A Ordem*, n. 6, junho de 1950.

As críticas desferidas pelos católicos progressistas não foram unilaterais. Os integralistas, assumidamente, identificavam-se com as correntes mais reacionárias do catolicismo; logo, não consideravam os maritainistas verdadeiros fiéis. Essa ala era tachada como a nova face do liberalismo católico, condenado pelo Vaticano. Composta basicamente por recém-convertidos, que ainda estariam apegados a princípios agnósticos ou ateus, era condenada por apregoar ideais contrários à doutrina da Igreja, utilizando-se da identificação católica:

tais homens, querendo criar nova sorte de cristianismo e mal se tendo feito católicos já assumindo ares de quem quer celebrar missa sem ser padre, resolveram declarar-se donos de alguma patente registrada no Ministério de Invenções para invento do único sistema de defender a liberdade. No entanto constituem esses novos apóstolos verdadeiros inimigos da liberdade humana.¹²⁵

Estabeleceu-se um conflito acerca da autoridade de falar em nome da Igreja e dos católicos. De ambos os lados, partiam acusações desqualificando a condição de católico do oponente. É interessante perceber que os dois grupos, integralistas e progressistas, baseavam-se nas mesmas fontes doutrinárias, principalmente as mensagens e encíclicas papais, atribuindo sentidos diferentes, até opostos. Os progressistas, dando significado mais liberal, e os integralistas, mais conservador. Outrossim, ambos acusavam-se mutuamente de provocar cisões no catolicismo, tentando corromper uma doutrina que se pretendia una e indivisível.

Os integralistas argumentavam que os “liberais católicos” tinham fundado uma dissensão herética no seio do catolicismo, elegendo um novo messias: “Jacques Maritain é para esse grupo de católicos oportunistas a grande fonte de todas as verdades, o verdadeiro e autêntico intérprete dos princípios do cristianismo. Uma espécie de ‘fuehrer’ espiritual, com força bastante para criar um novo ‘cisma’, como de fato o está fazendo, sorratamente”.¹²⁶ Ao mesmo tempo em que elevavam Maritain a chefe doutrinador, acima dos pontífices, seus discípulos brasileiros viriam atacando sacerdotes e a instituição religiosa, em uma franca

¹²⁵ SALGADO, Discurso de Belo Horizonte, p. 161.

¹²⁶ Católicos Maritainistas. *Reação Brasileira*, n. 35, 25.1.1946.

campanha anti-clerical e corruptora. A maior preocupação dos maritainistas seria propagar seu cristianismo transgressor, onde mesmo Cristo seria relegado a uma posição secundária: “Ultraje alguém o próprio Cristo e poucos se erguerão em sua defesa (...). Mas faça-se uma referência pouco lisonjeira a Jacques Maritain e não faltarão penas ligeiras a desagravarem o Mestre”.¹²⁷ As acusações ao integralismo não passariam de uma prova do descompasso dos maritainistas com a doutrina católica, tendo em vista que aquele se apresentava como instrumento da religião. A nomeação de Maritain como embaixador do Vaticano e os elogios dirigidos a ele pelo papa Pio XII não desautorizaram as críticas feitas pelos integralistas, que argumentavam que a nomeação “não importa em canonização de sua pessoa nem dos seus escritos; e as referências que lhe fez [Pio XII] visam explícita e unicamente o filósofo especulativo, contra o qual não argüimos, e não o moralista político, ideador de uma Nova Cristandade”.¹²⁸

Alceu Amoroso Lima também não ficou livre de represálias. Suas antigas manifestações de simpatia pelo integralismo eram largamente utilizadas como legitimação e como propaganda de seu caráter cristão. No artigo “Injustiça que exige reparação”, o jornal *Reação Brasileira* contrapõe a condenação da LEC ao movimento, considerando-o totalitário, argumentando que o próprio secretário geral da organização (Amoroso Lima) houvera atestado sua validade.¹²⁹ Fábio Alves Ribeiro replicou no artigo “Tristão de Athayde e o integralismo”, contextualizando os posicionamentos de Alceu Amoroso Lima e destacando a reformulação de seu pensamento.¹³⁰ Uma tréplica foi publicada no *Reação Brasileira*, procurando responder às acusações de fascismo lançadas por Ribeiro e criticando sutilmente a inconsistência doutrinária de Lima: “por quanto tempo veremos, por impulsos de

¹²⁷ LAFAYETTE, Pedro. O Nosso Dever. *Reação Brasileira*, n. 27, 29.11.1945.

¹²⁸ PIMENTEL, Mesquita. A Posição de Maritain. *Idade Nova*, n. 57, 2.10.1947. Apesar das críticas, as obras de Maritain constavam na relação de livros recomendados pelo PRP (Orientação para formação das Bibliotecas Municipais do PRP, 20.3.1951. Deliberações do Diretório Nacional Geral. Fundo 3, Série 6, Acervo CD-AIB/PRP).

¹²⁹ *Reação Brasileira*, n. 24, 8.11.1945.

¹³⁰ *O Jornal*, 25.11.1945.

temperamento, um homem de envergadura moral e intelectual como a dele, seguir acorrentado ao anti-jesuitismo, ao anti-falangismo, ao anti-salazarismo, ao anti-integralismo, apoiando um grupo esquerdista dentro da própria revista de Jackson, já hoje renegado e acusado de erros?”.¹³¹ Novamente houve resposta de Ribeiro, através da revista *A Ordem*, rebatendo as afirmações do *Reação Brasileira* ponto a ponto e ainda acusando-o de distorcer informações.¹³² O debate travado não impediu, contudo, que a divulgação das palavras de Amoroso Lima na década de 1930 continuasse, paralelamente às críticas ao seu pensamento atual.

Jacques Maritain e seus seguidores eram condenados por conceberem um cristianismo excessivamente liberal, baseado na liberdade de expressão e de crença e na separação entre assuntos religiosos e políticos. Os integralistas discordavam dessa concepção, por julgarem representativa da abdicação da fé e da mutilação dos direitos e deveres do homem, tendo em vista que toleraria todas as liberdades, inclusive as que corromperiam as estruturas sociais. O PRP defendia uma ligação estreita entre a Igreja e o Estado, de forma que a primeira fornecesse as bases morais e éticas do segundo. A política não se faria sem um fundamento religioso, pois o plano material dependeria da ordem espiritual. Essa lógica era “subvertida” pelos católicos progressistas, que consideravam a religião um elemento superior à política e que, por isso, deveria manter-se autônoma em relação a ela. Eles também não consideravam lícita a utilização da religião como recurso político. Os integralistas reinterpretavam sua justificativa como falta de fé: “no Brasil, chegamos ao absurdo de alguns católicos-apostólicos-esquerdistas considerarem um crime o fato de um partido ou político proclamar em público a sua fé em Cristo”.¹³³ Essa postura dos progressistas expressaria uma conduta

¹³¹ O Dr. Alceu e o Integralismo. *Reação Brasileira*, n. 29, 13.12.1945.

¹³² Resposta a "Reação Brasileira". *A Ordem*, n. 10-11, outubro-novembro de 1945.

¹³³ SALGADO, Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, p. 59.

contrária aos interesses da Igreja e da comunidade católica, e uma nefasta tendência materialista.

A proposta conciliatória do maritainismo em relação aos comunistas era, para os integralistas, uma clara evidência do caráter materialista da doutrina “pseudo-cristã”. Constituiria em grave erro a intenção de “cristianizar” o comunismo, ao invés de eliminá-lo. Enquanto lançavam injúrias sobre os “espiritualistas sinceros”, os maritainistas seriam condescendentes com os comunistas ateus, demonstrando mais solidariedade com estes do que com seus irmãos de fé: “sim, eles censuram com mais violência e com mais amargor os católicos que não poupam os líderes comunistas, cujas mãos estão cheias de sangue de inocentes, do que os criminosos servidores do Kremlin que incendiaram conventos, violaram menores, mutilaram imagens sagradas e fuzilaram dezenas de milhares de sacerdotes e religiosos na Espanha”.¹³⁴ Os progressistas chegavam a ser identificados como agentes do bolchevismo internacional, promovendo a política da “mão estendida”¹³⁵ para atrair os católicos e depois subjugar-los à doutrina comunista. Entre suas estratégias estaria a falsificação de documentos da Igreja, atestando a aceitação do comunismo como doutrina social. Os integralistas procuravam alertar a consciência católica nacional para a tática socializante dos maritainistas, lembrando as enfáticas condenações de prelados sobre o caráter intrinsecamente mau do comunismo e a incompatibilidade total entre essa ideologia e o catolicismo, não cabendo nem aceitação, nem a tolerância.

O enfrentamento travado por maritainistas e integralistas refletia as tentativas de afirmação do PRP no período, mas também a própria divisão do pensamento católico. Destarte, católicos conservadores, assim como uma parcela do clero, ainda contavam nas fileiras do integralismo. Isso se deve à manutenção das semelhanças doutrinárias. A

¹³⁴ LAFAYETTE, Pedro. O Nosso Dever. *Reação Brasileira*, n. 27, 29.11.1945.

¹³⁵ O termo foi cunhado pelo chefe do Partido Comunista Francês, Maurice Thorez, expressando a proposta de cooperação entre comunistas e católicos, segundo estratégia adotada a partir de 1935 (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002).

constatação do conflito entre espiritualismo cristão e materialismo como o grande drama da contemporaneidade era um dos pontos cruciais de similaridade, como se percebe nas palavras do intelectual católico Armando Câmara:

O absoluto que afirma e o que nega o valor divino e espiritual da vida, não se expressam, de modo algum, na forma de comunismo versus capitalismo, de totalitarismo soviético oposto ao totalitarismo nazista. Estas, são falsas antinomias, pois, se conjugam e deixam absorver num denominador comum de terrenismo [sic] asfixiante da pessoa humana, e de materialismo mutilador de suas dimensões eternas.

O conflito só é real e irreduzível, porque, de um lado, está a afirmação do absoluto cristão, que enche toda a história, e doutro, a negação materialista profanadora da vida, corruptora do homem e estiolante [sic] das fontes da civilização.¹³⁶

O programa do PRP reproduzia integralmente as reivindicações tradicionais da Igreja Católica e considerava-as como necessidades para toda a sociedade. Casamento religioso com efeitos civis e indissolubilidade do matrimônio; ensino e assistência religiosa em escolas públicas, quartéis e hospitais; incentivo à iniciativa privada na área educacional; eram itens bastante defendidos pelo PRP. Segundo Tonini, “em vários momentos, propósitos católicos e integralistas/perrepistas convergiam. É possível perceber (...) que, no que se refere à educação, à família, à imigração, à reforma agrária, ambos caracterizavam-se pelos mesmos discursos e ações: deveria imperar o tradicional e a ordem”.¹³⁷ O modelo de democracia restrita, calcado na moral e na contenção da subversão, agradava aos católicos, em sua maioria imersos no conservadorismo e no anticomunismo.

É possível encontrar figuras expressivas do PRP atuando em círculos propriamente católicos. O líder Plínio Salgado tinha alguma representatividade e seus livros de caráter religioso tiveram boa aceitação, mesmo que basicamente pelos setores mais tradicionais do catolicismo. No Rio Grande do Sul, a imprensa católica foi muito utilizada por perrepistas. Luiz Compagnoni era secretário da revista *Estudos* e publicava artigos em outros veículos ligados à religião. Compagnoni também executou atividades no jornal *A Nação*, editado pela Tipografia do Centro, juntamente com outros perrepistas, como Nestor Pereira, Juracy de

¹³⁶ CÂMARA, Armando. A Igreja e a Universidade. *Estudos*, n. 4, outubro-dezembro de 1948.

¹³⁷ op. cit., p. 82.

Assis Machado e Ivo Compagnoni.¹³⁸ O integralista Wolfram Metzler dividia a sociedade da Tipografia com a Cúria Metropolitana de Porto Alegre, além de ser fortemente identificado com o catolicismo pela comunidade.¹³⁹

Sacerdotes também aderiam ao partido, ainda que a hierarquia determinasse que os padres não podiam ter qualquer participação político-partidária.¹⁴⁰ Apesar dessa proibição, alguns clérigos destacaram-se como militantes do PRP. O padre Ponciano dos Santos, deputado federal, era presença constante nas páginas do *Idade Nova*, com seus artigos doutrinários. O deputado estadual e padre, Joel Barbosa Ribeiro, por sua vez, era um ativo representante do partido no Maranhão. Os sacerdotes também tiveram importante participação na reorganização do movimento integralista no Rio Grande do Sul, valendo-se da influência que detinham, principalmente nas zonas rurais e de colônia: “é grande o número de sacerdotes que nos está auxiliando em nossa tarefa de estruturação do Partido de Representação Popular. Sei que há dificuldade para a ação de um sacerdote na política, mas, no caso presente, sua ação seria a de inspirar, a de orientar, a de sugerir”.¹⁴¹ Em Garibaldi, padres auxiliaram na cooptação de militantes, fornecendo contatos a Luiz Compagnoni. Este se correspondia com possíveis aderentes, afirmando que poderiam “contar com o apoio de eminentes capuchinhos, como Padre Frei Teodoro e Padre Frei Arcanjo”.¹⁴² Em outras localidades, também havia a

¹³⁸ Ibidem, p. 109.

¹³⁹ A relação de Metzler com a Igreja, contudo, enfrentou ruídos. Veridiana Tonini destacou a existência de conflitos na direção da Tipografia do Centro, o que poderia significar uma disputa por espaços ideológicos. Além disso, Metzler não recebeu a recomendação da LEC em duas oportunidades: nas eleições de 1946, para deputado estadual, e de 1954, para governador do Estado (Ibidem).

¹⁴⁰ “Quanto aos nossos sacerdotes, quaisquer que eles sejam, tanto do clero secular como do regular, fica terminantemente proibido exercerem quaisquer atividades político-partidárias, como ainda manifestarem preferências por um lado ou outro dos partidos que defendem nossos postulados. Não poderão tão pouco [sic] aceitar cargos eletivos, como incompatíveis com o exercício do ministério sacerdotal” (Circular Coletiva, Porto Alegre, 12.10.1946. *Unitas*, n. 10-12, outubro-dezembro de 1946).

¹⁴¹ Carta sem remetente ao padre João Meneguzzo. Bento Gonçalves, 16.9.1946. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁴² Carta de Luiz Compagnoni a Hildo Baldi. Porto Alegre, 20.6.1946. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP.

orientação para envio de cédulas e material de propaganda do PRP a instituições e ministros religiosos.¹⁴³

Chama a atenção o envolvimento do padre José Pascoalino Backes, de Estrela, na expansão do PRP na região, fundando diretórios e arregimentando simpatizantes. Em suas cartas, demonstrava determinação para atrair a maior militância possível, inclusive na comunidade protestante. Quando do estabelecimento de um diretório distrital em Corvo, Pe. Backes diz ter incluído na diretoria, preferencialmente, um evangélico, “porque há muito elemento protestante por lá que não convém deixar à margem”.¹⁴⁴ A atuação do padre rendeu-lhe um convite para assumir a coordenação partidária da zona do Alto Taquari; ciente do conflito de suas atividades com as determinações da Igreja, ainda assim comprometeu-se com a função:

é certo que sou daqueles que não se esquivam de sacrifícios em se tratando dum ideal tão alevantado — mas também é certo que a minha posição social de pastor de almas vem cercear um tanto, uma atividade destemida no terreno político-social (...). Acho, porém, que consigo contornar as dificuldades — e creio que dentro dos próximos meses a zona do Alto Taquari seja um orgulho do PRP.¹⁴⁵

E completa posteriormente: “aqui vamos indo — e procurando furos nas diretivas ao clero no tocante à propaganda eleitoral”.¹⁴⁶

A relação do PRP com a Igreja Católica, e com a religião de modo geral, não apresentou homogeneidade e continuidade. Se não é correto afirmar que, a partir da década de 1940, as duas instituições incompatibilizaram-se completamente, também não se pode dizer que houve algum tipo de aliança, mesmo que velada, ou simpatia especial dos católicos para

¹⁴³ Carta de Fausoli Mendes da Fonseca a Guilherme Barbosa. Itaqui, 6.12.1945. Carta de Carlos Figurelli Jr. a Celestino Cardoso. São Francisco de Paula, 22.11.1945. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁴⁴ Carta de José Pascoalino Backes a Luiz Compagnoni. Estrela, 24.5.1946. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁴⁵ Carta de José Pascoalino Backes a Andrino Braga. Estrela, 22.6.1946. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP.

¹⁴⁶ Carta de José Pascoalino Backes a Andrino Braga. Estrela, 22.10.1946. Documentação dos Diretórios Municipais. Fundo 2, Série 8, Acervo CD-AIB/PRP.

com o integralismo. Tanto o laicato quanto o clero, e se levarmos em conta a maioria católica da população brasileira é ainda mais evidente, dividiu suas preferências políticas e partidárias segundo concepções pessoais, mais que por orientação institucional ou religiosa. É certo, porém, que o PRP explorou em seu discurso uma propalada identidade espiritualista cristã e as similaridades entre sua proposta e a doutrina católica. Analisando a doutrina integralista/perrepista, o elemento religioso participa fundamentalmente de seu ideário político, fornecendo a base filosófica que define e justifica as proposições e bandeiras partidárias. Esse ideário, de alguma forma, refletiu-se na atuação dos perrepistas, evidenciando, mais que uma prática espiritualista, um projeto político alinhado ao conservadorismo e ao moralismo.

Capítulo 3 – “Reino de Deus e Reino de César”: o espiritualismo no discurso político perrepista

O retorno do integralismo ao cenário político brasileiro, através do PRP, trouxe consigo o título espiritualista e cristão. Apesar de assumir uma conduta mais pragmática que sua antecessora AIB, o partido não abandonou a opção por um discurso carregado de elucubrações doutrinárias, procurando ressaltar seu caráter democrático e o diferencial em relação aos outros partidos contemporâneos. Esse discurso estava imerso no espiritualismo, a partir do qual construíam-se e legitimavam-se as posições políticas. Como bem ressaltou Calil,

apresentando a crença em Deus como princípio norteador de toda a ação humana (inclusive a intervenção política) (...), o PRP atribuía ao espiritualismo, interpretado de acordo com a doutrina integralista, um papel central em seu projeto político, determinando decisivamente as opções partidárias, mesmo em questões que não se apresentassem como diretamente vinculadas à prática religiosa.¹⁴⁷

Dessa forma, o PRP compôs um discurso de cunho político-religioso, tomando como referência a existência de uma ordem superior e a doutrina cristã-católica na defesa da instituição de uma sociedade harmônica, hierarquizada e justa.

O ponto de partida era a idéia de que a política deveria estar fundamentada em valores espirituais, de forma a contemplar na integralidade os problemas humanos e solucioná-los sob diretrizes éticas imutáveis e infalíveis. De acordo com esta concepção, o integralismo propunha um modelo renovado de democracia, regido pelo conceito cristão. O espiritualismo também participava da fundamentação de pontos específicos da doutrina, essenciais na definição da identidade partidária. Nacionalismo e anticomunismo foram as duas principais bandeiras ostentadas pelo PRP, obedecendo à tradição integralista, e demonstram que o espiritualismo funcionou como justificativa ao projeto. Da mesma forma, a bandeira da

¹⁴⁷ CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, p. 224.

educação evidencia a proposição de transformação social calcada no moralismo e na religiosidade. Se no discurso o espiritualismo ganhava proporções, cabe indagar quais as possíveis motivações desse fenômeno e se ele se refletiu na prática partidária. Tais questões podem “pôr em xeque” a doutrina frente à prática, mas não devem obscurecer a ação que se constitui através do próprio discurso.

3.1. O fundamento da ação política

Exilado em Portugal pelo Estado Novo, o líder integralista Plínio Salgado prosseguiu em suas atividades intelectuais, desenvolvendo um tópico específico de seu pensamento. Durante a primeira metade da década de 1940, Salgado proferiu uma série de palestras e publicou dez livros versando sobre o espiritualismo e a religião.¹⁴⁸ O jornalista, literato e político tinha um novo objetivo; “tais conferências e publicações, longe de expressar exclusivamente preocupações religiosas, respondiam a uma estratégia bastante clara, principalmente a partir de 1943, quando a derrota do nazi-fascismo tornava-se previsível: apresentar-se como líder espiritualista e cristão”.¹⁴⁹ A doutrina de Plínio Salgado fora vinculada ao fascismo nos anos 30 e, diante do contexto mundial que se avizinhava, era necessário apresentar uma nova identidade do líder e dos movimentos a ele associados. A isto respondeu o Partido de Representação Popular, aproveitando-se de elementos comuns à Ação Integralista Brasileira, mas reforçando a lenda espiritualista e cristã sob o integralismo. O conceito de espiritualismo foi utilizado para permear a doutrina, compondo um discurso

¹⁴⁸ Entre os textos, constam obras de conteúdo eminentemente religioso, como *Vida de Jesus* (1942) e *A imagem daquela noite* (1946), e obras de caráter político-espiritualista, como *O conceito cristão de democracia* (1945) e *A mulher do século XX* (1946).

¹⁴⁹ CALIL, *O Integralismo no Processo Político Brasileiro*, p. 182.

político auto-legitimador, que propugnava a evangelização como princípio da ação político-partidária.

A Carta de Princípios que rege o Programa do PRP define seu propósito: “Este é o manifesto dos brasileiros que se uniram, numa Sagrada Aliança, para a defesa de Cristo e da Pátria. É a mensagem dos que crêem no poder orientador do espírito (...). Esta Carta de Princípios é, pois, dentro do programa da política nacional, uma sincera mensagem de fé”.¹⁵⁰ Anunciava-se, assim, que o PRP pretendia cuidar dos assuntos terrenos baseado em um princípio sobrenatural. Segundo o conceito espiritualista de vida, os homens e seus agrupamentos sociais são criações divinas e regidos por uma ordem superior, que tem a perfeita noção da felicidade humana. Logo, os problemas humanos, de qualquer ordem, seriam problemas religiosos, pois a resolução deles dependeria do entendimento da finalidade humana e de sua natureza espiritual além da materialidade. A “mística” na política seria necessária, pois se considerava o aspecto espiritual/divino uma realidade influente em todos os aspectos da vida humana, o nexos entre os fatos e a chave para a explicação da existência. Além disso, “a política é a expressão e o reflexo de uma metafísica, de uma concepção de vida” e “é a mística o elemento que impede a degeneração da própria política. A mística opera verdadeiros milagres, eletrizando os nervos fatigados da Nação com uma corrente de otimismo sadio, de confiança jubilosa, de esperanças confortadoras”.¹⁵¹

O PRP afirmava que sua política era religiosamente engajada: “hoje está em voga alegar-se que política nada tem que ver com religião... Nós integralistas não pensamos assim, nem tampouco acreditamos que as coisas humanas estejam desligadas e sejam independentes das coisas divinas”.¹⁵² A adoção da concepção espiritualista, além de representar a compreensão da verdade sobre a realidade social, deveria fazer frente ao avanço

¹⁵⁰ CARTA de Princípios e Programa do PRP, op. cit., p. 1.

¹⁵¹ COELHO, J. C. Mística para a democracia cristã. *Idade Nova*, n. 27, 2.11.1946.

¹⁵² CASTRO, op. cit., p. 58.

contemporâneo do materialismo, grande responsável pela decadência dos povos. Este seria o cerne do problema religioso, o “mal moderno”, traduzido pela corrupção da moral e pelos maus costumes; pelo apego aos bens passageiros, no plano familiar, social e individual; pelo culto ao Estado ou ao indivíduo; e pelo vício científico, orientando a desagregação e o domínio dos mais fortes. A oposição entre materialismo e espiritualismo estava presente na visão sobre o jogo político, onde o integralismo representa a defesa dos valores espirituais, associados à tradição, à moral e ao equilíbrio social entre as classes e entre indivíduo e Estado.

Considerando a crise do mundo contemporâneo uma crise espiritual, os perrepistas indicavam a urgência da reespiritualização para reverter a paganização do povo. Semelhante ao movimento de recristianização católico, o projeto integralista buscava respaldo nas afirmações do pontífice Pio XI, que anunciara um novo “sopro do Espírito Santo”, insuflando a humanidade à luta em nome de Deus. O PRP propunha a formação de uma frente única de espiritualistas pela primazia das contingências da alma. Foi definido, inclusive, o método de difusão dessa reação, a chamada “técnica de Cristo”: “O integralismo, para conseguir recristianizar as instituições laicizadas da sociedade burguesa, não poderá empregar outra técnica de catequização, que não seja a mesma usada e aconselhada pelo Divino Mestre, ao ensinar a sua doutrina”.¹⁵³ A conquista da sociedade deveria acontecer pela propagação de idéias, mediante plano educativo e persuasivo, e não de maneira subversiva e violenta. A proposta era apresentada como a evangelização dos tempos modernos, realizada pela milícia de Cristo:

Cumpre exercer a catequese nas cidades tumultuosas, criadas pela civilização do ferro e da hulha. Penetrar no seio das populações aparentemente civilizadas, porém na verdade imersas na barbárie por haverem perdido a noção do Cristo. Substituir os grosseiros ídolos modernos pelos valores espirituais. Ir de casa em casa e de fábrica em fábrica, surpreender as íntimas angústias dos que andam afastados da Luz Consoladora. Ensinar-lhes o catecismo, batizá-los e batizar-lhes os filhos, constituir-lhes as famílias sacramentalmente, pugnar pelos seus legítimos direitos perante os

¹⁵³ Ibidem, p. 92.

poderosos para que as negras necessidades geradas pela insuficiência dos salários, pela falta de trabalho, ou pelas doenças cruéis, não levantem nos corações, à mingua de justiça, o fogo da revolta.¹⁵⁴

Percebe-se que este movimento de reespiritualização não tinha objetivos puramente religiosos. Ele aludia à valorização da moral cultural e familiar tradicional e a preservação da ordem social. A instauração do espírito humanista cristão evitaria a decadência das condições de vida do cidadão, sua conseqüente proletarização e o desenvolvimento de tensões sociais subversivas, um dos principais temores das camadas médias da população a quem o PRP representava.

Para possibilitar o empreendimento de modificação social, contudo, os integralistas exigiam a transformação individual de seus promotores. A doutrina postulava a “revolução interior”, obra de auto-educação com objetivo de construir a personalidade através da consciência nos destinos sobrenaturais. Afirmava-se que essa era a condição indispensável a todos que desejassem juntar-se às fileiras do movimento: reavivar seu sentimento cristão e assumir um modo de conduta correspondente. Assim, a noção de revolução permanece no integralismo pós-guerra, excluindo-se o sentido propriamente político que continha no período anterior:

Revolução, para nós, é a quebra das amarras que impedem o nosso espírito na sua marcha para o Bem, para o Justo, para aquilo que Deve Ser. Em que constituem as amarras? Em muitos fatos, mesmo os pequenos e aparentemente banais da vida cotidiana: ambição desmedida de nome, de cargos públicos, de prazeres materiais; desavenças mesquinhas e questiúnculas pessoais; faltar com promessas, com a palavra empenhada, falta de franqueza nas palavras e nas atitudes, demasiado respeito humano; ódios, invejas, intrigas... E mesmo deixarmo-nos levar demasiadamente por impulsos do coração.¹⁵⁵

A ação política, portanto, deveria ser norteadada pelo objetivo de expandir os domínios do espírito entre os homens, através de duas vias: a “revolução interior” individual, que despertaria os princípios morais supremos, e a reespiritualização social, que estabeleceria o

¹⁵⁴ SALGADO, *A Aliança do Sim e do Não*, p. 81.

¹⁵⁵ *Revolução Interior. Idade Nova*, n. 69, 25.12.1947.

privilégio de tais princípios na organização da sociedade e nas interações entre os homens e seus grupos.

O espiritualismo como fundamento da ação política era anunciado pelos integralistas como seu grande diferencial. Este permitiria ao PRP, como a nenhum outro partido, ter conhecimento aprofundado sobre os problemas humanos e de organização nacional e compreender as diversas demandas da sociedade. Seria o partido completo, pois atendia à doutrina que toma a sociedade em sua complexidade e totalidade. Esse entendimento tinha poder de legitimação, pois, como afirma Plínio Salgado,

o problema econômico não pode ser resolvido sem uma base moral, e que essa base encontra seu único alicerce num pensamento religioso, concluí serem os partidos capazes de confessar a Deus e a imortalidade da alma os únicos com força moral suficiente para implantar normas de vida social e política honestas e, ao mesmo tempo, produzir uma legislação e um governo em condições de realizar um verdadeiro espírito de justiça que emana da própria concepção espiritual de vida.¹⁵⁶

O PRP não afirmava apenas defender a obra de reconstrução espiritual, mas ter a pessoa certa para guiar essa empresa. A transmutação de Plínio Salgado em “líder cristão”, associada à ausência forçada pelo exílio, cooperou para manter o culto do “Chefe” entre os integralistas, com características fortemente messiânicas. O integralismo criticava uma suposta tendência dos brasileiros de, em momentos de crise, sempre esperar o homem que deveria salvar a nação, o messias, perceptível “no espetáculo Antônio Conselheiro, em plena república. Na ‘revolução’ de 1930. Na campanha eleitoral do Brigadeiro Eduardo Gomes e no ‘prestismo’ dos comunistas indígenas”.¹⁵⁷ Apesar disso, adotava em seu discurso a mesma linha, atribuindo a Plínio Salgado a autoridade de brasileiro destinado a reconstruir o país, através de seus conhecimentos aprofundados sobre a nacionalidade e sobre os ensinamentos

¹⁵⁶ SALGADO, Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, p. 45.

¹⁵⁷ MACIEIRA, Anselmo. Messianismo Brasileiro. *Idade Nova*, n. 17, 24.8.1946. Note-se que a referência a Eduardo Gomes é anterior ao apoio dado a ele pelo PRP, na campanha eleitoral para presidência em 1950.

cristãos.¹⁵⁸ O abandono da exterioridade de manifestação quando da fundação do PRP não impediu que a idolatria permanecesse, evidente nas referências ao “Chefe” e na presença de retratos de Salgado nas sedes do partido, cuja inauguração, inclusive, era acompanhada de pomposo ritual semelhante aos adotados na década de 1930.¹⁵⁹

O tom messiânico era corroborado pelo próprio líder, que fazia de seus escritos cartilhas religiosas anunciadoras da reespiritualização e adotava a “mística do martírio”. Salgado considerava-se, antes de tudo, um servo dos desígnios de Cristo, cuja principal tarefa seria propagar a ordem religiosa. Explorava isso de maneira incisiva, calcando mesmo suas análises políticas em vocabulário espiritualista, em passagens bíblicas e na palavra de pontífices. Paralelamente, afirmava sacrificar-se individualmente em função de um bem maior: “Considero a atividade política para quem, como eu, não tem vocação para ela, um sacrifício pesadíssimo. Carrego esta cruz desde 1932 e se o Divino Mestre entender que devo continuar a tê-la nos ombros, leva-la-ei pedindo-lhe pela felicidade de minha Pátria e a de todos os brasileiros”.¹⁶⁰ A mística em torno do sofrimento congregava o grupo integralista, que afirmava que “a política para nós será um perene campo de sacrifícios, de renúncias e de canseiras”.¹⁶¹ Seguindo a característica lógica cristã do martírio como veículo de salvação, os esforços da luta política, assim como os revezes sofridos pelo movimento em função da campanha de críticas desferidas quando de sua reorganização, eram consideradas experiências redentoras, fortificadoras, e que só atestavam a determinação dos integralistas para trabalharem em prol da nação e de suas tradições.

O fundamento espiritualista marcaria a forma de fazer política do PRP. A reforma de valores e sentimentos, que deveria iniciar pela transformação individual, desencadearia uma

¹⁵⁸ O jornal *Idade Nova* produziu uma edição especial em comemoração ao retorno de Plínio Salgado do exílio (número 17, de 24 de agosto de 1946). Os textos publicados neste número ilustram a mística messiânica em torno do líder.

¹⁵⁹ CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, p. 165.

¹⁶⁰ SALGADO, Plínio. “Saberei Sustentar a Cruz de Cristo e a Bandeira da Pátria!”. *Boletim do PRP*, n. 11, 7.10.46.

¹⁶¹ Apresentação. *Boletim do PRP*, n. 1, 18.1.1946.

reestruturação social que priorizaria os princípios espirituais aos materiais. Não obstante o integralismo ter abandonado a idéia de revolução, no sentido da instauração de um novo sistema político, ainda permanecia no discurso do PRP a defesa da necessidade de reformar a sociedade e o funcionamento do Estado. Essa reforma significaria dar uma nova direção à democracia; a direção apontada pelos ensinamentos cristãos.

3.1.1. O conceito cristão de democracia

De acordo com a visão de mundo integralista, onde a atividade política deveria ser permeada pelo espiritualismo, o PRP apresentou uma proposta de reforma do Estado com a implantação de um regime democrático cristão. Segundo a doutrina, o Estado, “concretizando deliberações particulares numa expressão geral de assistência, defesa e objetivo comum, pressupõe um princípio doutrinário que o antecede, a coincidência das mesmas concepções do mundo, do homem, da família, da sociedade, sem as quais não seria possível o acordo de todas as personalidades e grupos naturais”.¹⁶² O Estado precisaria reconhecer a preponderância dos valores espirituais, representando assim a vontade divina e seu controle sobre os homens.¹⁶³ Nada mais era que reconhecer a verdadeira essência da humanidade, como criação, sem o que não seria possível atuar conforme as suas necessidades. Dessa forma, a democracia era comparada a um envelope, sem missiva, nem destinatário; só teria utilidade se contemplasse “o sobrescrito como os caracteres peculiares e cada nacionalidade e a carta como os princípios doutrinários imutáveis para todos os povos”.¹⁶⁴ O pressuposto seria ainda mais válido no Brasil, haja vista a tradição cristã, componente expressivo da

¹⁶² SALGADO, *O Conceito Cristão da Democracia*, p. 107.

¹⁶³ “A vontade de Deus, quando não se manifesta diretamente, pode exprimir-se pela comunidade em conjunto. Não se trata de uma outorga dos membros da comunidade à comunidade mesma, como no caso da soberania concebida por J. J. Rousseau; é a própria vontade de Deus que se traduz” (Ibidem, p. 109).

¹⁶⁴ Ibidem, p. 115.

nacionalidade de seu povo. Nessas condições, seria imprescindível uma ordem constitucional condizente com tal tradição, atentando que “uma Carta Magna agnóstica (...) implicaria num processo de distorção dos nossos rumos históricos e em graves riscos para o futuro da nacionalidade”.¹⁶⁵

O conceito cristão previa uma democracia orgânica, que atuasse no sentido de unificar a nação e integrar os diferentes setores sociais, econômicos, políticos e culturais. Ela era definida conforme a perspectiva espiritualista, que concebia o universo em dupla essência material e espiritual e o homem em natureza transcendental, de onde se originariam princípios teoricamente naturais. Entre estes, destacadamente, a liberdade e a preservação humana, os grupos sociais (família, município, nação) e a propriedade:

Temos, assim, como bases da Democracia, 1º) a pessoa humana intangível; 2º) os grupos naturais que dela procedem e dos quais o primeiro é a Família; 3º) a propriedade justa, isto é, aquela que não ultrapassa os limites do bem alheio ou comum.

Sendo o município uma reunião de pessoas, de grupos naturais e de propriedades, segue-se que o município deve ser autônomo; e sendo a Nação um conjunto de municípios autônomos onde vivem pessoas, famílias e grupos autônomos, conclui-se que a idéia da Pátria é inerente à Democracia.¹⁶⁶

A democracia cristã almejada pelos integralistas era norteada pela crença em Deus, na imortalidade, pela liberdade e responsabilidade da alma. O princípio espiritual lhe conferiria “em cunho divino e eterno, um caráter infalível e perfeito, que a torna permanente e indestrutível em meio das contingências humanas e das vicissitudes sociais”.¹⁶⁷ O estado democrático estaria assegurado, independente das mudanças históricas, pois seria condizente com a ordem sobrenatural à que estava submetido. Além disso, a crença na soberania e responsabilidade da alma imortal pressupunha a valorização do homem e evitaria a absorção do indivíduo pela instituição estatal. Estabelecida a consciência de uma finalidade superior da atividade humana, os homens de governo e de justiça criariam um compromisso com Deus, o

¹⁶⁵ Constitucionalismo Cristão. *Idade Nova*, n. 16, 17.8.1946.

¹⁶⁶ SALGADO, Plínio. *Extremismo e Democracia*. São Paulo: Guanumby, s. d. p. 42.

¹⁶⁷ CASTRO, op. cit., p. 83.

que impediria o desmando e a corrupção. Por outro lado, o Estado ético de fundamento cristão pretendia-se tanto anti-totalitário quanto anti-individualista. Atuaria como um mediador entre as necessidades públicas e privadas, neutralizando as tensões e as injustiças. O modelo de democracia moral e reguladora, orientada em verdades imutáveis da doutrina cristã, era defendido como o único capaz de atingir a plenitude ética, apregoando que “sem Deus não há democracia, e quem não acredita em Deus não pode falar em democracia”.¹⁶⁸ A crença era associada diretamente à capacidade de julgar valores e uma das tarefas primordiais do Estado seria posicionar-se diante dos problemas, diferenciando o bem e o mal, em sentido absoluto.

A democracia era adjetivada, não tinha valor em si mesma. Propunha-se a higienização do sistema democrático, expurgando “elementos inadmissíveis à sua verdadeira significação e imunizando-a do contágio malsão”.¹⁶⁹ Significava estabelecer uma democracia restritiva, que selecionaria o que seria saudável ao bem comum e nortear-se-ia pelo conceito de liberdade limitada, definida muito mais pelos deveres do que pelos direitos. A seleção deveria ser executada pelo Estado, regulando as individualidades e promovendo um “regime de vigilância, em defesa dos direitos fundamentais do homem”.¹⁷⁰ O universo, segundo o integralismo, era concebido como uma composição de núcleos, uma engrenagem de ordens dentro da ordem (humanidade no mundo, mundo no universo; indivíduo no município, município na nação). O pleno funcionamento dessa engrenagem dependeria do controle exercido por uma autoridade, seja divina ou terrena. Assim como Deus teria criado todas as coisas e as coordenaria no plano sobrenatural, no plano material caberia ao poder executivo das nações realizar a obra de ordenação social. Inspirado por Deus, o governante deveria exercer seu domínio de maneira justa e paternal, mas severa. Da mesma forma que aquele equilibraria sua intervenção com a concessão do livre-arbítrio aos homens, este deveria

¹⁶⁸ SALGADO, Plínio. Cristo nas Assembléias. *Idade Nova*, n. 88, 6.5.1948.

¹⁶⁹ COELHO, J. C. Mística para a democracia cristã. *Idade Nova*, n. 27, 2.11.1946.

¹⁷⁰ Fala o deputado Goffredo Silva Telles. *Idade Nova*, n. 38, 22.5.1947.

manter o justo controle social, sem hipertrofiar o Estado, nem violentar as individualidades dos governados, preservando a composição de direitos e deveres:

Governantes e Governados, sabendo de sua origem e finalidade divinas, compreenderão que o Dever é um fim e que o Direito é um meio pelo qual se garante a liberdade para o cumprimento do Dever, razão pela qual, logicamente, o Dever tem precedência sobre o Direito, ainda que sem este aquele não possa ser cumprido.¹⁷¹

A importância fundamental atribuída à autoridade não representava a total permissividade ao executivo. Plínio Salgado afirmou que “entre a democracia liberal e a democracia autoritária, há uma linha média, que é o do bom senso, do equilíbrio, da conciliação entre a liberdade e a autoridade”¹⁷², onde se situa a democracia cristã. Contudo, ao que parece, os limites à autoridade estatal seriam estabelecidos por ela mesma, observando os princípios espiritualistas a que estaria submetida.¹⁷³ A democracia significaria mais o estabelecimento de uma sociedade harmônica do que a possibilidade de livre expressão social e política. Coerentemente, a participação do povo perante o governo, e também na fiscalização deste, não era considerada uma condição *sine qua non* da democracia. Em primeiro lugar, porque a igualdade dos cidadãos era tida como ilusória, sendo o essencial “reconhecer a evidência da desigualdade e trabalhar pelo aperfeiçoamento físico e intelectual dos menos dotados”.¹⁷⁴ Havia uma diferenciação entre habilitados e não-qualificados à participação direta nos destinos da democracia. Por habilitados, entenda-se a elite culta, instruída de conhecimentos técnicos, políticos e sociológicos e com capacidade de liderança. Constituiria um erro abandonar a democracia ao julgamento das massas “naturalmente ignorantes e apaixonadas”. O sufrágio universal, por vezes, era apresentado como uma

¹⁷¹ SALGADO, Plínio. *Livro Verde da Minha Campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956. p. 48.

¹⁷² SALGADO, *Extremismo e Democracia*, p. 28.

¹⁷³ “O Estado reveste-se da suprema autoridade político-administrativa da Nação, controlando e orientando todo o seu dinamismo vital, SUBORDINANDO-SE, PORÉM, em tudo, aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum dos brasileiros” (Diretrizes Integralistas. Fundo 2, Série 7, Acervo CD-AIB/PRP).

¹⁷⁴ MACIEIRA, Anselmo. O perigo dos fogos apagados. *Idade Nova*, n. 16, 17.8.1946.

premissa negativa, contrária à essência democrática.¹⁷⁵ Permitir que todos tivessem voz, abriria espaço para manifestações sem critérios e de doutrinas perversas (como o comunismo), o que enfraqueceria a democracia. Por outro lado, como já vimos, o caráter cristão do sistema seria suficiente para assegurar a justiça e o respeito à pessoa humana por parte do Estado:

Ou a democracia se proclama abertamente espiritualista e cristã e, nesse caso, pode outorgar todas as liberdades aos cidadãos, menos a de se utilizar dessas liberdades para implantar regimes que contrariem aqueles seus princípios fundamentais, e nem por isso deixará de ser democracia; ou então se declara agnóstica e, nesse caso, terá de permitir a propaganda de todas as idéias e o exercício de todas as atividades tendentes às transformações políticas de todas as naturezas e feitios (...).

Se o pensamento corresponde a uma concepção cristã, então será o caso único em que, embora estabelecendo restrições, a democracia não deixará de ser democracia, pois o reconhecimento da existência da Alma Imortal e do seu livre-arbítrio realiza a idéia da liberdade humana em tão alto grau que logicamente se compreende a interferência dos direitos do Espírito no desenvolvimento dos fenômenos sociais.¹⁷⁶

O modelo de democracia cristã defendido pelo PRP atribuía um papel de destaque a Igreja Católica. Representando a fé e os preceitos morais tradicionais da nacionalidade, a instituição tivera, segundo os perrepistas, atuação fundamental na formação da civilização brasileira. Para garantir a continuidade dessa atuação positiva, o PRP incluía em seu projeto estatal o desenvolvimento religioso, estabelecendo um sistema de concordatas com a Igreja, de forma a garantir sua influência no governo do país:

O regime das concordatas restabeleceria os efeitos civis do matrimônio religioso, como nos tempos do império. Os assentamentos de batismo teriam efeitos legais, dispensando o registro civil e os professores de ensino religioso nos estabelecimentos de ensino governativo seriam verdadeiros professores, gozando de todos os direitos e vantagens como os das outras matérias. Nas forças armadas cada unidade teria o seu capelão, não por favor ou condescendência dos comandantes, mas por um direito do regime, gozando esses capelães das honras e proventos dos ofícios comissionados.¹⁷⁷

O integralismo defendia a interferência direta da Igreja nos destinos sociais e políticos do Brasil, contemplando em seu programa as principais reivindicações católicas. As

¹⁷⁵ “Imaginemos, agora, que a morfêia se desenvolvesse entre os homens — a tal ponto que os contaminados fossem a maioria: — aí daqueles que não trouxessem consigo os germens da moléstia-castigo! Passariam a viver, em função da tranqüilidade dos contagiados, entregues às suas deliberações, numa perfeita inversão de valores e autoridade — tudo ligado á questão de maior ou menor número de indivíduos” (DE MAYRINK. Comunismo e Retalhos de Bom Senso. *Idade Nova*, n. 1, 4.5.1946).

¹⁷⁶ SALGADO, *O Conceito Cristão da Democracia*, p. 102-104.

¹⁷⁷ SANTOS, Ponciano dos. Integralismo e Catolicismo. *Idade Nova*, n. 20, 14.9.1946.

conquistas constitucionais da religião, como o casamento religioso com efeito civil, a instrução escolar e militar e a proibição do divórcio, não estariam sendo realizadas plenamente, travadas pela burocracia e pouca autonomia dos sacerdotes responsáveis pelos serviços, e pela excessiva permissividade com a imoralidade de costumes. A consolidação da influência católica deveria contar, necessariamente, com a subvenção do Estado, concedendo o espaço adequado para que a Igreja e seu laicato executassem uma obra evangélica dinâmica junto à sociedade brasileira.

3.2. Espiritualismo e bandeiras partidárias

3.2.1. Nacionalismo

O nacionalismo foi uma característica central na identificação do integralismo, que atribuía a si a autoridade e a capacidade únicas para restabelecer as tradições brasileiras e fazer do país uma nação forte. Fundamentava-se na necessidade da construção da consciência nacional, uma unidade de sentimentos e aspirações no sentido de realizar o destino providencial do Brasil. O integralismo arrogava-se o conhecimento pleno sobre as tendências do povo e as potencialidades do território brasileiro, que deveriam ser desenvolvidas para que a nação emergisse vencedora no plano internacional. A ênfase na idéia de consciência nacional, já presente na doutrina integralista da AIB, teve preponderância no pós-1945 em função do isolamento de Plínio Salgado como líder intelectual. O seu nacionalismo sentimental, de origem modernista e ancorado no providencialismo, manteve-se em essência entre as décadas de 1930 e 1940, e traduziu o que foi o nacionalismo do PRP.

O nacionalismo pliniano pode ser situado na ideologia do caráter nacional¹⁷⁸, tendência de análise predominante na intelectualidade brasileira entre meados dos séculos XIX e XX. Como observa Marilena Chauí, “território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do ‘caráter nacional’, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural”.¹⁷⁹ O caráter nacional é uma construção ideológica unificadora e coerente, que procura agregar a totalidade das características nacionais. Sua tônica é a definição dos traços naturais típicos do brasileiro, resultado da fusão das três raças fundadoras (índio, branco e negro), atribuindo homogeneidade ao povo. Essa definição mescla pessimismo e otimismo frente à Nação, pontuando aspectos positivos e negativos da psique de cada uma das raças iniciais. Entretanto, o caráter nacional visa à glorificação do Brasil e à afirmação de sua superioridade, calcada justamente em suas especificidades. Apesar de ter sido apropriada por correntes políticas dissonantes, essa ideologia tem caracterização fundamentalmente conservadora e elitista. Entre seus propagadores, encontramos nomes como Silvio Romero, Afonso Celso, Cassiano Ricardo e Gilberto Freyre. Podemos considerar essa tendência como a linha mestra do pensamento nacionalista de Plínio Salgado, tanto em sua atividade literária quanto política, definindo os tópicos privilegiados em sua análise. Entre suas referências intelectuais, acompanhando o conservadorismo, somam-se Alberto Torres, Farias Brito¹⁸⁰, Oliveira Lima, Jackson de Figueiredo, Nina Rodrigues, entre outros citados nominalmente por Salgado.

O ideário integralista exaltava o homem e a terra brasileira, elementos a partir dos quais deveria constituir-se a nacionalidade. Para isso, recriava um passado mítico, cultuando

¹⁷⁸ VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 62.

¹⁷⁹ *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. 5ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 21.

¹⁸⁰ Sobre as influências de Alberto Torres e Farias Brito no pensamento de Plínio Salgado, ver: BATISTA, Alexandre Blankl. “*Mentores da Nacionalidade*”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

heróis responsáveis pela preservação da Nação e tradições que representariam a verdadeira essência da brasilidade. O mito das três raças simboliza a origem do Brasil para os integralistas:

Então, a meiga ingenuidade do índio, raça infantil em permanente comunhão cósmica, raça constituída de homens-árvores, virginais nas suas impressões e nos seus raciocínios porque vinham agora mesmo da terra, misturavam-se à onda negra vinda das florestas da África no bojo dos navios, para reiniciar o diálogo de Cam com seus irmãos, interrompido na Ásia, depois do Dilúvio. E o branco arremessou de si todos os preconceitos para abraçar seus irmãos.¹⁸¹

O brasileiro seria a síntese das três raças fundadoras (indígena, negra e branca) e carregaria suas características. O índio era considerado a grande matriz; o tupi seria a raiz básica da nacionalidade, influenciando predominantemente a cultura, a língua e mesmo o caráter brasileiro. Esse brasileiro era simbolizado pelo caboclo, figura cultuada pelo integralismo como o verdadeiro representante nacional, porém oprimido pela dominação do litoral ao interior.¹⁸² A abordagem do mito das três raças, aqui, deixa transparecer uma perspectiva preconceituosa, mesmo que velada. Apesar de ser considerado a matriz da nacionalidade, o índio é associado geralmente a características rudimentares, simplórias e infantis. O negro, por sua vez, tem sua participação na constituição do brasileiro minimizada, relacionado mais com o desenvolvimento produtivo, como o “grande fator da organização agrícola do país”.¹⁸³ Já o português tem superioridade, quando considerado como elemento organizador, civilizador e, principalmente, como promotor da fé cristã em terras americanas. Na herança lusitana se localizaria a grande vocação histórica do brasileiro.

De acordo com a ideologia do caráter nacional, o integralismo distinguiu as características típicas do brasileiro produto da fusão racial. A distinção concentrava-se na mentalidade brasileira, formada pela média das tendências gerais das classes letradas, incluindo desde o cidadão erudito ao menos culto. A influência do índio aparece

¹⁸¹ SALGADO, A Quarta Humanidade, p. 126.

¹⁸² Segundo o discurso integralista, o litoral (grandes centros) reflete a influência estrangeira, enquanto o interior mantém as raízes do Brasil original.

¹⁸³ SALGADO, Plínio. Despertemos a Nação. In: *Obras Completas*. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 119.

predominante na definição de um povo dócil, meigo, acolhedor, mas também batalhador, agressivo e intemerato. Enfatizava-se o caráter puro, honesto e bravo da população. Não há, contudo, a isenção de características negativas. O brasileiro é considerado, sobretudo, um povo-criança: “é que sua personalidade *não é bastante profunda* para discernir. É uma personalidade superficial, infantil, caprichosa, cheia de arestas”.¹⁸⁴ Daí a dificuldade de organização das massas no Brasil. Como características fundamentais do povo estavam a discordância, a inconstância e a imaginação, fatores de desagregação responsáveis pela ausência de uma verdadeira nação brasileira. A tendência à manipulação e ao individualismo também não é ignorada: “as nossas próprias leis são recebidas sempre sem revoltas porque cada cidadão está convencido de que poderá burlá-la, segundo o seu modo de ver e de interpretar”.¹⁸⁵

Além de fundar-se no mito das três raças, a qualificação do povo brasileiro também leva em consideração a perspectiva sul-americana. A mistura de raças que ocorrera no Novo Mundo, aliada às suas condições de desenvolvimento, teria resultado em uma única raça, considerada especial. O isolamento a que foi submetida a América subdesenvolvida teria propiciado a manutenção das características originais da raça e o nascimento de uma cultura peculiar, praticamente imune aos desvios materialistas que tomaram conta da Europa. A idéia de fusão racial remete ao conceito de “raça cósmica”, tratado pelo sociólogo mexicano José de Vasconcelos.¹⁸⁶ A raça americana desenvolvera-se com excelência no Brasil e era assim definida:

- a) A agudeza dos instintos, pela proximidade étnica com o selvagem, intimamente ligado a sutis correspondências com o meio cósmico. Essa fina inteligência do nosso caboclo, desconfiado, arguto, capaz de compreender tudo por um simples olhar, é uma expressão humana genuinamente nossa.
- b) A extrema bondade, procedente da candura infantil dos povos-crianças, e que nos dá uma capacidade moral inigualável para considerar os problemas sociais e

¹⁸⁴ Ibidem, p. 114.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 90.

¹⁸⁶ Plínio Salgado utiliza as formulações de Vasconcelos no livro *A Quarta Humanidade*, apropriando-se da idéia de “raça cósmica”, que constituiria a civilização do futuro, a se formar na América, entre as bacias do Amazonas e do Prata.

internacionais numa atitude superior, isenta dos pavores e ódios que solapam os povos antigos.

c) A profunda espiritualidade, que confere ao nosso sentimento cristão uma pureza inatingida por outros povos.

d) A tenacidade na luta, já provada em quatro séculos de desbravamento das florestas, da escravidão econômica, da pobreza de combustíveis, numa obra sem igual no mundo.¹⁸⁷

O sentido espiritual da raça, um sentido cósmico, era acentuado. Além de apresentarem um “formidável potencial de energia mística”, evidenciado pela poderosa religiosidade indígena e africana, as populações brasileiras, com a inocência típica dos povos infantis, teriam absorvido, de forma satisfatória, o cristianismo. O politeísmo e o monoteísmo, cruzados harmonicamente nas terras do Brasil, resultariam em uma religiosidade inédita, resistente e pura: “o nosso cristianismo tem um sentido de humanidade profundo, uma delicadeza incomparável, que exprime, de modo eloqüente, o próprio temperamento de um povo”.¹⁸⁸ Dessa forma, o sentimento religioso era considerado um elemento genuíno da raça brasileira, que ainda preservaria a espiritualidade acima dos valores materiais. Este aspecto tinha importância primordial no plano de instauração da quarta humanidade idealizada pelos integralistas, pois esta se realizaria perante um processo de transformação interior, através do resgate dos princípios espirituais tradicionais próprios da raça.

Foi a partir dos conceitos de missão e destino que o integralismo definiu seu nacionalismo, associado à concepção histórica sobre a evolução em humanidades, em que o Brasil estaria inserido. Concomitantemente ao estabelecimento da humanidade nova, o Brasil executaria a missão suprema que a providência havia lhe concedido. O país, à frente de um movimento que deveria se espalhar pela América do Sul, conduziria o mundo à nova forma de vida da quarta humanidade. Era um destino de múltiplos aspectos: o Brasil como potência político-econômica mundial e como liderança moral e espiritual, para a salvação contra o materialismo. A destinação era justificada por um conjunto de potencialidades. Além da

¹⁸⁷ SALGADO, A Quarta Humanidade, p. 73.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 68.

constituição racial adequada, principalmente pelo caráter espiritual, o Brasil possuiria uma conformação histórica e geográfica propícia.

A América Latina teria a extensão territorial e localização adequadas à gênese da civilização do futuro: “a zona intertropical” — escreve Alberto Torres (*Organização Nacional*) — ‘é o berço do animal humano’¹⁸⁹ Além disso, o ritmo da evolução das civilizações por toda a história acompanharia o sentido Oriente-Occidente; com a Europa em decadência, a América¹⁹⁰ seria o próximo degrau do progresso civilizatório. O Brasil concentraria as potencialidades, reunindo uma diversidade rica de climas, realidades sociais, raças, culturas, coexistindo em harmonia, realizando uma unidade cósmica; “na América, nenhum país, como o Brasil se reserva a ser a pátria universal. Nele se conjugam, como num resumo estupendo, todas as realidades humanas e geográficas”.¹⁹¹ Essa consonância teria sido especialmente promovida pelo imperador Dom Pedro II, que governou “de acordo com a vontade e os interesses do povo” e manteve uma continuidade administrativa ímpar na América do Sul. Por outro lado, a própria natureza da terra motivaria a unidade:

A serra, o planalto, os rios, correndo todos do interior, numa insinuação à aventura, tudo isso, numa admirável conjugação, produziu o fenômeno das Bandeiras, que encheram, com o estrépito altissonante das suas marchas, quase 3 séculos na pequenez de nossa história (...). A simetria geográfica de nossos rios constitui verdadeiros traços de união a manterem unido o território nacional.¹⁹²

Além da variedade de elementos constituintes, o Brasil contaria com uma configuração física correspondente às futuras necessidades mundiais, responsáveis pela substituição das potências econômicas:

Amanhã, quando os motores a explosão forem substituídos por pequenos acumuladores elétricos, e a eletricidade se tornar uma verdadeira revolução política, poderemos perguntar aos povos que possuíram o petróleo e a hulha, onde está a sua superioridade racial. Nessa época igualitária do ponto de vista econômico

¹⁸⁹ Ibidem, p. 69.

¹⁹⁰ A missão do Brasil estaria inserida no desenvolvimento continental. O PRP defendeu o pan-americanismo, através da “constante adaptação do pensamento nacionalista aos imperativos da política continentalista como instrumento de preservação das próprias nacionalidades, segundo um espírito comum que as unifica, em razão de sua continuidade geográfica, como também da afinidade de seus interesses econômicos e culturais” (PADILHA, op. cit., p. 16).

¹⁹¹ SALGADO, Despertemos a Nação, p. 55.

¹⁹² COELHO, J. C. Teixeira. A Unidade Geográfica do Brasil. *Reação Brasileira*, n. 29, 13.12.45.

internacional, o Brasil será a maior nação do mundo, por dispor de mais terras, e terras férteis, e poder desenvolver todas as culturas, porque se estende através de zonas as mais distintas.¹⁹³

A emergência do Brasil como potência, a partir das vantagens constituintes, apresenta-se como um projeto futuro. A literatura integralista afirma a consciência sobre a posição subdesenvolvida e dependente do país em plano mundial. Essa posição era explicada pela exploração a que foi submetida a pátria, desde os tempos da colonização e principalmente a partir do período imperial. Contudo, os sofrimentos enfrentados pelo Brasil e pelo seu povo foram acrescidos ao rol de potencialidades do país a ser nação predominante. A superioridade brasileira estaria calcada justamente no esforço e na renúncia impostos pelo ambiente inóspito da terra no princípio da ocupação e pela carência de infra-estrutura ocasionada pela dependência econômica, formando uma nacionalidade forte, resistente e batalhadora.

O Brasil, impulsionado por condições adequadas, estaria destinado a empreender a reforma mundial, iniciando a implantação da consciência humana espiritualizada e harmônica. Seria este país o escolhido por Deus para tal missão, o que não isenta a necessidade de ação dos indivíduos. O destino deveria ser realizado, através da instituição da nacionalidade, ou seja, a criação do sentimento nacional comum. Essa tarefa deveria ser iniciada pelo resgate da personalidade brasileira e suas características autênticas, em um processo de homogeneização do povo e suas aspirações. Há um ideal de padronização, pois “uma nação que não é padronizada pela visão contínua de tipos perfeitos afrouxa bem cedo os laços de sua unidade”.¹⁹⁴ Neste ponto, o Estado ganha importância fundamental. O Estado, como vimos, seria o mediador na conjunção das expressões e aspirações do grupo nacional. Sua função seria promover o crescimento imperioso do Brasil, através do fortalecimento político, econômico e cultural, baseado na prevalência do sentimento de coletividade, de Nação, ainda

¹⁹³ SALGADO, Despertemos a Nação, p. 33-34.

¹⁹⁴ SANTOS, Ponciano dos. Uma Grande Pátria. Construção das Nacionalidades. *Reação Brasileira*, n. 24, 8.11.45.

ausente no Brasil. Ao Estado, então, caberia “canalizar os valores [brasileiros] no sentido do seu maior aproveitamento”¹⁹⁵ para a constituição da nacionalidade.

O projeto nacionalista empreendido pelo PRP vai além da defesa de medidas práticas que favoreçam o país. O integralismo pretendia implantar uma Nação, uma consciência de nacionalidade. A partir do princípio de Pátria, como “razão ética, imperativo espiritual, imposição do afeto e da solidariedade de milhões de filhos de um mesmo Povo”¹⁹⁶, objetivava construir uma Nação como reflexo da alma brasileira, das “emoções gerais, consciência de integração no todo coletivo, ritmo nacional de vida, comunhão e costumes, tendências, aspirações, defeitos, esperanças, modos de ser, fisionomia íntima”.¹⁹⁷ O engrandecimento do Brasil era tido como um empreendimento inevitável, correspondente a um desígnio divino, que atribui ao país uma missão suprema de libertação do mundo moderno sob jugo materialista.

3.2.2. Anticomunismo

De acordo com Rodrigo Motta¹⁹⁸, o anticomunismo foi um fato político marcante no Brasil do século XX, tendo três fases agudas: entre 1935 e 1937, 1945 e 1950 e os primeiros anos da década de 1960, até 1964. Não obstante o primeiro e o último períodos terem sido considerados os mais severos, a segunda metade dos anos 1940 acompanhou a emergência do comunismo mundial como potência, o que influenciou o recrudescimento do seu combate. Internacionalmente, o após-guerra dividiu o mundo entre capitalistas e comunistas, alinhados aos Estados Unidos e à União Soviética, respectivamente. Aquele país buscou concentrar as

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ SALGADO, A Quarta Humanidade, p. 111.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 134-135.

¹⁹⁸ op. cit.

forças contra o “perigo vermelho”, numa batalha ideológica e política.¹⁹⁹ No Brasil, o retorno à democracia, em 1945, possibilitou a reorganização do PCB, com bons resultados eleitorais e de arregimentação. Coerentemente com o modelo de democracia defensiva implantado depois da queda do Estado Novo, a política repressiva do governo procurou conter os avanços comunistas, atendendo também ao alinhamento internacional junto aos Estados Unidos. Nesse contexto, o anticomunismo tornou-se uma arma eleitoral, utilizada pelos diversos lados do espectro partidário.²⁰⁰

Os integralistas não foram insensíveis a essa situação; mais do que isso, o combate ao comunismo foi uma permanente “razão de ser” do integralismo. A AIB já tinha no anticomunismo um de seus principais pilares de sustentação, o que gerara, inclusive, enfrentamentos de fato com os esquerdistas. O PRP manteve o discurso centralizado nesse ponto²⁰¹, o que cooperava tanto para reforçar a identidade integralista, quanto para atestar sua posição contrária aos totalitarismos antidemocráticos. Sua matriz era o anticomunismo católico²⁰², lembrando que a Igreja foi uma das instituições mais engajadas nesse combate durante o século XX.²⁰³ O catolicismo oferecia um modelo de sociedade a opor ao comunismo, além de uma simbologia para instrumentalizar essa oposição, pois “as representações relativas à identidade, às ações e aos projetos dos comunistas elaboradas pelos que os combatiam eram variadas, ainda que girassem em torno de um eixo comum: a defesa da sociedade ocidental e cristã frente à expansão do comunismo”.²⁰⁴ Condizente com esse

¹⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 232.

²⁰⁰ RODEGHERO, op. cit., p. 100.

²⁰¹ Similarmente às conclusões apresentadas por OLIVEIRA, op. cit., sobre o período da AIB, a recorrência temática do anticomunismo nos periódicos perrepistas analisados é evidente, apesar de não se ter realizado uma análise quantitativa, como a realizada pelo autor. O tema também é freqüente na bibliografia integralista.

²⁰² Segundo CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, “o espiritualismo era o principal enunciado assumido na mobilização anticomunista do partido, embora muitas vezes seu anticomunismo expressasse temores bem mais concretos, cotidianos e imediatos” (p. 342).

²⁰³ MOTTA, op. cit.

²⁰⁴ RODEGHERO, op. cit., p. 29.

ideário, o integralismo objetivava o confronto do espiritualismo com o materialismo, ou seja, a luta do “Bem” contra o “Mal”, no combate ao bolchevismo.

No discurso integralista, o comunismo era apresentado como a doutrina materialista por excelência, relacionada ao ódio, ao pecado, à imoralidade e à desagregação. Serviria à dominação de homens sobre homens, através da hipertrofia do Estado e da destruição das instituições que protegeriam o indivíduo, a saber, a família, a pátria e a religião. Internacionalista, o comunismo eliminaria as nacionalidades, instaurando o caos social. Ateu, não obedeceria a quaisquer referenciais morais, não conheceria a ética e o sentimento humanista. Era comparado a uma infecção contagiosa, à peste, a um verme que corrói a humanidade; “é uma doença... que começa na miséria do corpo, encontra clima favorável na miséria da inteligência, privada de cultura e culmina – com a privação do sentimento – na miséria da alma”.²⁰⁵ Os transmissores dessa doença eram tratados como seres bestiais ou enlouquecidos; paradoxalmente, eram acusados de frios, calculistas e manipuladores. O comunismo era o satanismo político, uma organização diabólica, caracterizada pelo seu “espírito de seita”, pois exigiria de seus militantes total fanatismo e submissão.²⁰⁶ Essa doutrina luciferiana teria um conteúdo místico para construir um apego religioso, inquestionável, e sobrepujar qualquer outra realidade humana que não a material.

Além de ter uma natureza perversa, o comunismo constituiria uma ameaça imediata para os povos. O PRP alertava “que o comunismo estava prestes a ‘escravizar’ o Brasil, que estava minando suas estruturas para facilitar a iminente invasão soviética, que contava com aliados infiltrados em todos os setores, que sua demagogia ameaçava um povo ‘ingênuo’ e ‘indefeso’”.²⁰⁷ Para realizar seu plano de dominação, o comunismo assumiria diversas formas

²⁰⁵ DE MAYRINCK. Comunismo e Retalhos de Bom Senso. *Idade Nova*, n. 1, 4.5.1946.

²⁰⁶ Seita de fanáticos. *Reação Brasileira*, n. 8, 19.7.1945.

²⁰⁷ CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, p. 311.

para melhor penetrar e dominar os espíritos.²⁰⁸ Sua infiltração estaria atingindo praticamente todos os ambientes, nas Forças Armadas, nos sindicatos, nos meios culturais, na imprensa, nos movimentos femininos e estudantis, nos partidos liberais-democráticos, no funcionalismo público, na educação. Essa expansão seria beneficiada pelo liberalismo, que teria instaurado o estado de permissividade contemporâneo, além de ter tornado mais críticas as diferenças sociais e econômicas. O comunismo exploraria as antinomias da sociedade para subvertê-la, por meio da luta de classes e da consciência política subversiva. Em outra frente, aproveitar-se-ia do individualismo reinante para corromper os alicerces psicológicos do ser humano na nação, na família e na religião, neutralizando os valores da moral, da fé, da ordem e da disciplina. Seriam estes os expedientes utilizados para bolchevizar da sociedade, por meio da absorção do indivíduo pelo Estado sem Deus e sem finalidade espiritual.

O comunismo deveria ser combatido em função da doutrina materialista e anti-nacional que pretendia impor. O marxismo que o orienta consideraria a matéria e a produção como realidades primordiais, sendo as obras do pensamento (filosofia, religião, cultura, política) apenas superestruturas. Obedeceria à ótica determinista, que negava o livre-arbítrio e o providencialismo. A existência de Deus e da realidade superior não seria aceita, restringindo toda a sua compreensão do mundo ao aspecto material. O comunismo seria radicalmente objetivista e ateu, contrariando as doutrinas que partem de princípios não-observáveis, como Deus e espírito. Esse ateísmo torná-lo-ia incoerente, pois, segundo o integralismo, “nenhum homem, nenhum povo é, por natureza, ateu (...). O homem só é ateu ou por debilidade de inteligência ou por perversão de costumes. Um raciocínio naturalmente conduzido, só pode chegar à causa suprema de todas as coisas, a um Criador”.²⁰⁹ Diante do poder de coesão imposto pelos valores espirituais, enquanto naturais e eternos, impedindo o

²⁰⁸ “Como o camaleão, adota as cores do ambiente para poder viver, engordar e expandir-se” (ALBANO, Ildfonso. *Religião na Rússia só submetida ao comunismo. Reação Brasileira*, n. 18, 27.9.1945).

²⁰⁹ SANTOS, Ponciano dos. *O Comunismo e o grupo religioso, Idade Nova*, n. 32, 14.12.1946.

desenvolvimento revolucionário, as investidas comunistas se voltariam à deturpação do papel das instituições familiar e religiosa, preservadoras daqueles valores.

De acordo com os integralistas, o comunismo encontrava na religião um dos principais entraves para seu projeto totalitário. Considerando-as um instrumento de dominação burguesa através da ilusão das massas (“ópio do povo”), os comunistas teriam como objetivo extinguir as igrejas e qualquer tipo de crença. Sua estratégia consistiria em atrair os fiéis, com um discurso de respeito e proteção à religião, para depois substituir a crença espiritual pelo fanatismo materialista. O principal grupo visado seria o católico, para o qual o comunismo apresentava a política da “mão estendida”. Os bolcheviques estariam tentando conquistar a cooperação dos católicos, alegando que existiriam semelhanças entre as doutrinas, que possuiriam apoio de sacerdotes e que promoveriam a liberdade religiosa em suas zonas de controle. Na realidade, estariam distorcendo a mensagem cristã e escondendo a condenação peremptória da Igreja.²¹⁰ Não revelariam as violências desfechadas pelos regimes comunistas contra templos e prelados católicos e a subvenção a manifestações anti-religiosas. A ação ateuista sub-reptícia seria fundamental para não despertar a oposição das forças espiritualistas, sendo substituída pela campanha explícita posteriormente à tomada do poder.

A grande ameaça desenhada pelo integralismo, contudo, estaria fadada ao insucesso. A tendência do universo ao equilíbrio e à positividade, de acordo com o providencialismo, eliminaria progressivamente a doutrina comunista, enquanto materialista, transgressora, antiquada e fracassada, em vista da miséria das populações sob seu jugo. O papel dos anticomunistas seria conter a destruição provocada antes do aniquilamento natural. O combate deveria originar-se na reespiritualização social, aliada à harmonização da relação entre capital

²¹⁰ O jornal *Idade Nova* denunciou a propaganda enganosa do PCB, que divulgara a participação do padre Arruda Câmara em comício sindical como ato de apoio ao comunismo. A folha desmente e acusa o adversário de ludibriar a povo sobre a real atitude anticomunista do clero (“Chantage” como arma política, n. 32, 14.12.1946). O jornal *Reação Brasileira* também dá extrema atenção a este assunto, enfatizando a tática comunista de suprimir a religião através da política de “mão estendida”. O objetivo era alertar os católicos sobre o “avanço vermelho”.

e trabalho e à repressão propriamente dita. Quanto a esta última, a posição do PRP variou. Até 1947, o partido foi contra o fechamento do PCB, temendo atitude semelhante contra si próprio; posteriormente, apoiou a cassação do registro e dos mandatos dos comunistas, além das demais medidas governamentais.²¹¹ Havia divergência, também, sobre a forma de repressão, que poderia consistir na restrição de manifestação e dos veículos de participação, ou no combate mais violento.²¹²

O anticomunismo, pura e simplesmente, não garantiria a defesa da sociedade frente ao avanço moscovita. Deveria ultrapassar o nível da opinião e refletir-se em enfrentamento, em atuação. Outro ponto fundamental seria o caráter espiritualizado do combate, sem o qual não oporia uma barreira sólida, pois “dentro de sua concepção materialista, o comunismo é lógico e, direi mesmo, mais respeitável do que esse anticomunismo de gozadores e de homens cujo teor de vida não condiz com o cristianismo cuja civilização dizem defender”.²¹³ O anticomunismo sem fundamento espiritualista seria egoísta, voltado apenas à eliminação dos arruaceiros, sem melhorar as condições dos trabalhadores e, assim, conter as agitações. O espírito cristão atribuiria à luta contra o comunismo um sentido moral incomparável e ofereceria, através de sua doutrina, as soluções para a crise contemporânea que arrastava o povo ao seio dos movimentos subversivos. O cristianismo seria o antídoto único ao comunismo: “o comunismo esbarrou na validade cristã e não conseguiu sobrepujá-la. É que os povos já começaram a compreender os princípios eternos do cristianismo. Reconhecem que o afastamento do Cristo, foi a causa principal da hecatombe que atravessamos. Tivessem eles seguido a doutrina social do cristianismo, e muitos males se haveriam evitado”.²¹⁴ A ausência desse sentido religioso no combate não só impediria a qualificação para o aniquilamento do

²¹¹ CALIL, *O Integralismo no Pós-Guerra*, p. 337.

²¹² Pedro Lafayette, em editorial do *Reação Brasileira*, afirmou que o jornal discordava do posicionamento anticomunista dos integralistas, direcionado ao combate não-violento, e defendia a repressão policial e armada, com o objetivo de eliminar a doutrina e seus simpatizantes (A propósito do manifesto integralista. n. 16, 13.9.1945).

²¹³ Advertência a Nação. *Boletim do PRP*, n. 11, 7.10.1946.

²¹⁴ RIBEIRO, F. M. de. O Cristianismo Social. *Idade Nova*, n. 3, 18.5.1946.

comunismo, como cooperaria para sua expansão, pois preservaria a concepção materialista de mundo que alimentaria todas as doutrinas malsãs.

3.2.3. Educação

O projeto político integralista visava uma intervenção profunda na sociedade, segundo o qual “para curar o Brasil é preciso começar de baixo, descer aos alicerces, reeducar o povo dentro da concepção cristã da vida, dar-lhe outra vez sólidos fundamentos morais”.²¹⁵ A educação era uma empresa fundamental, pois o que os integralistas almejavam era transformar a mentalidade do povo, restaurando os valores considerados essenciais, como a consciência de nacionalidade, a ordem e a autoridade, dentro da concepção espiritualista. Por educação, entendia-se a formação recebida no seio da família e da escola, diretamente associada à solidificação da moral religiosa. O homem era considerado um ser social e religioso por natureza. Contudo, sendo também constituído por instintos desordenados, principalmente na infância, o homem deveria ser educado na religião, de maneira a não se afastar daqueles valores congênitos, pois “o sol religioso que não verificou a terra plantazinha, há de vê-la crescer enfezada embaraçada no cipoal das paixões, explorada pelo parasitismo do erro, carcomida pelo verme do pecado”.²¹⁶ Assim sendo, no âmbito familiar e escolar formar-se-ia o cidadão efetivamente preparado para agir em sociedade.

O espaço por excelência da formação humana seria a família, núcleo social fundamental. O grupo familiar teria sido o primeiro a ser constituído, seguindo uma tendência inata do ser humano, e de onde emergiriam as demais instituições, como o Estado, a nação e a própria sociedade civil. Os integralistas elegiam a família como “fundamento de todo o edifício social”, representando “um resumo da sociedade inteira: o princípio da ordem, a

²¹⁵ MEDEIROS, Mario Ferreira. O Brasil vai mal. *Boletim do PRP*, n. 12, 7.11.1946.

²¹⁶ SANTOS, Ponciano dos. O ensino religioso e a formação moral. *Idade Nova*, n. 23, 5.10.1946.

noção da autoridade, o conceito da justiça, a expressão da bondade, a virtude das abnegações, a grandeza das renúncias, a dor e a felicidade do homem, o sentimento da Pátria, a fonte ética perene”.²¹⁷ Como evidencia seu caráter primordial, a família refletiria o íntimo da alma humana, sua essência espiritual. Forneceria as prevenções contra as tentações mundanas, pois representaria “o repositório das tradições culturais e o sacrário das crenças religiosas”.²¹⁸ Por outro lado, inculcaria o ideal coletivo e a noção de continuidade histórica, ligando os indivíduos ao seu passado, seu futuro e aos seus semelhantes. É neste ambiente que os valores religiosos tradicionais germinariam e, principalmente, seriam preservados. Aí residia a importância atribuída à formação familiar, já que “quando a família deixa de ser o sacrário da religião e da Honra, o repositório das opiniões e das crenças de todo o povo, rompe-se a continuidade histórica (...). Já não há um ideal coletivo”.²¹⁹

Se a família fornecia os indivíduos espiritualizados que deveriam construir a nação, caberia “ao Estado manter o vínculo indissolúvel que a constitui, proteger e favorecer a sua integridade, respeitar seus direitos intangíveis e lastrear a sua autonomia e a sua comunhão de afetos, com bases econômicas sólidas, por meio de uma legislação familiar justa e esclarecida”.²²⁰ O Programa do PRP, no capítulo reservado à família, contempla a criação do abono familiar²²¹, do seguro escolar e de “escolas de mães”; a instituição do voto familiar²²²; a concessão de empréstimos para aquisição de casa própria; o desenvolvimento habitacional; a criação de serviço de assistência domiciliar, para orientações sobre civismo, moralidade e higiene; e a defesa do reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso e indissolubilidade do matrimônio.²²³ Os perrepistas também defendiam o “salário família”, um

²¹⁷ *CARTA de Princípios e Programa do PRP*, op. cit., p. 19-20.

²¹⁸ CASTRO, op. cit., p. 99.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 141.

²²⁰ Diretrizes Integralistas. Fundo 2, Série 7, Acervo CD-AIB/PRP.

²²¹ Abono por filho menor de 18 anos, concedido a famílias de baixa renda.

²²² O chefe de família teria direito, além do seu voto, à quantidade de votos igual ou proporcional ao número de pessoas sob sua guarda.

²²³ *CARTA de Princípios e Programa do PRP*, op. cit., p. 33-35.

soldo correspondente às necessidades do sustento familiar. Ou seja, a família era reconhecida como uma entidade social com demandas específicas a serem atendidas, com precedência.

Um dos principais riscos a estrutura familiar, segundo a ótica integralista, era o sensualismo, típico do espírito burguês contemporâneo. Disso resultaria uma conseqüência grave: a corrupção da família nuclear tradicional e a dissolução do vínculo matrimonial. Em meio aos debates sobre a oficialização do divórcio, os perrepistas assumiram posição ferrenha em contrário, sob uma série de justificativas. Em primeiro lugar, era evocada a preservação da família como instituição primordial da sociedade, em seus moldes cristãos. Sendo um vínculo religioso e natural, designado por Deus, o matrimônio como alicerce da família não poderia ser rompido. Esse alicerce também sustentaria a formação dos filhos, que necessitariam de cuidados dos pais até o fim da vida. A possibilidade de divórcio comprometeria a educação da prole, pois os vínculos da mãe com a família enfraqueceriam, na iminência do rompimento dos laços, assim como a certeza da paternidade e suas responsabilidades ficariam ameaçadas. Assim como os filhos, a esposa também ficaria sem esteio no caso de uma separação, tendo em vista sua condição de dependência. Além da fragilidade de sua condição, à mulher não era lícito desfazer a união conjugal por não ter legitimidade para isso:

A família é uma verdadeira sociedade onde, para evitar-se as desordens, os conflitos e a anarquia, deve haver uma autoridade, centro da unidade do lar. Esta autoridade não pode residir nos filhos, nem na mulher dada a sua debilidade, inclinações naturais, preponderância do sentimento sobre a reflexão. Logo, esta autoridade reside no varão e só por falta deste é que ela o subsiste. O direito de mandar é correlativo à obrigação de obedecer. Quem está porém em obediência não tem por natureza a faculdade de se subtrair a esta dependência. É assim que a mulher, como tal, não tem o poder natural de abandonar seu marido pela obediência que lhe deve.²²⁴

A partir dessa justificativa, pode-se perceber a distinção entre os gêneros presente na doutrina integralista. Essa distinção se caracterizava pelo destaque dado ao papel feminino na família e na sociedade, representado na figura da mãe:

²²⁴ SANTOS, Ponciano S. dos. O divórcio e a lei natural. *Idade Nova*, n. 14, 3.8.1946.

Ora, na mulher, a função física que a distingue do homem manifesta-se na maternidade. Logicamente, toda a ação da mulher no meio social, desde os círculos da família até os mais amplos círculos da vida coletiva, tem de proceder daquela função.

Não importa que, em razão de qualquer motivo, ela não tenha filhos. Para ser mãe psicologicamente, familiarmente, socialmente, intelectualmente, e até politicamente, não importa o ter ou não ter filhos. O essencial é que a ação da mulher no seu meio se exerça num sentido maternal.²²⁵

As exigências naturais da reprodução humana (gestação e dependência da prole) indicariam que Deus houvera criado a mulher para dedicar-se primordialmente à família, “ou a natureza terá sido tão inepta, ao ponto de não completar o ciclo do fenômeno da procriação, apenas exigindo que a mulher tenha os filhos e depois os abandone, para ir entregar-se a ocupações que competem ao homem, como o granjeio do alimento e a defesa do lar?”²²⁶ Contudo, secundando as tarefas do lar, a mulher pode exercer seu instinto maternal em outros ambientes. Características como o sentimentalismo, a fé, o pudor e a solidariedade, fundamentais para a construção da moralidade, eram associadas ao sexo feminino. Dessa forma, a mulher teria um papel fundamental na reespiritualização social, promovendo o restabelecimento dos valores morais, religiosos e patrióticos através de ação educativa. A começar pela educação dos filhos, estendendo-se pela influência nos esposos, irmãos e demais indivíduos, a mulher-mãe agiria como evangelizadora, construindo o caráter dos homens e sedimentando a sociedade cristã. A competência ganhava os moldes de missão: “Educar, é a ti que compete! És tu, que nos dará o homem que, talvez, mais tarde, governará os homens de nossa terra. Que enorme e que sublime, a tua responsabilidade. És mãe e és mestra; és modeladora e educadora; combinas a razão com o coração”.²²⁷

²²⁵ SALGADO, Plínio. A mulher do século XX. In: *Obras Completas*. Volume Oitavo. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 273.

²²⁶ *Ibidem*, p. 275. Salgado complementa afirmando que “precisamos sempre considerar o afastamento da mulher do lar, como evidente anormalidade biológica, pois partindo do fundamento da diferenciação física e do desenvolvimento dos filhos depois de nascidos, em ritmo muito mais lento do que nas outras espécies animais, temos de convir que a missão da mulher é, acima de tudo, a missão educativa da criança e disciplinadora da casa, numa palavra: a preparação das gerações futuras, a manutenção do tipo social mais conveniente à vitalidade da Espécie, aos destinos nacionais e às supremas finalidades do Espírito” (p. 290).

²²⁷ SILVEIRA, Lorena. Apelo a Mulher Gaúcha, *Boletim do PRP*, n. 21, 31.10.47.

O que o discurso perrepista enfatizava eram as concepções tradicionais de família e de mulher, cuja função na sociedade seria limitada segundo condições naturais. Seu campo de ação restringir-se-ia às atividades domésticas e adjacências, como artes, culinária, estudos genéricos e engajamento religioso. A profissional feminina deveria ser uma extensão da tutora maternal, preferindo trabalhos como os de professora e de enfermeira. As competências da Secretaria de Arregimentação Feminina do PRP definiam o tipo de mulher que o integralismo almejava. As atividades das secretarias centravam-se em reuniões doutrinárias sobre os problemas do país e, principalmente, sobre o papel da mulher; na realização de feiras de trabalhos manuais e de festivais culturais; na promoção de festas de Natal, Páscoa, dia dos pais e das mães; na publicação de material de propaganda relacionado “com o conceito de família e os princípios cristãos”; além da “arregimentação e educação infantis, num sentido nacionalista e cristão”.²²⁸ Também havia a proposta de criação de “escolas de mães”, “onde se aprendam rudimentos essenciais da Eugenia, Puericultura, Dietética e outros conhecimentos” fundamentais para o bom exercício da função materna.²²⁹

A restrição da esfera de ação feminina evidenciava a diferença entre os sexos, mas não corresponderia à inferioridade da mulher em relação ao homem. Os integralistas afirmavam-se contrários às teorias científicas que pretendiam provar a inferioridade feminina e aos postulados materialistas, que viam na família e no cristianismo as causas de uma suposta submissão da mulher. Esta não seria nem superior, nem inferior, apenas diferente, constituída por sensibilidade, intuição e afetividade peculiares. Caberia às próprias mulheres demonstrar à sociedade suas especificidades e impor a sua atuação adequada:

Mostrar, explicando, que suas tarefas se distinguem no lar, na sociedade e na Pátria; que essas tarefas não se chocam, pois se originam na natureza própria de cada um; que a mulher tem deveres do seu sexo e direitos de sua vocação e que a mulher pode ser, portanto, cientista, artista, escritora, técnica e representar politicamente sua

²²⁸ Diretiva do Diretório Nacional aos Diretórios Regionais do PRP, 17.9.1953. Documentação da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina. Fundo 3, Série 6, Acervo CD-AIB/PRP.

²²⁹ Reivindicações Básicas a defender pelos Vereadores do Partido de Representação Popular no Conselho Municipal do Distrito Federal. *Idade Nova*, n. 32, 14.12.1946.

classe profissional quando para isto haja aptidões e vocações, porém, sem nunca deixar de cumprir os deveres inerentes ao seu sexo; mostrar que o que diminui a mulher é a ostentação do luxo, o comodismo, o egoísmo, as vaidades tolas, os refinamentos característicos de uma sociedade burguesa e materialista.²³⁰

Objetivando sempre a harmonização social, a doutrina integralista considerava imprescindível o respeito às diferenciações dos gêneros e suas funções.²³¹ A essencial ação educativa da mulher ficaria comprometida no caso de ela se dedicar às ocupações masculinas, voltadas à profissionalização e ao sustento do lar. Ao homem caberia a obrigação de exercer o papel de chefe de família e prover as necessidades dos dependentes, de forma a não forçar a esposa a abandonar os filhos em “chocadeiras públicas” e buscar trabalho fora de casa. A ausência da figura maternal moralizadora seria uma das principais causas da decadência moderna. Por outro lado, a corrupção moral ocasionada pelo avanço materialista refletiria de maneira nefasta na deturpação do comportamento feminino. Por ser naturalmente impulsiva, a mulher tenderia mais a inebriar-se pelas tentações da riqueza e da luxúria. Guiadas pela cultura dissolvente contemporânea²³², que incitaria à igualdade entre os sexos e à liberalidade, as mulheres do século XX estariam desencontrando-se de sua missão maternal e sucumbindo à imoralidade:

As moçoilas sonham com os triunfos superfinos das estrelas de cinema e do rádio e, para subir a tais alturas, muitas são as que não trepidam em seguir a carreira tão magistralmente descrita pelo escritor Marques Rebelo no seu livro “A Estrela Sobe” (...).

Outras há que adoram esse feminismo triunfal, que, não contente de vencer chefes de Repartição, diretores de Companhias e ministros de Estado com a graça picante das atitudes e olhares nada amanuenses, galgando promoções nos quadros burocráticos, arrojam-se também às aventuras dos pleitos eleitorais, premiando-se com respeitáveis cadeiras parlamentares de onde põem em alvoroço as atenções dos legisladores e a curiosidade das galerias. E ainda outras, mais modestas, contentam-se com um bom apartamento, armado de vitrola e farto guarda-roupa, e incursões

²³⁰ O papel da mulher no PRP. Documentação da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina. Fundo 3, Série 6, Acervo CD-AIB/PRP.

²³¹ “O Criador ordenou e dispôs a convivência perfeita dos dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza, que os fez diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento onde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos” (Papa Pio XI. Encíclica *Divini Illius Magister*. Apud SALGADO, A mulher do século XX, p. 304-305).

²³² “Hoje o cinema e as revistas e os livros têm realizado uma intensa campanha visando a corrupção das moças e das senhoras brasileiras. E já há casos tristíssimos de degradação moral” (MEDEIROS, Mario Ferreira. O Brasil vai mal. Boletim do PRP, n. 12, 7.11.46).

noturnas nos ambientes crepusculares das boates ao clarão azulado do "néon", cigarrinhos nas pontas das piteiras e cadências langorosas de tangos.²³³

A vulnerabilidade da mulher às investidas do materialismo deveria ser neutralizada através da formação moral e religiosa, de maneira a controlar seus impulsos emocionais. A educação promovida pela família, então, necessitaria ser complementada pela instrução recebida na igreja e na escola, através da qual se formariam os indivíduos que constituiriam novas famílias no futuro. Em realidade, a instituição de ensino era entendida como prolongamento da religiosa e da familiar, a grande responsável pela socialização dos indivíduos segundo os preceitos destas. A escola teria a dupla função de educar e instruir, fornecendo tanto os conhecimentos técnicos quanto a formação moral, ética e cívica dos alunos. O professor secundaria os pais como modelo de comportamento, começando a educar seus discípulos pela própria orientação de vida ilibada, aos moldes da doutrina cristã.

A importância da escola residiria especialmente nas suas atribuições como veículo de moralização. O mesmo quadro de decadência de valores que viria afetando os pilares da civilização, a começar pela família, estaria atingindo também a formação da juventude. Os produtos da “cultura burguesa”, destacadamente o cinema e a literatura indecente e antinacional, seriam os responsáveis pela subversão dos jovens. Nem os gibis ficavam imunes: “Feitas com abundância de gravuras e textos fantasiosos, ao sabor das exigências da curiosidade infantil, tais publicações são altamente perniciosas, na generalidade amorais em alta dose, além de fundamentalmente desnacionalizadoras, pela procedência estrangeira de onde provém, pelos motivos estrangeiros das historietas, pelos costumes que difundem”.²³⁴ Essa situação acarretaria o aumento da indisciplina, problema com o qual as escolas da época não estariam sabendo lidar. Professores e diretores, muitas vezes influenciados por concepções pedagógicas liberais em demasia, nem sempre agiriam satisfatoriamente na contenção dos abusos infantis e juvenis. Além disso, o interesse empresarial de algumas

²³³ SALGADO, Espírito da Burguesia, p. 40-41.

²³⁴ Profilaxia Moral da Juventude. Idade Nova, n. 10, 6.7.1946.

instituições de ensino aviltaria o objetivo moralizador da educação e a tornaria permissiva, pois o aluno e o professor representariam apenas um número.²³⁵ Paralelamente, a tendência de laicização do ensino cooperaria para a corrupção dos valores, pois esvaziaria a educação formal de um princípio de vida que a norteasse e orientasse os jovens sobre seus direitos e deveres frente à ordem espiritual e social.²³⁶

As propostas educacionais que o PRP apresentava em reação a esse estado de coisas vinculavam medidas práticas a sua concepção espiritualista de vida. Havia a preocupação com a melhoria da estrutura física de ensino e das condições de trabalho do funcionalismo. Previam-se a uniformização da formação de professores, juntamente com o incremento da capacitação e valorização dos docentes. A rede de ensino técnico e universitário deveria ser ampliada, assim como o estímulo ao desenvolvimento científico e artístico. No que se refere à orientação doutrinária, o ensino religioso facultativo em escolas públicas era defendido. Contudo, se a instrução religiosa propriamente dita deveria ser opcional, assim não era a educação espiritualista, pois “os princípios evangélicos, relativos ao temor de Deus e ao amor do próximo devem ser ensinados a todos, visto que não violentam a consciência de qualquer homem, cuja natureza humana não esteja pervertida pelo egoísmo e pelo ódio sectário”.²³⁷ Nessa perspectiva, as instituições educacionais ligadas a ordens religiosas seriam especialmente adequadas à formação dos jovens.

O incentivo à iniciativa privada na área educacional era uma das assertivas integralistas. O ensino público, gratuito e obrigatório, deveria ser oferecido apenas em grau primário, realizando-se seleção por competência para a continuidade nos níveis secundário e

²³⁵ O argumento é de que ao aluno tudo seria permitido, no intento de garantir os lucros da escola; ao passo que ao professor, assalariado e submetido à direção, seria retirada a autonomia e a liderança em classe: “É que no aluno eles têm aquele que lhes traz a prosperidade e nos professores e inspetores eles não sabem ver senão alguém que lhes subtrai um pouco dos gordos lucros” (A educação e o código de disciplina. Reação Brasileira, n. 22, 25.10.1945).

²³⁶ “Escolas sem Deus, sem religião, como no-las querem impingir os modernos revolucionários, são o maior flagelo que pode cair sobre um povo” (COSTA, D. Antônio de Macedo. Reação Brasileira, n. 15, 6.9.1945).

²³⁷ CASTRO, op. cit., p. 17.

superior. Um seguro escolar seria criado para subvencionar a manutenção dos estudos dos não-selecionados, em escolas particulares. O Estado não disporia de estrutura para atender à ampla demanda do campo educacional, cabendo-lhe mais o zelo pelo funcionamento adequado das instituições privadas, evitando a exploração financeira nas mesmas. Além disso, a participação do Estado na educação seria apenas supletiva, tendo em vista que a essência espiritual que compõe a personalidade humana é construída nos espaços familiares e religiosos, por excelência: “O Integralismo considera a educação intensiva e integral do povo como um dever fundamental do Estado, [mas este] jamais poderá ultrapassar a legítima esfera dos seus direitos, aniquilando ou mesmo coarctando os direitos primordiais da família e da religião”.²³⁸ Essa posição evidencia o conceito de educação concebido no discurso perrepeista, significando a preparação integral do homem para a ação social, profissional e espiritual, que extrapola as salas de aula e os livros didáticos.

3.3. Espiritualismo: estratégia e atuação partidária

Considerando a importância do espiritualismo na formulação doutrinária integralista, cabe questionar se esse elemento ultrapassou o discurso e teve reflexos na prática partidária. O quanto há de mera estratégia ou de verdadeira convicção é um dado difícil de averiguar. Nem faz parte dos objetivos deste trabalho a análise pormenorizada das posturas individuais de militantes e parlamentares do PRP, para inferir até que ponto a religiosidade fazia parte de suas idéias e ações. Porém, é possível tecer algumas considerações acerca da atuação no e do partido, face ao espiritualismo que propala.

Do ponto de vista estratégico, o espiritualismo atendia às necessidades específicas do PRP. Isso poderia justificar a ênfase dada ao elemento no discurso partidário. Em primeiro

²³⁸ Diretrizes Integralistas. Fundo 2, Série 7, Acervo CD-AIB/PRP.

lugar, o espiritualismo representava uma continuidade doutrinária para o integralismo, permitindo estabelecer um vínculo com o passado dos anos 1930, sem comprometer-se com os caracteres tipicamente fascistas. Apesar da adaptação da doutrina, era importante para o PRP atrair a militância da AIB e demonstrar coesão e coerência. Em segundo lugar, o sentido cristão do projeto político, em que se inserem os conceitos de democracia, ordem, liberdade e autoridade, legitimava a manutenção do conservadorismo, algo autoritário, no contexto pós-guerra. Essa composição entre ideais de controle e de liberdade não era estranha no cenário da redemocratização; pelo contrário, alinhava o PRP ao modelo de democracia defensiva que vinha consolidando-se no país.²³⁹ Também há de se levar em conta que o partido pretendia atender às classes médias, rurais e urbanas, preocupadas com a manutenção da ordem e do *status quo*, temerosas da proletarização. O sentimento anticomunista disseminado na sociedade, traduzido no confronto entre cristianismo e ateísmo, combinava com o sentido espiritualista do anticomunismo integralista. Paralelamente, não obstante a progressiva laicização social, a cultura moralista tradicional ainda imperava, informada pela religião cristã.²⁴⁰ Por fim, o PRP vislumbrava à sua frente uma população católica recém agitada pelo movimento de restauração, promovido pela Igreja, que procurou despertar os fiéis para a participação política. As correntes progressistas não haviam ganhado força suficiente e o catolicismo ainda era basicamente conservador, quando não reacionário, abrindo uma vaga para a penetração da propaganda espiritualista integralista.

Além de figurar como uma estratégia política oportuna, o espiritualismo fazia-se presente no cotidiano do PRP através de símbolos e rituais previstos oficialmente. Nas sedes dos diretórios, a imagem de Cristo crucificado deveria estar presente e a correspondência

²³⁹ CALIL, *O Integralismo no Processo Político Brasileiro*.

²⁴⁰ MELLO, João Manuel C. de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

interna do partido deveria conter a fórmula inicial “Por Cristo e pela Nação”.²⁴¹ As sessões solenes de filiação de novos membros incluiria o pronunciamento: “o nosso partido, companheiro, é formado por brasileiros de boa vontade. Amamos nossa Pátria, cremos em Deus, estremeçemos nossas famílias. A nossa doutrina resume-se na simplicidade de ser bom filho, bom pai, bom cônjuge, bom irmão, bom empregado, bom patrão, bom amigo, enfim: BOM CRISTÃO, para ser bom PATRIOTA”.²⁴² Por outro lado, a religiosidade era variável entre os integralistas e o partido não exercia pressão nesse sentido, apesar de se comprometer enfaticamente com a defesa da fé cristã.²⁴³ O perrepista Eduardo Martinelli destaca a diversidade religiosa do PRP, incluindo mesmo partidários sem religião, como Sezefredo Vieira: “era quase, vamos dizer, ateu — não podia ser ateu, porque ele ia dizer ‘Deus, Pátria e Família’, não podia pular Deus”.²⁴⁴

De qualquer forma, o PRP utilizava a autoproclamada identidade cristã para se promover. O material de propaganda populista²⁴⁵ destacava o caráter espiritualista do partido, sua determinação em realizar o resgate moral e o combate ao materialismo na sociedade. A publicidade da doutrina integralista deveria equivaler a um “trabalho de catequese, principalmente entre os espiritualistas filiados às diferentes religiões”.²⁴⁶ Nas eleições, a atração dos eleitores deveria passar pela identificação de sua confissão, para que a cooptação abarcasse o critério religioso: “há, ainda, os que querem votar em crentes dessa ou daquela religião. Não percamos tempo. Aconselhemos o eleitor. Fulano é católico, sicrano é

²⁴¹ Diretivas para o convívio social do PRP. Portaria do Diretório Nacional. 15.8.1947. Fundo 3, Série 6, Acervo CD-AIB/PRP.

²⁴² Regulamento da Secretaria do Diretório Estadual aprovado em 05.03.1948. Correspondência Geral da Secretaria Regional. Fundo 2, Série 7, Acervo CD-AIB/PRP.

²⁴³ Alberto Hoffmann declara que o programa do PRP seguia o lema “Deus, Pátria e Família”, mas que não havia controle sobre a religião dos aderentes, em nome da maior arregimentação (MERG, Camila V. *Entrevista com Alberto Hoffmann*. Porto Alegre, 2005).

²⁴⁴ CALIL, Gilberto; SILVA, Carla & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1999. p. 35.

²⁴⁵ Os integralistas do PRP intitulavam-se populistas.

²⁴⁶ Ofício do Secretário Nacional de Propaganda, João Hollanda Cunha, aos presidentes dos diretórios estaduais e municipais. Correspondência da Secretaria Nacional de Propaganda. Fundo 2, Série 3, Acervo CD-AIB/PRP.

protestante, metodista ou evangélico”.²⁴⁷ Destarte, encontramos o espiritualismo não só nas formulações teóricas do integralismo, como na sua divulgação mais ampla na sociedade, sinalizando a importância atribuída ao critério religioso na escolha de possíveis candidatos ou partidos.

A identidade cristã tão anunciada pelos integralistas, como vimos, estava atrelada a uma série de postulados e propostas, referentemente à educação, à proteção da família, à imposição da moralidade e à defesa da religião. Pelo que foi possível averiguar, o PRP tomou algumas medidas práticas para a realização dessas “promessas”. De acordo com o princípio de solidariedade cristã, sob uma perspectiva assistencialista, o partido levou a cabo a criação de escolas, ambulatórios, “escolas de mães” e cursos de enfermagem, como parte de um projeto humanitário de assistência à comunidade, especialmente às camadas populares.²⁴⁸ Na área educacional, o PRP defendeu a iniciativa privada do ensino, segundo a ótica que a educação era direito e dever da família e das igrejas. Quando deputado estadual, o perrepista Wolfram Metzler promoveu uma campanha em favor das escolas particulares e foi autor de um projeto de lei regulamentando a atuação dos professores da rede privada, apresentado em 2 de agosto de 1949.²⁴⁹ A preservação da instituição familiar era considerada um fator essencial para a saúde da sociedade; destarte, os perrepistas preocupavam-se em combater as propostas divorcistas ou que rompessem com o modelo de família tradicional. Em 1950, o deputado Aristides Ribeiro encaminhou requerimento à presidência da Assembléia Legislativa do Ceará solicitando uma intervenção junto ao Legislativo e ao Executivo federais, para evitar a aprovação do projeto, em tramitação na Câmara Federal, que previa a equiparação legal da

²⁴⁷ Circular do Diretório Estadual do Rio Grande do Sul. Fundo 2, Série 7, Acervo CD-AIB/PRP.

²⁴⁸ Missão Humanitária do Partido de Representação Popular. *Idade Nova*, n. 44, 3.6.1947.

²⁴⁹ Wolfram Metzler candidato a Deputado Federal. Panfleto. Fundo 2, Série 16, Acervo CD-AIB/PRP.

condição de mancebia à da família oficialmente constituída, assim como a extensão dos direitos de filhos legítimos a filhos bastardos.²⁵⁰

O moralismo era uma característica central na atuação do PRP. O partido exigia de seus militantes uma conduta correspondente àquela defendida em sua doutrina. Segundo as orientações, o associado do partido, como homem devotado à causa de Cristo,

deve ser franco, esforçado, pontual, corajoso, educado e despido de vaidade. Deve evitar a vida faustosa e ostensiva de prazeres que contrastem com a miséria de milhões de brasileiros (...). Deve abster-se de tomar parte em festins de caráter burguês, de ostentação de luxo ou de opulência, de exibição de costumes paganzados e cosmopolitas, de freqüentar casa de jogo ou de se embriagar ou de andar em companhias reprováveis.²⁵¹

Os integralistas tinham uma especial preocupação com os desvios da sociedade contemporânea, provocados por uma cultura incompatível com a moralidade brasileira. O Congresso de Estudantes Populistas no Rio Grande do Sul, em 1947, aprovou uma moção pela moralização dos meios de diversão, da literatura e da imprensa. Foi enviado telegrama ao Ministério da Educação, onde os estudantes manifestavam seu repúdio à “desabusada exibição espetáculos ofensivos ao pudor” e a necessidade de “maior austeridade censura meios diversão inclusive publicações a fim de impedir corrupção família brasileira”.²⁵² A censura também era considerada uma alternativa para o vereador Genésio de Oliveira Rosas, de Pesqueira, Pernambuco. O perrepista encaminhou um requerimento à Câmara Municipal sugerindo a solicitação de proibição da circulação de revistas imorais, dissolventes dos bons costumes e dos valores da nacionalidade, pelo Secretário de Segurança.²⁵³ Nem a literatura infantil escapava às restrições do PRP: o deputado Aristides Ribeiro, em discurso na tribuna cearense, requereu uma emenda constitucional que estipulasse a censura prévia de todas as

²⁵⁰ Ergue-se o P.R.P. contra perigoso projeto. *Idade Nova*, n. 195, 25.5.1950.

²⁵¹ Regulamento sobre conduta e disciplina partidária. 7.10.1953. Acervo CD-AIB/PRP.

²⁵² Secretaria de Arregimentação Estudantil. Documentação do Diretório Regional. Fundo 2, Série 7, Acervo CD-AIB/PRP.

²⁵³ Campanha contra a imoralidade impressa. *Idade Nova*, n. 118, 2.12.1948.

publicações infantis e espetáculos de diversão públicos, considerando-os grandes veículos de cultura imoral.²⁵⁴

Segundo Gilberto Calil, “o projeto de ‘re espiritualização’ [do PRP] deu origem a importantes desdobramentos concretos. Dois deles tiveram uma expressiva repercussão pública: a promulgação da Constituição em nome de Deus e a ‘Entronização do Cristo Crucificado’ nas casas legislativas”.²⁵⁵ A inclusão da referência a Deus no preâmbulo da Constituição de 1946 foi defendida pelo deputado perrepista Goffredo Telles Júnior, obtendo grande receptividade entre os demais constituintes. A proclamação de uma carta constitucional espiritualista foi considerada uma vitória pelos integralistas. A entronização da imagem de Cristo crucificado nas sedes do Legislativo constituiu uma verdadeira campanha do PRP, amplamente divulgada pelos partidários. De acordo com eles,

a idéia de levar a imagem do redentor às Assembléias Legislativas partiu do deputado populista Loureiro Junior, de São Paulo, que viu o seu requerimento aprovado contra apenas os votos dos comunistas. Idêntica solenidade tem-se repetido em quase todas as casas do legislativo, inclusive no próprio Senado Federal, onde recentemente, com a presença do Presidente da República, foi o Sagrado Crucifixo entronizado.²⁵⁶

A campanha estendeu-se desde o Congresso Nacional até as câmaras de vereadores, sendo a entronização realizada por proposta do PRP em Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Paraná, além da Câmara Federal.

Uma pesquisa mais aprofundada poderia vir a confirmar os apontamentos aqui apresentados. Seria necessário fazer um levantamento das medidas aplicadas internamente pelo PRP e da atuação dos populistas em cargos eletivos. O que podemos vislumbrar, pelo menos previamente, é que a “plataforma espiritualista” do integralismo tinha desdobramentos práticos. Não desconsidero a hipótese, no entanto, dos indícios encontrados representarem apenas comportamentos isolados, resultados de posturas mais pessoais que partidárias. É

²⁵⁴ Contra a onda nefasta de sub-literatura infantil. *Ibidem*.

²⁵⁵ *O Integralismo no Processo Político Brasileiro*, p. 717-718.

²⁵⁶ Mais uma vez o PRP justificou a sua legenda: Cristo e Nação. *Idade Nova*, n. 68, 18.12.1947.

importante salientar que as propostas relacionadas pelo PRP com o seu caráter espiritualista não eram questões necessariamente religiosas ou transcendentais. Outros partidos no período defenderam questões conservadoras, como a proibição do divórcio, o ensino privado sob controle de ordens religiosas, a promulgação da Constituição em nome de Deus, a preservação de tradições cristãs, etc., sem manifestarem orientação institucional no sentido de espiritualidade. De qualquer forma, essas questões eram apropriadas pelos integralistas imiscuídas no discurso de viés religioso; logo, a sua realização significaria a efetiva aplicação da proposta teórica.

Considerações Finais

Ao despedirmo-nos de uma pesquisa de anos, é inevitável refletir sobre sua evolução, repleta de contratemplos, reorientações e descoberta de soluções. No princípio deste projeto, agora transmutado em dissertação, seu objetivo era analisar a relação entre o integralismo e a Igreja Católica, no período de formação do Partido de Representação Popular. O contato com as fontes desvelou o conceito de espiritualismo, presente no movimento desde o lançamento da Ação Integralista Brasileira e elemento característico do pensamento do líder, Plínio Salgado. Também confrontei com a mitigação da associação entre catolicismo e integralismo, diante da diversidade de posicionamentos no seio do primeiro. O projeto foi revisado e ampliou-se a análise para a contemplação do espiritualismo integralista, que ultrapassava o sentido puramente religioso para produzir uma doutrina política. Encontrei o espiritualismo no corpo do discurso perrepista, em diversos aspectos: no nacionalismo, no anticomunismo, no moralismo, no conceito de democracia. Encontrei meu objeto.

O espiritualismo foi uma alternativa adotada pelo PRP para situar-se no contexto de redemocratização e conquistar adeptos. Ele trazia consigo uma concepção de vida, que creditava a Deus a criação e a regulação do universo, atribuindo ao homem uma alma imortal de liberdade inerente. Essa concepção pressupunha que o mundo material estaria submetido a uma ordem sobrenatural, de onde se originariam os valores espirituais que o homem deveria desenvolver para atingir a redenção eterna. Baseando seu projeto político nesta inflexível fórmula religiosa, o integralismo afigurava-se como uma doutrina infalível, incontestável, pois não mais que revelava a verdade espiritual. O discurso era deslocado do campo propriamente político, ambiente de debate, para o religioso, orientado pelo dogma. O “reino de Deus” sobrepunha o “reino de César”.

O integralismo buscou uma legitimação externa às discussões políticas. O espiritualismo não apenas permitia a evocação da infalibilidade da doutrina, como sustentava itens importantes para seu relacionamento com a sociedade. Isso é especialmente evidente no caso da associação com o catolicismo, do conceito de democracia e do anticomunismo. O integralismo tinha muitas semelhanças com a doutrina católica e procurou explorá-las, tendo em vista que a maioria de seus potenciais eleitores era católica e estava sob influência de uma poderosa instituição, a Igreja. Afirmar-se genericamente cristão não parecia ser o suficiente para conquistar as simpatias dos católicos, mesmo que também estivesse em jogo uma parcela significativa de fiéis de outras religiões. A permanência da identificação com o catolicismo demonstra que a associação significava um efetivo alinhamento ideológico, ainda que unilateral. O conceito cristão de democracia, diverso daquele assumido pelos católicos maritainistas, tão criticados pelo PRP, por sua vez, evidenciava a concordância do integralismo com o modelo democrático restrito implantado no período, fugindo da pecha de fascista. Associando os conceitos político e religioso de ordem e autoridade, o PRP defendia uma democracia de Estado forte e liberdades limitadas, contrária ao totalitarismo. Em relação ao comunismo, o partido fez eco às condenações acerca de sua natureza antidemocrática, nefasta e atéia. Sob influência da imagem perpetrada pela Igreja Católica, a sociedade construiu em torno do comunismo a idéia de ameaça materialista, destruidora da civilização cristã. E o espiritualismo integralista contemplou esse anticomunismo de maneira enfática.

Destarte, o espiritualismo do PRP não foi um corpo estranho a seu tempo. O que os integralistas queriam alvoroçar como seu diferencial, na verdade constituiu um elemento de adequação ao contexto. As tradições cristãs enraizadas na cultura brasileira talvez sejam uma explicação para esse fenômeno. Mas, além disso, a composição realizada pelo integralismo mesclava coerentemente os discursos político e religioso. Em certos pontos, é até difícil determinar quais questões são “materiais” e quais são “espirituais”. A idéia de

sobrenaturalidade perpassa toda a formulação política, sutilmente ou explicitamente, de forma que determina o discurso, sem torná-lo catequético.

A análise da composição do discurso integralista, assim como a imbricação de elementos religiosos na política, são pontos que merecem atenção, em complemento ao trabalho realizado aqui. A utilização da religião pela política, e vice-versa, em um sentido mais amplo, pode ser vislumbrada com mais clareza, submetida a discussões teóricas específicas. As diferentes posições políticas no seio do catolicismo durante o século XX no Brasil, expressas na doutrina da Igreja e no pensamento da intelectualidade leiga, também poderiam dar origem a um estudo interessante. Estes aspectos enriqueceriam a abordagem formulada no presente trabalho e forneceriam subsídios importantes para a produção de outros tantos. Sobre o espiritualismo integralista, não tenho a intenção de esgotar o tema. Um passo adiante seria o abarcamento de toda a trajetória do integralismo, estendendo a consulta de fontes em esfera nacional. Além disso, caberia o aprofundamento da análise sobre as aproximações doutrinárias com o catolicismo e a participação do clero no integralismo, em suas duas fases de atuação.

Lançando luz sobre um elemento específico da doutrina, acredito ter contribuído de alguma forma para o conhecimento do integralismo como um todo. A intenção foi evidenciar que este possuía uma identidade espiritualista, que não excluía, mas comportava os outros tópicos do ideário. Se essa identidade foi evocada singularmente quando da formação do PRP, como legitimadora de seu caráter democrático, outrossim, é certo que não se restringiu a esse contexto. Ele está no primeiro manifesto do movimento, quando se postula que “Deus dirige o destino dos povos”. Ele está no nacionalismo providencialista, no anticomunismo cristão, na defesa da ordem natural. Ele rege a profundidade da doutrina. O espiritualismo era mais que um fundamento filosófico, esquecido entre os parágrafos de um programa partidário. Era um

elemento discursivo e de identidade, que produzia, explicava, dinamizava e legitimava um projeto político integral.

Fontes Consultadas

a) Bibliografia Integralista:

BARROSO, Gustavo. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1958. 12 volumes.

PADILHA, Raymundo. *O Integralismo e o Partido de Representação Popular (Discursos)*. Rio de Janeiro, 1946.

SALGADO. *A Aliança do Sim e do Não*. Seguida de *O Mistério da Ceia*. 2ª ed. São Paulo: Editorial Presença, 1945.

_____. A imagem daquela noite e outros escritos. In: *Obras Completas*. Volume Oitavo. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

_____. A mulher do século XX. In: *Obras Completas*. Volume Oitavo. São Paulo: Editora das Américas, 1955. (1946)

_____. A quarta humanidade. In: *Obras Completas*. Volume Quinto. São Paulo: Editora das Américas, 1955. (1934)

_____. Despertemos a Nação. In: *Obras Completas*. Volume 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. (1935)

_____. Direitos e Deveres do Homem. In: *Obras Completas*. Volume Quinto. São Paulo: Editora das Américas, 1955. (1950)

_____. *Discursos*. 1ª série — 1946/1947. São Paulo: Cia. Editora Panorama, 1947.

_____. Espírito da Burguesia. In: *Obras Completas*. Vol. XV. São Paulo: Editora das Américas, 1956. (1951)

_____. *Extremismo e Democracia*. São Paulo: Guarumby, s.d.

_____. *Livro verde de minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956.

_____. *O conceito cristão da democracia*. Coimbra: Edições Estudos, 1945.

_____. O integralismo perante a Nação. In: *Obras Completas*. Volume Nonoo. São Paulo: Editora das Américas, 1956. (1945)

_____. O que é o integralismo. In: *Obras Completas*. Volume Nonoo. São Paulo: Editoras das Américas, 1956. (1933)

_____. *O Ritmo da História*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s.d.

_____. Primeiro Cristo! In: *Obras Completas*. Vol. VI. São Paulo: Editora das Américas, 1955. (1946)

b) Periódicos Integralistas:

Boletim do PRP. Porto Alegre (18.01.1946 - 07.10.1948).

Idade Nova. Rio de Janeiro (04.04.1946 - 1950).

Reação Brasileira. Rio de Janeiro (31.05.1945 - 15.12.1946).

c) Periódicos Católicos:

A Ordem. Rio de Janeiro (1945 - 1950).

Estudos. Porto Alegre (1945 - 1950).

Unitas. Porto Alegre (1945 - 1950).

d) Documentação Partidária:

CARTA de Princípios e Programa do PRP. Diretório Regional Rio Grande do Sul, 1955.

Documentação do Diretório Nacional e do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.

Documentação das secretarias de Propaganda, de Arregimentação Feminina e de Arregimentação Estudantil.

Panfletos, folhetos e cartazes.

Documentação das Convenções Nacionais e Regionais.

Estatutos e regulamentos.

Documentação eleitoral.

Processos internos de âmbito regional.

Documentação parlamentar.

Documentação dos diretórios municipais do Rio Grande do Sul.

e) Depoimentos Orais:

BATISTA, Neusa; CALIL, Gilberto G. & SILVA, Carla L. *Depoimento de Eduardo Martinelli*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1999.

_____. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1998.

BATISTA, Neusa; CALIL, Gilberto G. & SILVA, Cátia F. *Depoimento de Dolmy Antônio Tarasconi*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2000.

BATISTA, Neusa; FLACH, Ângela & MILKE, Daniel R. *Depoimento de Antônio Setembrino de Mesquita*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1999.

CALIL, Gilberto G.; CARDOSO, Claudira do S. C.; MILKE, Daniel R. & SILVA, Carla L. *Depoimento de Alfredo Adolfo Beck*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2001.

CALIL, Gilberto G. & SILVA, Carla L. *Depoimento de Alberto Hoffmann*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2003.

_____. *Depoimento de Emilio Otto Kaminski*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1996.

_____. *Depoimento de Guido Fernando Mondim*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1998.

_____. *Depoimento de Mário José Maestri*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1998.

CARDOSO, Claudira do S. C.; FARIAS, Gustavo C. & FLACH, Ângela. *Depoimento de Milton Weyrich*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2006.

CARDOSO, Claudira do S. C.; FARIAS, Gustavo C. & MILKE, Daniel R. *Depoimento de Hugo Hammes*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2004.

CARDOSO, Claudira do S. C.; FLACH, Ângela & MILKE, Daniel R. *Depoimento de Lino Grings*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2000.

CARDOSO, Claudira do S. C.; MILKE, Daniel R. & SANOCKI, Márcia. *Depoimento de Osmar Pedrollo*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2002.

FARIAS, Gustavo C.; FLACH, Ângela & MILKE, Daniel R. *Depoimento de Armino Heinen*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2005.

FLACH, Ângela; MILKE, Daniel R. & OLIVEIRA, Rodrigo S. *Depoimento de Breno Alberto Thomé*. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 2002.

MERG, Camila V. *Entrevista com Alberto Hoffmann*. Porto Alegre, 2005.

Bibliografia

BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BATISTA, Alexandre Blankl. “Mentores da Nacionalidade”: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (coord.). *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: Editora UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Dissertação de Mestrado.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra. A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *O Integralismo no Processo Político Brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa*. 2 volumes. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de Doutorado em História.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Partido de Representação Popular: política de alianças e partidos nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958-1962*. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação de Mestrado em História.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSP, 1999.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CRISTOPHOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do jubileu de prata integralista (1957-1961)*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras UNESP, 2002. Dissertação de Mestrado em História.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964).

_____. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*. v.2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O Brasil Republicano*. v.3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLACH, Ângela. *“Os vanguardeiros do anticomunismo”*: o PRP e os perrepistas no RS (1961-1966). Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação de Mestrado em História.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LIMA, Alceu Amoroso. *Indicações Políticas*. Da Revolução à Constituição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. *Memórias Improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Rio de Janeiro: Vozes, Educam, 2000.

_____. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: EDUCAM, Paulinas, 2001.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A Igreja e o Integralismo no Brasil. 1932-1939. In: *Revista de História*, São Paulo, n.108, out./dez. 1976, pp.503-532.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel & POWER, Timoty. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotski: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MENEZES, José Rafael de. *Jackson de Figueiredo*. Prosa. RJ: Agir, s. d.

MILKE, Daniel. *Integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Dissertação de Mestrado em História.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *“Perante o Tribunal da História”*: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação de Mestrado em História.

PARENTE, Josênio. *Os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

REIS Filho, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. *O Século XX*. v.2. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RÉMOND, René. *O Século XX de 1914 aos nossos dias*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: o imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEGALA, Aldino. *Circunstâncias, continuidades e rupturas: professor Ernani Maria Fiori e sua geração*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Tese de Doutorado em História.

SILVA, Carla Luciana & CALIL, Gilberto G. *Velhos Integralistas*. A memória dos militantes do Sigma. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SPONCHIADO, Breno Antonio. *Mons. Vitor Battistella: padre e caudilho*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese de Doutorado em História.

TONINI, Veridiana M. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. O fascismo brasileiro na década de 30. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.

_____. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964). v. 3. São Paulo: Difel, 1981.

VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia Curupira*: análise do discurso integralista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

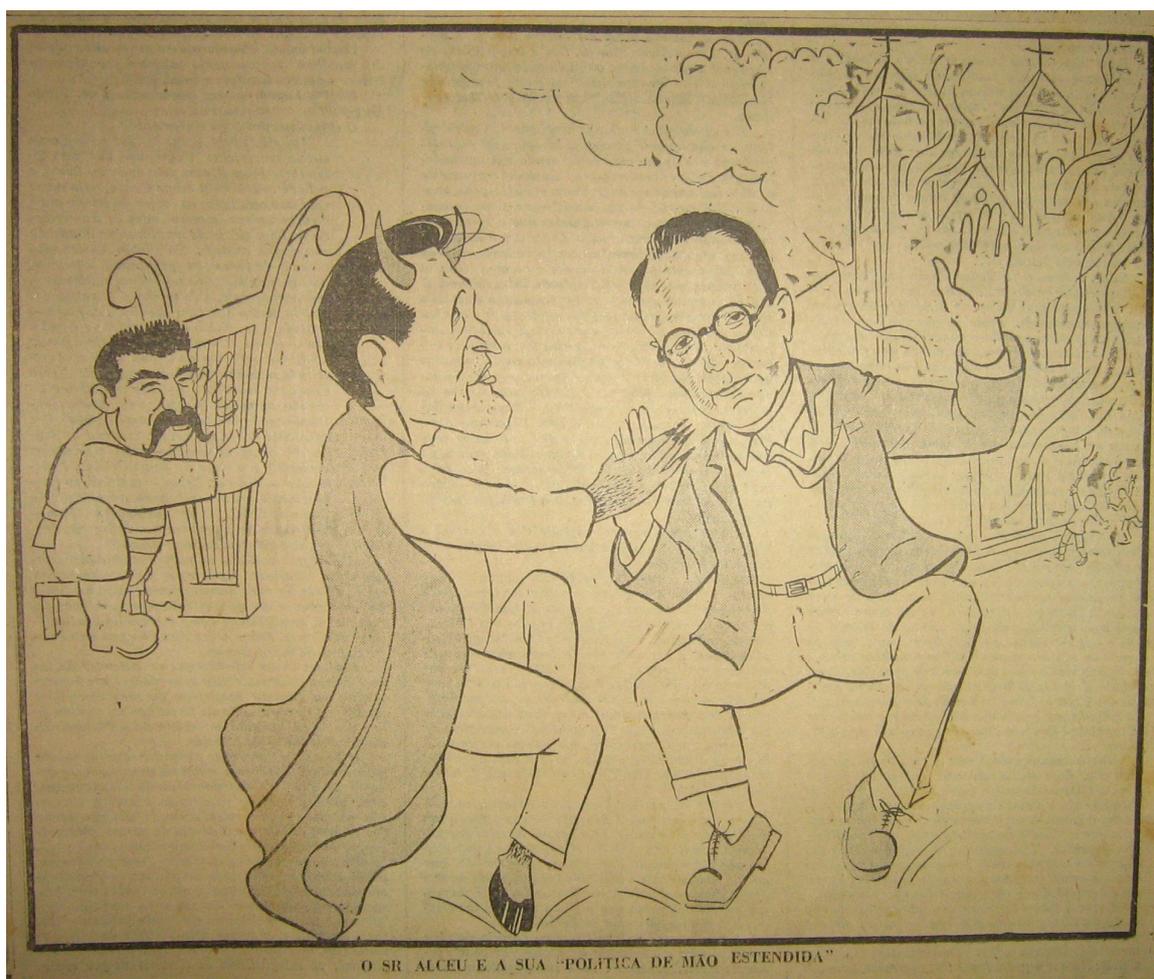
ANEXOS

Materiais com referências explícitas ao espiritualismo

ANEXO 1: Cartaz “Operário Cristão”, reproduzido no *Boletim do PRP*, n. 8, 15.7.1946, p. 3.



ANEXO 2: Charge “O sr. Alceu e a sua ‘política de mão estendida’”, publicada em *Idade Nova*, n. 21, 21.9.1946, p. 1.



ANEXO 3: "Folhinha Populista", de 1948 (frente e verso). Fundo 3, Série 13, Acervo CD-AIB/PRP.

Folhinha **POPULISTA**

1 9 4 8

	JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO							
D.			4	11	18	25	1	8	15	22	29	1	8	15	22	29
2ª			5	12	19	26	2	9	16	23		2	9	16	23	30
3ª			6	13	20	27	3	10	17	24		3	10	17	24	31
4ª			7	14	21	28	4	11	18	25		4	11	18	25	
5ª			8	15	22	29	5	12	19	26		5	12	19	26	
6ª			9	16	23	30	6	13	20	27		6	13	20	27	
S.			10	17	24	31	7	14	21	28		7	14	21	28	

	ABRIL				MAIO				JUNHO							
D.			4	11	18	25	2	9	16	23	30	4	11	18	25	29
2ª			5	12	19	26	3	10	17	24	31	5	12	19	26	
3ª			6	13	20	27	4	11	18	25		6	13	20	27	
4ª			7	14	21	28	5	12	19	26		7	14	21	28	
5ª			8	15	22	29	6	13	20	27		8	15	22	29	
6ª			9	16	23	30	7	14	21	28		9	16	23	30	
S.			10	17	24	31	8	15	22	29		10	17	24	31	

	JULHO				AGOSTO				SETEMBRO						
D.			4	11	18	25	1	8	15	22	29	5	12	19	26
2ª			5	12	19	26	2	9	16	23	30	6	13	20	27
3ª			6	13	20	27	3	10	17	24	31	7	14	21	28
4ª			7	14	21	28	4	11	18	25		8	15	22	29
5ª			8	15	22	29	5	12	19	26		9	16	23	30
6ª			9	16	23	30	6	13	20	27		10	17	24	31
S.			10	17	24	31	7	14	21	28		11	18	25	

	OUTUBRO				NOVEMBRO				DEZEMBRO						
D.			3	10	17	24	1	7	14	21	28	5	12	19	26
2ª			4	11	18	25	2	8	15	22	29	6	13	20	27
3ª			5	12	19	26	3	9	16	23	30	7	14	21	28
4ª			6	13	20	27	4	10	17	24		8	15	22	29
5ª			7	14	21	28	5	11	18	25		9	16	23	30
6ª			8	15	22	29	6	12	19	26		10	17	24	31
S.			9	16	23	30	7	13	20	27		11	18	25	

"Deus dirige o destino dos povos"



Plínio Salgado

"E aí está o quadro da vida moderna. O quadro do **Sim** e do **Não** contra o qual se revoltou Nietzsche, encarando resolutamente o Cristo e bradando-lhe **Não!**, quadro contra o qual temos também de nos revoltar, se queremos gritar aquele **Sim** exclusivo, definitivo, intransigente, sem o qual não há cristianismo, porém, apenas fraqueza, pusilanimidade, e apodrecimento".

(Plínio Salgado, "A Aliança do Sim e do Não", 2.ª edição brasileira, página 73).

DO CODIGO DE ÉTICA DO ESTUDANTE

X L

Si és incapaz de sonhar, nasceste velho; si o teu sonho te impede de agir segundo as realidades, nasceste inútil; si, porém, sabes transformar sonhos em realidades e tocar as realidades que encontras com a luz do teu sonho, então serás grande na tua Pátria e a tua Pátria será grande em ti.

- * **POPULISMO**: solução cristã dos problemas sociais.
- * No Partido de Representação Popular és um soldado de Deus, da Pátria e da Família.

Editorial Quasimby

R. Senador Feijó, 176 - 9.º andar - s/916 - Tel. 3-4426
SAO PAULO

ANEXO 4: Panfleto “Brasileiro Alerta!”, sem data (frente e verso). Fundo 3, Série 13, Acervo CD-AIB/PRP.

